



Anais da Assembléia

Nº 169

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO
1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG
2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA
1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO
2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA
3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE
4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hernas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. -
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 116ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 1992.

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Milton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Plauto Mirô Guimarães, Renato Adur e Severino Félix (46). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Albino Corazza, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Nelson Justus, Ovídio Constantino, Rafael Greca de Macedo, Rossoni e Toti Colaço (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I		FL. 01		I
				CR\$ 1.000,00		I

I		INATUREZA		IL		IN. DO
ICODIGO		ESPECIFICAÇÃO		I DA		IFRUCI
I		IDESPESA		I		ICOP

3700	ISECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA	EI	1	1	1	1
	IDA CIDADANIA	I	1	1	1	1
	I	I	1	1	1	1
3704	IDEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO DO	I	1	1	1	1
	IESTADO	I	1	1	1	1
1096	IFUNDO PENITENCIÁRIO	I	4130.00	123	11	386.707 I4510I

T O T A L				I	386.707	I

MENSAGEM Nº 121/92.

Curitiba, 23 de novembro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 386.707.000,00 (trezentos e oitenta e seis milhões, setecentos e sete mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender aos dispêndios relativos ao Programa de Trabalho do Fundo Penitenciário.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a V.Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 386.707.000,00 (trezentos e oitenta e seis milhões, setecentos e sete mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta lei, ficando simultaneamente convertida a fonte 20 - Operação de Crédito Interna - Vinculada para a fonte 23 - Renda da COOSIPE - Fundo Penitenciário.

Art. 2º - Servirá como recurso para a Cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação do próprio órgão, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, fica alterada a composição da receita centralizada, conforme Anexos III e IV.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I CANCELAMENTO	A N E X O	I I	FL. 01	I	
I			CR\$ 1.000,00	I	

I	I	*-----*		*-----*	
ICÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA	IL	IN. DO	
I	I	I DA	IFTIDI	I PROC	
I	I	IDESPESA	I IRI	ICOP	

I 3700	ISECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA	EI	I I I	I	I
I	IDA CIDADANIA	I	I I I	I	I
I	I	I	I I I	I	I
I 3704	IDEPARTAMENTO PENITENCIARIO DO	I	I I I	I	I
I	IESTADO	I	I I I	I	I
I 2597	IAMPLIACÃO E MELHORIAS NA	I	I I I	I	I
I	IINFRA-ESTRUTURA PENITENCIARIA	I 4110.00120	ILI	386.707	I4510I

T O T A L			I	386.707	I

+-----+			
I ACRÉSCIMO	ANEXO	FL. 01	I
I DA RECEITA	ANEXO III	Cr\$ 1.000,00	I
+-----+			
I CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	I FT	I VALOR
+-----+			
I 1399.02.00	IOutras Operações	I 23	I 386.707
+-----+			
T O T A L			I 386.707
+-----+			

+-----+			
I REDUÇÃO	ANEXO IV	FL. 01	I
I DA RECEITA	ANEXO	Cr\$ 1.000,00	I
+-----+			
I CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	I FT	I VALOR
+-----+			
I 2119.02.00	IOperações de Crédito Internas-Vinculadas	I 20	I 386.707
+-----+			
T O T A L			I 386.707
+-----+			

Curitiba, 23 de novembro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 8.266.800.000,00 (oito bilhões, duzentos e sessenta e seis milhões e oitocentos mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com telefonia, telex, aluguéis, combustíveis, outros materiais e serviços do Departamento da Polícia Civil.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia, reitero a V.Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 8.266.800.000,00 (oito bilhões, duzentos e sessenta e seis milhões e oitocentos mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II de lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 2º desta lei, fica alterado o orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I		FL. 01	
ANEXO				CR\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	IL I	IL I	IN. DO I
			IRI	VALOR	IPROCI
					ICOP I
3100	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA		I I I		I I
3104	DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL		I I I		I I
2674	COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DO POLICIAMENTO CIVIL		I I I		I I
		3120.00	100 IL I	4.000.000	10504 I
		3132.00	100 IL I	4.266.800	10504 I
		T O T A L	I	8.266.800	I

CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01	
ANEXO				CR\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	IL I	IL I	IN. DO I
			IRI	VALOR	IPROCI
					ICOP I
4300	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES		I I I		I I
4302	GABINETE DO SECRETARIO - ENTIDADES VINCULADAS		I I I		I I
2718	PROGRAMAÇÃO A CARGO DO DER		I I I		I I
		4311.02	100 IL I	8.266.800	10504 I
		T O T A L	I	8.266.800	I

1 CANCELAMENTO		ANEXO III		FL. 02		CR\$ 1.000,00	
ANEXO							
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	ILDA	VALOR	JN.DOT	IPROCI	ICUP I
4400	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - ENTIDADES VINCULADAS	1	1	1	1	1	1
4490	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER	1	1	1	1	1	1
1021	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS	1	1	1	1	1	1
		4110.00	1001	1	8.266.800	105841	
		TOTAL		1	8.266.800	1	

REDUÇÃO DA RECEITA		ANEXO IV		FL. 01	
ANEXO				Cr\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	FT	VALOR		
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES				
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER				
2412.01.01	Recursos da Arrecadação do Tesouro	00	8.266.800		

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 123/92

Curitiba, 23.11.92.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 6.680.640.000,00 (seis bilhões, seiscentos e oitenta milhões, seiscentos e quarenta mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com materiais de expediente e limpeza, combustíveis, alimentação, telefonia, telex, passagens, alugueis e outros materiais e serviços do Comando Geral da Polícia Militar, Comando do Policiamento do Interior e Corpo de Bombeiros.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão, do Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM e do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 6.680.640.000,00 (seis bilhões, seiscentos e oitenta milhões, seiscentos e quarenta mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura de crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 2º desta lei, ficam alterados os

orçamentos próprios do Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM e do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, aprovados pela Lei Estadual nº 9.883,

de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I		FL. 01		I	
I ANEXO				CRS 1.000,00		I	
I	I	INATUREZA I		IL I		IN. DOI	
I	I	I DA IFTIDI		VALOR		I PROCI	
I	I	I DESPESA I IRI				I COP I	
I 3100	ISECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA	I	I I I			I	I
I	IPÚBLICA	I	I I I			I	I
I	I	I	I I I			I	I
I 3109	ICOMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR	I	I I I			I	I
I 2679	IADMINISTRAÇÃO GERAL E	I	I I I			I	I
I	IASSESSORAMENTO DA POLÍCIA MILITAR	I 3120.00	I00ILI	357.000		I0341I	
I	I	I 3132.00	I00ILI	426.000		I0341I	
I 3111	ICOMANDO DO POLÍCIAMENTO DO	I	I I I			I	I
I	IINTERIOR	I	I I I			I	I
I 2683	IPOLÍCIAMENTO OSTENSIVO NO	I	I I I			I	I
I	IINTERIOR DO ESTADO	I 3120.00	I00ILI	2.500.000		I0341I	
I	I	I 3132.00	I00ILI	2.037.000		I0341I	
I 3112	ICORPO DE BOMBEIROS	I	I I I			I	I
I 2686	ISERVIÇOS DE BOMBEIROS	I 3120.00	I00ILI	660.000		I0341I	
I	I	I 3132.00	I00ILI	700.640		I0341I	
		T O T A L I		6.680.640		I	I

I CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01		I	
I ANEXO				CRS 1.000,00		I	
I	I	INATUREZA I		IL I		IN. DOI	
I	I	I DA IFTIDI		VALOR		I PROCI	
I	I	I DESPESA I IRI				I COP I	
I 2100	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I	I I I			I	I
I	IADMINISTRAÇÃO	I	I I I			I	I
I	I	I	I I I			I	I
I 2102	IGABINETE DO SECRETÁRIO -	I	I I I			I	I
I	IIDENTIDADES VINCULADAS	I	I I I			I	I
I 2011	IAQUISICÃO CENTRALIZADA DE	I	I I I			I	I
I	IMATERIAIS - DEAM	I 4311.02	I00ILI	1.839.431		I0342I	
I	I	I	I I I			I	I
I 3100	ISECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA	I	I I I			I	I
I	IPÚBLICA	I	I I I			I	I
I	I	I	I I I			I	I
I 3106	IINSTITUTO MEDICO-LEGAL	I	I I I			I	I
I 2676	IPERÍCIAS MEDICO-LEGAIS	I 4120.00	I00ILI	63.840		I0341I	
I 3109	ICOMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR	I	I I I			I	I
I 1054	IREEQUIPAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO	I	I I I			I	I
I	IHOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR	I 4120.00	I00ILI	11.668		I0341I	
I 1055	IINVESTIMENTOS PARA A POLÍCIA	I	I I I			I	I
I	IMILITAR	I 4120.00	I00ILI	117.808		I0341I	
I 1056	IPOLÍCIA MILITAR VINTE E QUATRO	I	I I I			I	I
I	IHORAS	I 4120.00	I00ILI	1.648		I0341I	

I CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 02		I
I ANEXO				CRS 1.000,00		I
ICODIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA	IL I	VALOR	IN. DOI	
I	I	I DA	IFTIDI		IPROCI	
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOF	I
I 3112	ICORPO DE BOMBEIROS	I	I I I		I	I
I 1058	IINVESTIMENTOS PARA O CORPO DE	I	I I I		I	I
I	IBOMBEIROS	I 4120.00	I00ILI	99.424	I0341I	
I	I	I 4192.00	I00ILI	10.640	I0341I	
I 1059	IBOMBEIROS VOLUNTARIOS	I 4120.00	I00ILI	106.400	I0341I	
I 1060	IIMPLANTAÇÃO E EXPANSÃO DO SIATE	I 4120.00	I00ILI	83.958	I0341I	
I 3113	IACADEMIA POLICIAL MILITAR DO	I	I I I		I	I
I	IGUATUPÉ	I	I I I		I	I
I 1178	IINVESTIMENTOS PARA A ACADEMIA	I	I I I		I	I
I	IMILITAR DO GUATUPÉ	I 4120.00	I00ILI	7.939	I0341I	
I	I	I	I I I		I	I
I 4300	ISECRETARIA DE ESTADO DOS	I	I I I		I	I
I	ITRANSPORTES	I	I I I		I	I
I	I	I	I I I		I	I
I 4302	IGABINETE DO SECRETÁRIO -	I	I I I		I	I
I	I ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I
I 2718	I PROGRAMAÇÃO A CARGO DO DER	I 4311.02	I00ILI	4.337.884	I0341I	
T O T A L				6.680.640	I	

I CANCELAMENTO		A N E X O I I I		FL. 03		I
I ANEXO				CRS 1.000,00		I
ICODIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA	IL I	VALOR	IN. DOI	
I	I	I DA	IFTIDI		IPROCI	
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOF	I
I 2200	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I	I I I		I	I
I	I ADMINISTRAÇÃO - ENTIDADES	I	I I I		I	I
I	IVINCULADAS	I	I I I		I	I
I	I	I	I I I		I	I
I 2252	IDEPARTAMENTO ESTADUAL DE	I	I I I		I	I
I	I ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL - DEAM	I	I I I		I	I
I 2019	ICOMPRAS E FORNECIMENTO DE	I	I I I		I	I
I	IMATERIAIS - DEAM	I 4120.00	I00ILI	1.839.431	I0342I	
I	I	I	I I I		I	I
I 4400	ISECRETARIA DE ESTADO DOS	I	I I I		I	I
I	ITRANSPORTES - ENTIDADES	I	I I I		I	I
I	IVINCULADAS	I	I I I		I	I
I	I	I	I I I		I	I
I 4400	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE	I	I I I		I	I
I	I RODAGEM - DER	I	I I I		I	I
I 1021	ICONSTRUÇÃO DE RODOVIAS	I 4110.00	I00ILI	4.337.884	I0341I	
T O T A L				6.177.315	I	

Curitiba, quarta, em 25.11.92

Curitiba, 23.11.92.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 123.356.000,00 (cento e vinte e três milhões, trezentos e cinquenta e seis mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM,

aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com pagamento do PASEP.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

I SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O		I		FL. 01		I	
I ANEXO						CRS 1.000,00		I	

ACRÉSCIMO DA RECEITA		ANEXO III	FL. 01 Cr\$ 1.000,00	
		ANEXO		
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	FT	VALOR	
1990.99.00	Demonstrativo da Receita por Fontes Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, OUTRAS RECEITAS	90	110.630	
TOTAL			110.630	

REDUÇÃO DA RECEITA		ANEXO IV	FL. 01 Cr\$ 1.000,00	
		ANEXO		
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	FT	VALOR	
2590.00.00	Demonstrativo da Receita por Fontes Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, OUTRAS RECEITAS	90	110.630	
TOTAL			110.630	

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 123.356.000,00 (cento e vinte e três milhões, trezentos e cinquenta e seis mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura de crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações do orçamento próprio, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Diante do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Demonstrativo da Receita por Fontes da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento

Ambiental - SUCEAM, especificados nos Anexos III e IV.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 125/92

Curitiba, 23.11.92.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas de custeio com recursos de convênio com o MEC.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assemblêia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Uni-

versidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação da própria entidade, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita por Fontes, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexos III e IV desta Lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DE LEI Nº 1.000,00		A N E X O I		FL. 01		I	
ANEXO				CRS 1.000,00		I	
ICODICI	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA I	DA IFTIDI	VALOR	IN DOI	IPROCI	ICDF I
1200	SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA	I	I I		I	I	
	DE COMÉRCIO - ENTIDADES	I	I I		I	I	
	CONVULADAS	I	I I		I	I	
		I	I I		I	I	
1600	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO	I	I I		I	I	
	OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE	I	I I		I	I	
2497	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO	I	I I		I	-I	
	ENSINO SUPERIOR NA UNIOESTE	I	3120.00I81ILI	100.000	I0796I		
		I	3131.00I81ILI	100.000	I0796I		
		I	3132.00I81ILI	300.000	I0796I		
T O T A L I				500.000 I			

CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01		I	
ANEXO				CRS 1.000,00		I	
ICODICI	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA I	DA IFTIDI	VALOR	IN DOI	IPROCI	ICDF I
1200	SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA	I	I I		I	I	
	DE COMÉRCIO - ENTIDADES	I	I I		I	I	
	CONVULADAS	I	I I		I	I	
		I	I I		I	I	
1600	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO	I	I I		I	I	
	OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE	I	I I		I	I	
1141	EDIFICAÇÕES PARA O CAMPUS DA	I	I I		I	I	
	UNIOESTE	I	4110.00I81ILI	500.000	I0796I		
T O T A L I				500.000 I			

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO	ANEXO III	FL. 01 Cr\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO		FT	VALOR
1760.01.00	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE Convênios com Órgãos Federais		81	500.000
TOTAL				500.000

REDUÇÃO DA RECEITA		ANEXO IV	FL. 01 Cr\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	FT	VALOR
2460.01.00	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA - UNIOESTE Convênios com Orgãos Federais	81	500.000
TOTAL			500.000

MENSAGEM Nº 126/92

Curitiba, 23 de novembro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrêgia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 607.000.000,00 (seiscentos e sete milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com a manutenção de crianças e adolescentes das Unidades Sociais Oficiais da Fundação de Ação Social do Paraná- FASPAR.

Esclareço também que os recursos para

a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria entidade e simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 81 - Convênios com Órgãos Federais para a fonte 90 - Diversas, no valor de Cr\$ 607.000.000,00 (seiscentos e sete milhões de cruzeiros). Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito su-

plementar no valor de Cr\$ 607.000.000,00 (seiscentos e sete milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação de Ação Social do Paraná- FASPAR e simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 81 - Convênios com órgãos Federais para a fonte 90 - Diversas, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recursos para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância pro-

veniente de cancelamento de dotação da própria entidade conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta Lei, fica alterado o demonstrativo da receita por fontes da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, conforme Anexos III e IV desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I		FL. 01	
ANEXO				CR\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	IL I	VALOR	IN. DO I
I		I	IRI		IPROCI
I		I	IRI		ICOF I
2800	SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO	I	I I I		I I
	DE DA AÇÃO SOCIAL - ENTIDADES	I	I I I		I I
	INVINCULADAS	I	I I I		I I
		I	I I I		I I
2860	FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ	I	I I I		I I
	- FASPAR	I	I I I		I I
2862	ADMINISTRAÇÃO DAS ATIVIDADES DAS	I	I I I		I I
	UNIDADES SOCIAIS OFICIAIS	I	I I I		I I
		I	3120.00I90ILI	347.000	I0815I
		I	3132.00I90ILI	150.000	I0815I
		I	3254.00I90ILI	110.000	I0815I
		T O T A L		607.000	I

DE CANCELAMENTO		A N E X O II		FL. 01	
ANEXO				CR\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	IL I	VALOR	IN. DO I
I		I	IRI		IPROCI
I		I	IRI		ICOF I
2800	SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO	I	I I I		I I
	DE DA AÇÃO SOCIAL - ENTIDADES	I	I I I		I I
	INVINCULADAS	I	I I I		I I
		I	I I I		I I
2860	FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ	I	I I I		I I
	- FASPAR	I	I I I		I I
1095	PROTEÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA DA	I	I I I		I I
	INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE	I	I I I		I I
		I	4110.00I81ILI	607.000	I0815I
		T O T A L		607.000	I

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO III		FL. 01 Cr\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	FT	VALOR		
1990.99.00	Outras Receitas	90	607.000		
T O T A L			607.000		

REDUÇÃO DA RECEITA		ANEXO IV		FL. 01 Cr\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FT	VALOR		
1760.01.00	Convênios com Órgãos Federais	81	607.000		
T O T A L			607.000		

MENSAGEM Nº 127/92

Curitiba, 23 de novembro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrêgia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender a programação de obras do Programa Estadual de Saneamento Ambiental.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da

Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º- Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros) ao vigente orçamento próprio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, aprovado pela Lei Estadual nº

9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei, ficando simultaneamente convertida a fonte 20 - Operação de Crédito Interna-Vinculada para a fonte 02 - Cota-Parte do Fundo de Exportação.

Art. 2º - Servirá como recursos para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação da Secretaria de

Estado da Justiça e da Cidadania, conforme Anexo II, desta Lei.

Art. 3º - Diante do contido nos artigos 1º e 2º desta Lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita de Recolhimento Centralizado, conforme Anexos III e IV desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL. 01	
ANEXO				CR\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA DA DESPESA	IL IFTIRI	VALOR	IN DO I PROCI COP I
4100	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO-AMBIENTE	I I I I			I I I I
4105	COORDENADORIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA	I I I I			I I I I
4120	AÇÕES DE COORDENAÇÃO E GERENCIAMENTO DO PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO RURAL	I I I I			I I I I
		4130.00	102ILI	10.000.000	10708I
TOTAL				10.000.000	I

CANCELAMENTO		ANEXO I I		FL. 01	
ANEXO				CR\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA DA DESPESA	IL IFTIRI	VALOR	IN DO I PROCI COP I
700	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA	I I I I			I I I I
7004	DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO DO ESTADO	I I I I			I I I I
7007	AMPLIAÇÃO E MELHORIAS NA INFRA-ESTRUTURA PENITENCIÁRIA	I I I I			I I I I
		4110.00	120ILI	10.000.000	10708I
TOTAL				10.000.000	I

ACRÉSCIMO DA RECEITA		ANEXO III		FL. 01	
ANEXO				CR\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FT	VALOR		
1721.01.12	Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados	02	10.000.000		
TOTAL				10.000.000	

REDUÇÃO DA RECEITA		ANEXO IV	FL. 01 Cr\$ 1.000,00	
ANEXO				
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	FT	VALOR	
2119.02.00	Operações de Crédito Internas - Vinculadas	20	10.000.000	
T O T A L			10.000.000	

MENSAGEM Nº 128/92

Curitiba, 23 de novembro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento próprio do Departamento Estadual de Transporte Oficial- DETO, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com material de consumo (combustível, compra de peças, acessórios para veículo, adiantamentos e outros) nos meses de novembro e dezembro do corrente exercício.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º- Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio do Departamento Estadual de Transporte Oficial - DETO, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recursos para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação da própria entidade, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, ficam alterados os Demonstrativos da Receita por Fontes do Departamento de Transporte Oficial- DETO, conforme Anexos III e IV desta Lei.

Art. 4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I	FL. 01 CR\$ 1.000,00	
ANEXO				
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA DA DESPESA	VALOR	IN. DOI
2200	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - ENTIDADES VINCULADAS	I I I I I		I I I I I
2246	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSPORTE OFICIAL - DETO	I I I I I		I I I I I
2753	ADMINISTRAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS	I 3120.001901 I I I	2.500.000	107921
T O T A L			2.500.000	

CANCELAMENTO		A N E X O I I			FL. 01	
ANEXO					CR\$ 1.000,00	
CÓDIGO		ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	IL	VALOR	IN DO
			DA	IFTI		IPROCI
			DESPESA	IRI		ICOF
2200	1	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I	I I I		I
	1	IADMINISTRAÇÃO - ENTIDADES	I	I I I		I
	1	IVINCULADAS	I	I I I		I
	1	I	I	I I I		I
2246	1	IDEPARTAMENTO ESTADUAL DE	I	I I I		I
	1	ITRANSORTE OFICIAL - DETO	I	I I I		I
2753	1	IADMINISTRAÇÃO DA FROTA DE	I	I I I		I
	1	IVEÍCULOS OFICIAIS	I 4120.00	I90ILI	2.500.000	I0792I
T O T A L					2.500.000	

ACRESCIMO		ANEXO III		FL. 01	
DA RECEITA		ANEXO		Cr\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR		
	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSPORTE				
	OFICIAL - DETO				
1990.99.00	Outras Receitas	90	2.500.000		
TOTAL			2.500.000		

REDUÇÃO		ANEXO IV		FL. 01	
DA RECEITA		ANEXO		Cr\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO		FT	VALOR	
	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSPORTE				
	OFICIAL - DETO				
2219.01.00	Vendas de Bens do Estado		90	2.500.000	
T O T A L				2.500.000	

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrêgia Assemblêia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.399.509.000,00 (hum bilhão, trezentos e noventa e nove milhões, quinhentos e nove mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental-SUCEAM, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com a programação de obras.

Esclareço também que os recursos para

a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de cancelamento de dotação do próprio Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assemblêia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º- Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.399.509.000,00 (hum bilhão, trezentos e noventa e nove milhões, quinhentos e nove mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Superintendência do Controle da Erosão

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO 1		FL. 01		LRS 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	IL	VALOR	IN DOI	IPROCI	ICOP
4200	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO-AMBIENTE - ENTIDADES LIVINCULADAS	1	1 1 1				
4234	SUPERINTENDENCIA DO CONTROLE DA JEROSÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL - ISUCEAM	1	1 1 1				
1122	CONTROLE E COMBATE DA EROSÃO - IPRONORDESIE	1	1 1 1				
2527	ADMINISTRAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ISUCEAM	1	1 1 1				
		4130.00	100IL	1.361.000		I0779	
		3280.00	100IL	38.509		I0779	
TOTAL				1.399.509			

CANCELAMENTO		ANEXO		11		1.377.309		1	
ANEXO						PL. 01			
						CRS 1.000,00			
ICODIGO		ESPECIFICAÇÃO		NATUREZA		VALOR		IN. DO	
				DA				IPROCI	
				INESPESA				ICOP	
4200	ISECRETARIA DE ESTADO DO								
	IDESENVOLVIMENTO URBANO E DO								
	IMEIO-AMBIENTE - ENTIDADES								
	IVINCULADAS								
	I								
4284	ISUPERINTENDÊNCIA DO CONTROLE DA								
	IEROSAD E SANEAMENTO AMBIENTAL -								
	ISUCEAM								
1123	I PROGRAMA DE DRENAGEM EM ÁREAS								
	I URBANAS OU SUJEITAS A ENCHENTES								
1124	ILIMPEZA PÚBLICA - SUCEAM	4120.00	100	IL		471.000		10779	
1125	ICONTROLE DA EROSAD MARINHA E	4120.00	100	IL		425.000		10779	
	ISANEAMENTO AMBIENTAL								
2527	I ADMINISTRAÇÃO DAS ATIVIDADES DA	4120.00	100	IL		21.000		10779	
	ISUCEAM								
		4120.00	100	IL		105.000		10779	

e Saneamento Ambiental - SUCEAM, aprovada pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo

anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 02	
ANEXO				CRS 1.000,00	
ICODIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA	IL I	VALOR	IN DO I
I	I	I DA	IFTIDI		IPROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP I
2528	IFABRICAÇÃO DE TUBOS	I 3255.00	I00ILI	18.725	I0779I
I	I	I 3257.00	I00ILI	12.020	I0779I
I	I	I 3280.00	I00ILI	2.874	I0779I
I	I	I 3291.00	I00ILI	2.445	I0779I
I	I	I 3292.00	I00ILI	2.445	I0779I
I	I	I 4120.00	I00ILI	339.000	I0779I
T O T A L I				1.399.509	I

MENSAGEM Nº 130/92

Curitiba, 23.11.92.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando dar cobertura orçamentária para possibilitar o ingresso de recursos provenientes de Royalties.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são de-

correntes de cancelamento de dotação do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991,

SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I		FL. 01	
ANEXO				CRS 1.000,00	
ICODIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA	IL I	VALOR	IN DO I
I	I	I DA	IFTIDI		IPROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP I
1700	IADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO -	I	I I I		I I
I	I RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEPL	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
1701	I PROGRAMAÇÕES ESPECIAIS, REGIONAIS	I	I I I		I I
I	I E MULTISSETORIAIS	I	I I I		I I
1047	I ROYALTIES - INVESTIMENTOS NAS	I	I I I		I I
I	I ÁREAS ECONÔMICA E SOCIAL	I	I I I		I I
		I 4130.00	I05ILI	20.000.000	I0827I
T O T A L I				20.000.000	I

conforme anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura de crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 2º desta lei, fica alterado o orçamento próprio do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, aprovado pela Lei Estadual

nº 10.006, de 27 de julho de 1992, e pelo Decreto nº 1.583, de 02 de setembro de 1992, conforme Anexo III desta lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido nos artigos anteriores desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita por Fontes do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, conforme Anexos IV, V e VI desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I CANCELAMENTO		A N E X O		I I		FL. 01	
I ANEXO						CRS 1.000,00	
I	I			I	I		
ICÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA	IL I	IN. DOI			
I	I	I DA	IFTIDI	I PROC			
		IDESPESA	I IRI	ICOP			
I 4500	I SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO	I	I I I	I			
I	I AMBIENTE	I	I I I	I			
I	I	I	I I I	I			
I 4502	I GABINETE DO SECRETÁRIO -	I	I I I	I			
I	I ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I	I			
I 2624	I PROGRAMAÇÃO A CARGO DO IAP	I 4311.02	I 09 I I I	I 0824	20.000.000		
		T O T A L		I	20.000.000		

I CANCELAMENTO		A N E X O		I I I		FL. 02	
I		ANEXO		I I I		CRS 1.000,00	I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I		I			I
I		I					

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO IV		FL. 01 Cr\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	FT	VALOR		
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO				
1921.01.00	Compensação financeira pela utilização de Recursos Hídricos	05	20.000.000		
TOTAL			20.000.000		

REDUÇÃO DA RECEITA		ANEXO V		FL. 01	
		ANEXO		Cr\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO		FT	VALOR	
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO				
1721.09.01	Títulos da Dívida Agrária		09	20.000.000	
TOTAL				20.000.000	

REDUÇÃO DA RECEITA		ANEXO VI	FL. 01
ANEXO			Cr\$ 1.000,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FT	VALOR
	INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP		
2412.01.05	Recursos de Títulos da Dívida Agrária	09	20.000.000
TOTAL			20.000.000

MENSAGEM Nº 131/92

Curitiba, 23.11.92.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 583.785.000,00 (quinhentos e oitenta e três milhões, setecentos e oitenta e cinco mil cruzeiros), ao vigente orçamento do Ministério Público, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando dar cobertura às despesas com aquisição de terminais telefônicos.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia Legislativa, rei-

tero a V.Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 583.785.000,00 (quinhentos e oitenta e três milhões, setecentos e oitenta e cinco mil cruzeiros), ao vigente orçamento do Ministério Público, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações do próprio órgão, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO		FL. 01		
				CRS 1.000,00		
ICODIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA	IL	VALOR	IN DO	
		DA	IFTIDI		IPROCI	
		IDESPESA	IRI		ICOP	
5500	MINISTÉRIO PÚBLICO					
5501	MINISTÉRIO PÚBLICO					
2735	ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS DO					
	MINISTÉRIO PÚBLICO	4261.00	100ILI	583.785	108621	
TOTAL				583.785		

CANCELAMENTO		ANEXO		FL. 01		
				CRS 1.000,00		
ICODIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA	IL	VALOR	IN DO	
		DA	IFTIDI		IPROCI	
		IDESPESA	IRI		ICOP	
5500	MINISTÉRIO PÚBLICO					
5501	MINISTÉRIO PÚBLICO					
2735	ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS DO					
	MINISTÉRIO PÚBLICO	3192.00	100ILI	71.285	108621	
		3259.00	100ILI	21.800	108621	
		4120.00	100ILI	294.500	108621	
TOTAL				387.585		

A Diretoria Legislativa.

Ofício:

(a) LOURENÇO FREGONESE

OFÍCIO Nº SPB. 1463/92

Venho através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 25.11.92, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 25.11.92.

(a) ROSSONI

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1881

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência do Projeto de Lei nº 370/92, que institui normas para venda de óleos combustíveis em lojas, supermercados, etc., e dá outras providências".

Sala das Sessões, em 25.11.92.

REQUERIMENTO Nº 1880

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 246/92, constante da Ordem do Dia da presente sessão, bem como os Projetos de Lei nºs 322-92 e 363-92.

Sala das Sessões, em 25.11.92.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1897

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no

curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, 25.11.92.

(a) LUIZ CARLOS ALGORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1882

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de Emancipação Política do Município de Manguueirinha, neste dia 21 de novembro de 1992.

Rogamos dar ciência ao Prefeito e à Câmara.

Sala das Sessões, em 25.11.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Manguueirinha desmembrou-se de Clevelândia pela Lei Estadual n° 533, de 21 de novembro de 1946, medida do Governo Estadual para atender o esforço do Governo Federal na garantia das fronteiras com os países platinos.

A segurança, até então, era representada pelas Forças do Exército localizadas no antigo território Federal do Iguaçu que, naquela ocasião, já não atendia plenamente aos seus objetivos.

A razão mais forte das preocupações do Governo Brasileiro era com a população dessa área, representada quase que exclusivamente pelos índios caingangues. A marcha para, Oeste, grande movimento político organizado pelo Presidente Getúlio Vargas para estimular o povoamento das áreas fronteiriças do Brasil, foi um esforço oficial, plenamente recompensado. A Manguueirinha foi um dos primeiros Municípios a serem criados na Fronteira Oeste do Brasil.

Seus pioneiros honraram a confiança neles depositada, esforçando-se para criar um município economicamente forte.

Merecem ser lembrados e a homenagem que a eles se presta nesta data, em reconhecimento ao seu sacrifício e disposição para atender aos interesses nacionais.

REQUERIMENTO N° 1883

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de Emancipação Política do Município de São Jorge do Oeste, no dia 23 de novembro, passado.

Rogamos dar ciência ao Prefeito e Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 25.11.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A história da emancipação política e administrativa de São Jorge do Oeste está

ma pelas grandes discussões e acertos políticos. Desmembrado de São João, o novo Município tinha sua sede numa região dos densos pinheirais paranaenses que começou a ceder lugar para a agricultura, com a chegada do Povo do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, pioneiros empenhados em atender ao chamamento da Marcha para Oeste, do Governo Federal.

A economia de São Jorge do Oeste, nos seus primórdios, esteve intimamente ligada ao corte e beneficiamento de madeira e a atividade agrícola e de criação de suínos ganhou expressão crescente com a derrubada das matas. Essa história está sendo escrita desde o ano de 1963, com a sanção da Lei Estadual n° 4.730, de 24 de junho, a qual emancipou o antigo distrito. Com o voto dos prezadíssimos Pares desta Casa de Leis, associamos o Parlamento paranaense à homenagem ora proposta.

REQUERIMENTO N° 1884

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES pelo transcurso de mais um aniversário de EMANCIPAÇÃO POLITICA DO MUNICIPIO DE MARMELEIRO, neste dia 25 de novembro de 1992.

Rogamos dar ciência ao Prefeito e a Câmara.

Sala das Sessões, em 25.11.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Marmeleiro foi desmembrado do município de Francisco Beltrão, pela Lei Estadual n° 4245, de 27 de julho de 1960, sendo instalado a 25 de novembro do mesmo ano. Seus bons índices de produção agrícola e de suínos, justificava o desmembramento. Seus pioneiros tinham certeza de que com a boa produção, toda a economia municipal poderia ser estável e a realidade justificou a expectativa. Marmeleiro revelou-se um município pujante e com importante presença na economia sudoestina e paranaense.

Merece seu Povo, seus Líderes empresariais e políticos e suas autoridades constituídas, as homenagens pelo transcurso do aniversário da emancipação, às quais associamos o Parlamento paranaense através do voto de seus Membros.

REQUERIMENTO N° 1885

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES pelo transcurso de mais um aniversário de EMANCIPAÇÃO POLITICA DO MUNICIPIO DE PEROLA DO OESTE, neste dia 27 de novembro de 1992.

Rogamos dar Ciência ao Prefeito e Câmara.

Sala das Sessões, em 25.11.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Pela Lei Estadual nº 4348, de 11 de abril de 1961, o então distrito de Pêrola conquistou a sua emancipação política e administrativa, desmembrando-se de Capanema.

Justificou-se esse desmembramento por pertencer a localidade a área de Segurança Nacional, interessando ao Governo Federal que um maior número de municípios integrasse a área fronteira.

Certamente que, também, a sua performance na atividade produtiva - tanto agrícola como pecuária, assegurou a sua inclusão entre as localidades emancipadas.

Existe, pois, todo um trabalho do povo local, buscando o próprio engrandecimento econômico que merece as homenagens do Parlamento Paranaense, que registramos pelo voto dos Ilustres Membros desta Assembleia.

REQUERIMENTO Nº 1886

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES pelo transcurso de mais um aniversário de EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE AMPERE, neste dia 28 DE NOVEMBRO DE 1992.

Rogamos dar ciência ao Prefeito e Câmara.

Sala das Sessões, em 25.11.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Desmembrado do Município de Realeza pela Lei Estadual nº 4348, de 11 de abril de 1961, AMPERE tinha a seu favor uma invejada lavoura de trigo em expansão e as primeiras experiências com a de soja, nas terras consideradas entre as mais férteis do mundo.

Com a emancipação e a consolidação da vida econômica do Município, o povo amperense aprendeu a conviver com a responsabilidade de se manter entre os mais produtivos do Sudoeste, cultura implementada pelos pioneiros à custa de muito trabalho.

Pela conquista, e, especialmente, por saber preservá-la, o Povo de Ampere merece as homenagens do Poder Legislativo do Paraná, pelo voto unânime dos seus Membros.

REQUERIMENTO Nº 1887

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES pelo transcurso de mais um aniversário de EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, no dia

28 de novembro de 1992.

Rogamos dar ciência ao Prefeito e à Câmara.

Sala das Sessões, em 25.11.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Pela Lei nº 4245, de 25 de julho de 1960, o antigo distrito de Dois Vizinhos emancipou-se de Pato Branco. Era justificado o movimento emancipacionista, pois a localidade já havia alcançado, então, invejados índices produtivos tanto na agricultura como na criação de suínos.

Pela localização, já se havia emancipado na prática, pelo então Governador Moyses Lupion nos últimos meses do seu Governo. Com o passar dos anos, Dois Vizinhos conquistou uma posição de liderança regional, posicionando-se como o terceiro Município sudoestino, posição de resguarda com seus índices crescentes de produção.

Nossas homenagens ao Povo de Dois Vizinhos, às quais associamos o Poder Legislativo através do voto dos seus Ilustres Membros.

REQUERIMENTO Nº 1888

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES pelo transcurso de mais um aniversário de EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE RENASCENÇA, neste dia 29 de novembro de 1992.

Rogamos dar ciência ao Prefeito e à Câmara.

Sala das Sessões, em 25.11.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A situação geográfica privilegiada e a qualidade excelente das terras da localidade de Vargem Bonita, justificava a procura dos pioneiros pelas "melhores terras agrícolas" do Sudoeste paranaense. Vargem Bonita ascendeu a Distrito de Clevelândia em 1951 pela Lei nº 790, de 14 de novembro. Iniciava-se a luta dos seus moradores pela emancipação, conseguida, finalmente, nove anos depois, pela Lei Estadual nº 4245, de 25 de julho de 1960, instalando-se a 29 de novembro de 1961.

Pelo seu passado de luta e de participação na vida política, administrativa e econômica do Sudoeste e do Estado, Renascença merece as homenagens que propomos ao Parlamento Estadual, através do voto unânime dos seus Ilustres Membros.

REQUERIMENTO Nº 1889

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES pelo transcurso de

mais um aniversário de EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, dia 29 de novembro de 1992.

Rogamos dar ciência ao Prefeito e a Câmara.

Sala das Sessões, em 25.11.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A chegada dos pioneiros gaúchos ao Sudoeste do Paraná na década de 1950, trouxe o espírito dos pioneiros que buscavam as melhores terras para expandir a fronteira agrícola do Brasil e justificar a definitiva conquista da Fronteira Oeste brasileira.

João Ribeiro Cordeiro, de acordo com os registros, foi o primeiro a registrar oficialmente o seu ingresso e moradia no antigo Distrito de Santa Izabel. Município de Ampère. Com o crescimento da agricultura e da criação de suínos, logo o Distrito iniciou a luta pela emancipação política e administrativa, alcançada por ato do Governo Estadual que se materializou através da Lei Estadual nº 4788 de 29 de novembro de 1963, já com a denominação de Santa Izabel do Oeste. O desmembramento revelou um Município de futuro grandioso, assegurado pela produção crescente e que sempre participou com números expressivos da economia sudoestina e do Estado do Paraná.

Registramos a nossa homenagem ao Povo de Santa Izabel do Oeste, às quais associamos os demais Membros Ilustres do Legislativo Paranaense.

REQUERIMENTO Nº 1890

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES pelo transcurso de mais um aniversário de EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE VITORINO, dia 29 de novembro de 1992.

Rogamos dar ciência ao Prefeito e à Câmara.

Sala das Sessões, em 25.11.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Conta a história, registrada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, que às margens do riacho Vitorino, vivia um índio que dera seu nome àquelas águas. O riacho, embora pouco volumoso, tinha boas corredeiras e mantinha úmida as terras próximas, garantindo boa produção e qualidade aos produtos nelas plantados. O índio Vitorino sonhava e trabalhou muito para transferir sua nação para o local. Decorridos mais de 40 anos, o já então Distrito de Clevelândia (Lei nº 790, 14.11.1951) justificou a procura da emancipação que aconteceu em 1960, pela Lei

Estadual nº 4245, sancionada pelo Governador Lupion, instalando-se o Município no dia 29 de novembro de 1961.

Seu povo orgulha-se, com justificadas razões, da história e da origem de Vitorino. E continua a luta do Índio Vitorino, merecendo as homenagens hoje registradas, engrandecidas pelo voto unânime dos Ilustres Pares do Legislativo paranaense.

REQUERIMENTO Nº 1899

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a inserção nos Anais da Sessão de hoje, desta Casa, de votos de congratulações ao Sr. Dionísio Assis Dal-Prá, pela inauguração, em Paranavaí, dia 20 do corrente mês de novembro, da TV IMAGEM DO NOROESTE.

Sala das Sessões, em 25.11.92.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoiamento: Nelson Garcia, Elio Rusch, João Arruda, Costenaro Neto, Basílio Zanusso e Duílio Genari.

JUSTIFICATIVA:

Toda a região Noroeste paranaense recebeu com entusiasmo a inauguração, no último dia 20.11.92, da TV Imagem do Noroeste - Rádio e Televisão Imagem Ltda., afiliada à Rede Bandeirantes de Televisão.

Trata-se de empreendimento que tem à frente, como diretor-presidente, a figura de um dos pioneiros da região, o político, empresário, comerciante e pecuarista Dionísio Assis Dal Prá. Personalidade destacada, que já foi vereador no Município de Alto Paraná, prefeito de Paranavaí e Deputado Federal na Legislatura de 86/92, e que se destaca, ainda, por possuir a maior área ocupada pela citricultura, essa nova e florescente atividade do Noroeste paranaense.

A TV Imagem do Noroeste, modernamente instalada, vai cobrir uma área composta de 70 municípios, os quais receberão os sinais do novo Canal e a programação dessa grande rede nacional que é Bandeirantes, de São Paulo.

A expectativa, em toda região, é de que a emissora se transforma em poderoso instrumento de progresso e de projeção do Noroeste Paranaense, cujo renascimento se dá com grandes realizações, a começar da implantação de citricultura, hoje uma iniciativa já plenamente vitoriosa.

A importância da inauguração da TV Imagem do Noroeste ficou, ainda, plenamente configurada com a presença de ilustres personalidades, merecendo destaque o governador Roberto Requião, os Deputados Estaduais Arlindo Troian, e Cleiton Kiêlze Crisóstomo, os diretores da Rede Bandeirantes de Televisão, José Roberto Maluf, vice-presidente, e Sérgio Marcondes, dire-

tor comercial, além de prefeitos, vereadores e empresários de toda a Região e, mais, do Bispo Diocesano de Paranavaí, Bom Rubens de Souza Spindola, que deu a bênção às instalações.

Pelo significado do evento, entendo justo o registro que ora proponho, nos Anais desta Casa, o que, tenho certeza, merecerá o apoio e a aprovação de todos os Senhores Deputados.

REQUERIMENTO Nº 1898

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Douto Plenário desta Casa de Leis, o envio de ofício à Imprensa Oficial do Estado do Paraná, a fim de que responda, devidamente, as seguintes questões: Através da Secretaria de Justiça.

I - A que título, vem sendo publicado as matérias promocionais sobre o Poder Executivo no Diário Oficial do Estado do Paraná, desde o dia 12 de novembro de 1992?

II - Quem vem determinando a sua publicação?

III - Quem arca com o custo dessas matérias?

IV - Qual o número da Lei, data e ano que instituiu Diário Oficial do Estado do Paraná?

V - Com que finalidade?

Sala das Sessões, em 25.11.92.

(a) ERNANI PUDELL

REQUERIMENTO Nº 1893

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para que determine medidas voltadas a impedir a dilapidação do patrimônio público, fato que vem ocorrendo em vários municípios, após as últimas eleições municipais.

Sala das Sessões, em 25.11.92.

(a) DIRCEU MANFRINATO

Apoio: Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

Após as últimas eleições municipais, diversos prefeitos que não lograram êxito em suas pretensões em eleger seus sucessores, vêm praticando atos lesivos ao erário, vendendo boa parte dos patrimônios públicos municipais, a preços irrealistas, no intuito de prejudicar os futuros prefeitos.

Para coibir tais abusos, sugerimos a aplicação do artigo 75, § 7º da Constituição Estadual, que prevê multa proporcional ao dano causado ao erário.

REQUERIMENTO Nº 1894

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Elias Abrahão, digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a implantação de 05 (cinco) Casas Familiar Rural, no Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 25.11.92.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A construção e equipação da Casa Familiar Rural de Umuarama servirá para formar os jovens filhos de agricultores aliando a teoria à prática dentro de um processo de pedagogia de alternância.

Orientar o jovem agricultor quanto a possibilidade de trabalho no meio de vida com qualidade, evitando-se o êxodo rural.

O objetivo é também capacitar o jovem e seus familiares quanto a organização e condução de seus projetos de vida social e econômica.

É um projeto do Governo do Estado que deverá ser apoiado por nós paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 1895

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor MARIO PEREIRA, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja determinado estudos para a implantação do Programa "Pavimentação de Rodovias de Pedras Irregulares", nas vias abaixo citadas no Município de Altônia em 15 Km aproximadamente.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado o ilustre Prefeito Municipal Jonathan Pliacekos. (Rua Rui Barbosa, 815 - Cx. Postal 91 - CEP 87550-000).

Sala das Sessões, em 25.11.92.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Os trechos pertencentes à área rural do Município de Altônia são bastante utilizados pelos agricultores para o escoamento de seus produtos e em época de chuvas ou prolongada estiagem prejudicam o trânsito.

- Estrada São Tomé.
- Estrada Paineira.
- Estrada Pontal.
- Estrada Mestre para Cerâmica.
- Estrada Massapê.
- Estrada Paredão.
- Estrada Amendoim.
- Estrada Aparecida.
- Estrada Veado.
- Estrada Palma.
- Estrada Ouro Verde.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 016/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - O Artigo 1º da Resolução nº 043/91, de 04/11/91, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas-ITCF, alienar ao Senhor EDU KRUGER, o imóvel constituído do lote nº 20, da Gleba 07, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 203,5306 hectares".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.11.92.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Entendeu-se necessária a alteração do art. 1º da Resolução nº 043/91, pela razão de ter vindo a esta Casa de Leis a Mensagem nº 066/91, e ter sido a mesma objeto de Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, esta ao fazer o referido Parecer com o respectivo Projeto de Resolução denominou erroneamente a pessoa do Senhor EDU KRUGER, como EDUARDO KRUGER.

Devido a ocorrência de tal erro, o Senhor EDU KRUGER, vem sendo altamente prejudicado, já que lhe é impossível o recebimento dos referidos lotes.

Com a presente medida, almeja-se corrigir a injustiça, vindo assim a sanar as dificuldades encontradas até o momento pelo Senhor EDU KRUGER.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 395/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN - fica autorizado a proceder o licenciamento, a deficientes físicos, de veículos adaptados com aparelhos aprovados pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

Art. 2º - Para efeito do disposto no artigo anterior, a parte interessada deverá apresentar comprovante de que o funcionamento do aparelho adaptado ao veículo é aprovado pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN - e tem a garantia do fabricante.

Art. 3º - Por ocasião do licenciamento, o proprietário do veículo deverá firmar um termo de responsabilidade sobre o uso do aparelho adaptado ao veículo, bem como declarar que este será dirigido exclusivamente pelo interessado.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 30 (trinta)

ta) dias.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.11.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoiamento: Costenaro Neto, Oswaldo Trevisan, Eurides Moura e Dobrandino da Silva.

JUSTIFICATIVA:

Embora o artigo 56 da Resolução 734/89 do CONTRAN proibam adaptações mecânicas em veículos, para que deficientes físicos façam exames de habilitação, o autor do presente Plano de Lei foi informado de que está sendo autorizado o uso de aparelhos adaptados para serem dirigidos pelos mesmos.

Para conhecimento dos nobres Deputados, anexamos ao presente, cópia da documentação que lhe foi entregue nesse sentido.

Ao que se sabe, a permissão para uso de veículos adaptados com aparelhos fabricados no Brasil, tem por objetivo evitar os altos custos da aquisição obrigatória de veículos automáticos ou hidramáticos, por parte dos deficientes.

Nossa finalidade é conciliar a preservação da segurança no trânsito, mantendo a proteção dos usuários, condutores e pedestres, patrimônios público e privado, na forma da legislação vigente, com a autorização, condicional, para que os deficientes físicos possam, a menor custo, obter licenciamento para dirigir veículos adaptados, desde que haja garantia quanto à qualidade e eficiência do aparelhamento, assim como a sua prévia aprovação pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN - de onde emanam as normas disciplinadoras da matéria.

Contando com a colaboração dos demais componentes desta Casa de Leis, esperamos que o presente projeto seja aprimorado e submetido à sanção do chefe do Poder Executivo.

No Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TOLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós, ontem, na companhia dos Deputados Toti Colaço, Valdir Rossoni, Eurides Moura, Cleiton Kielse, João Iensen e Ovídio Constantino, deslocamo-nos até Brasília numa missão de urgência em busca de recursos para as rodovias do Estado do Paraná. E na nossa peregrinação pelo Congresso, o que já fizera há duas semanas atrás, o Deputado Heinz Herwig, lamentavelmente pudemos constatar a pouca atenção, um certo desleixo até por parte dos Parlamentares paranaenses que lá estão representando o

Paraná no que diz respeito ao que se passa nas Comissões do Congresso com referência ao nosso Estado. Não quero aqui fazer com que as minhas críticas sejam direcionadas pessoalmente a este ou àquele Deputado Federal; mas, quero lamentar profundamente que a Bancada do Paraná não tenha - pelo menos - e foi o que pudemos sentir ontem, à exceção de alguns Parlamentares - dado uma atenção maior ao que acontece. Basta que se diga que, ao chegarmos no Congresso, fomos direto ao gabinete de alguns Parlamentares. Todos estavam "voando". Ninguém sabia que havia ontem uma reunião da Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização, para se discutir a verba de 75 bilhões para o Estado do Paraná para a recuperação das estradas: 476, a Rodovia do Xisto, a 277, em seu trecho mais precário Palmeira e Relógio, e a Transbrasiliana - 153.

O Deputado Eurides Moura, que aqui está retornou ontem de Brasília. Nós retornamos agora há pouco e outros Parlamentares ficaram, porque amanhã, às 10 horas da manhã, haverá uma nova reunião desta Comissão. O Deputado Eurides Moura está aqui para testemunhar o que estou dizendo. É lamentável! E nós, ao chegarmos naquela Comissão, e já estava acabando a reunião, encontramos apenas um dos cinco integrantes do Paraná. Então, nesta Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização, de cinco Parlamentares do Paraná, apenas um se fazia presente. O Paraná tem nesta Comissão os Deputados Werner Wanderer, do PFL, Deputado Hélio Dalla Vecchia, do PDT, Deputado Basílio Vilani - e eu acho que é ainda do PTB -, Deputado Paulo Bernardo do PT e o Deputado Carlos Scarpellini, do PST. O Deputado Basílio Vilani, como diz o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, é do PDS.

Apenas o Deputado Délio Dalla Vecchia estava lá nesta Comissão, brigando pela verba a que o Paraná tem direito. De cinco integrantes, apenas um! Assim fica difícil, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Paraná trazer as verbas das quais necessita e em especial nesta questão das rodovias do Paraná.

Conversamos com o Presidente da Comissão, Deputado Messias Gões, e este dizia que tem a maior boa vontade em atender os apelos do Paraná. Mas, para isso era preciso que se fizesse um trabalho junto aos Parlamentares do Paraná, no Congresso. Quer dizer, além de tudo ainda levamos um "puxão de orelhas", não é Deputado Eurides?, do Presidente da Comissão, que dizia que era preciso que a Bancada do Paraná se fizesse presente nas Comissões, lá comparecessem e brigassem pelo que o Paraná tem direito.

Então, ontem mesmo fomos à 4.^a Secre-

taria do Congresso. Conversamos com o Deputado Max Rosenmann. Fomos também atendidos pelo Deputado Luiz Carlos Haully e procuramos, então, enviar um telegrama para cada um da Bancada do Paraná, não só os cinco integrantes da Comissão, mas a todos os Parlamentares, para que comparecessem à reunião de amanhã, desta Comissão, às 10 horas, onde poderá ser definitiva a votação em favor do Estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Além disso, fizemos um trabalho de corpo a corpo com os Deputados dos três Estados, solicitando para que comparecessem... Senhor Presidente, eu uso o Horário da Liderança do PDT. Então, para que comparecessem maciçamente na reunião de amanhã. E para isto, permanecem lá, ainda, os Deputados Valdir Rossoni, Toti Colaço, Cleiton Kielse, para acompanharem de perto, amanhã, este trabalho. Então, é lamentável!

É o que é pior: tivemos conhecimento ontem, que se o Governo não pagar cerca de 120 milhões de dólares, cerca de 1 bilhão e 200 milhões de cruzeiros que deve a 200 empresas que fazem a conservação e a reconstrução da malha viária brasileira, elas poderão paralisar definitivamente seus serviços e demitir empregados, o que vai causar um drama social maior ainda.

O alerta era feito ontem, a nós, pelo Presidente da Associação Nacional de Empresas de Obras Rodoviárias, o Sr. José Alberto Ribeiro.

A PETROBRAS, desde setembro não repassa o que recolhe com imposto sobre importação de petróleo, para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. E este, conseqüentemente, não pode pagar as empresas, se não há o recebimento por parte da Petrobrás.

O Ministro dos Transportes, Alberto Goldman, dizia ontem que a recuperação da malha rodoviária do País depende da urgente aprovação da reforma fiscal, proposta pelo Governo Itamar. O Ministro defendeu uma mudança no atual sistema rodoviário brasileiro, uma vez que este vem sendo o maior obstáculo entre produtores e consumidores.

Diante de tudo isto, Senhor Presidente e Srs. Deputados, nós queríamos dar satisfação a esta Casa, a este Plenário, à imprensa e àqueles que hoje nos honram com a sua visita, os servidores públicos, para dar uma amostra de como está Brasília. Ninguém se entende naquela Capital Federal! É um corre corre de um lado para outro, poucas pessoas comparecem às comissões, e estas abarrotadas de papéis, de projetos, de pareceres, e pouca coisa funcionando. Daí o nosso pessimismo, até, de que possa ocorrer nesta reunião de amanhã, desta comissão mista, de planos, orçamen-

tos públicos e fiscalização, que pode mandar ao Paraná 75 bilhões de cruzeiros para recuperar as rodovias.

Concedo aparte, com satisfação, ao nobre Deputado Eurides Moura, que conosco ontem também sentiu de perto o drama, e até o pouco empenho. Isto nos entristece, e já vou dizendo: não sou candidato a Deputado Federal. Tem a palavra o Deputado Eurides Moura.

O Sr. Eurides Moura - Eu quero inicialmente, cumprimentar, parabenizando o Nobre Parlamentar por conduzir com sabedoria e inteligência a delegação do Paraná, dos Deputados desta Assembléia que lá estiveram tratando de assunto de interesse do nosso Estado, como bem disse o Nobre Deputado. Apenas para complementar aquilo que V.Exa. disse da nossa tristeza, especialmente a minha, que não obstante a ausência dos nossos parlamentares mas a ausência total dos Senhores Parlamentares de todo o País. E do que nos disse o Presidente da Comissão, num certo momento, que esse Projeto tão importante está tramitando desde setembro e não houve "quorum" para a apreciação desta matéria de importância para o Estado do Paraná.

Então está de parabéns o nosso ilustre Deputado, por conduzir com sabedoria, trabalhar com eficiência e trazer essas informações úteis para o conhecimento dos Senhores Deputados de nossa Assembléia e do povo geral do Paraná.

Parabéns Deputado pela condução sábia da nossa delegação.

O SR. ALGACI TOLIO - Muito obrigado. Deputado Eurides Moura e V.Exa. faz lembrar exatamente o que disse o Presidente da Comissão: desde setembro ele não consegue fazer reunir esta Comissão. E ontem nós testemunhamos, uma caravana de pessoas, de parlamentares do Piauí que lá estavam reivindicando a aprovação de emendas e o Paraná completamente distanciado do processo. Então eu quero também registrar que estavam lá também presentes o Prefeito de Porto Vitória Vicente Luiz Schaitz que é Presidente da AMSULPAR e o Prefeito eleito de União da Vitória Airton Rovedo e o Vereador Dêcio Pacheco vereador de União da Vitória, também, somando neste bloco que foi de piores na mão pedir auxílio para o Estado do Paraná. E a gente pede para que o Governo do Estado, também, se encaminhe um pouco mais, no sentido de exigir aquilo que tem direito o Estado do Paraná, que produz tanto e que transforma isso em tantos impostos para manter a capital federal funcionando e que, no entanto, esse reconhecimento não é dado como retorno ao Paraná.

Fica aqui portanto esse relato com re-

lação a isso, com relação à ida desta Comissão de Urgência para Brasília e que também aguarda, com muita expectativa, esta reunião desta Comissão, se ela tiver "quorum" para isto, e amanhã é 5.^a feira, é isto que nos preocupa bastante porque Brasília 5.^a feira já era. Então esta é a nossa preocupação de que haja realmente esta reunião e possamos ter o resultado da aprovação nesta Comissão, indo então para o Plenário do Congresso na 3.^a feira para sua aprovação ou não.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Ontem ocupei essa tribuna para indagar sobre a legalidade das publicações que o Governo do Estado vem realizando no Diário Oficial e hoje, após um estudo, constatamos que, essas publicações que estão sendo feitas ferem frontalmente o artigo 37 inciso 21 § 1º da Constituição Federal, bem como o artigo 27 inciso 23º do § 1º da Constituição Estadual. Que veda de uma forma ampla qualquer publicação de matéria de cunho promocional, pessoal de autoridades públicas.

A violação é ainda mais grave, Senhor Presidente, quando o instrumento para a divulgação desse material é exatamente o nosso Diário Oficial. Eu recolhi aqui, alguns exemplares para registrar as manchetes que estão sendo colocadas no Diário Oficial do Estado do Paraná. Requião entrega casas populares em Paranavaí; Requião se encontra com o Presidente do BNDES; Proposta de Requião é elogiada pelo gabinete da presidência. Aqui, inclusive, temos uma manchete que o nosso Governador utiliza o Diário Oficial para divulgar a opinião dos elogios que recebe pelo País a fora.

"Tadeu França afirma que Requião é a referência política do PDT dissidente".

O Diário Oficial, todos nós sabemos tem um custo elevadíssimo para a sua elaboração. São tiragens muito elevadas a um custo também muito elevado, custa milhões e milhões de cruzeiros cada publicação dessas. A Imprensa Oficial pertence ao povo com recursos públicos, com funcionários públicos e está sendo utilizado desta forma. E é lamentável que temos aqui uma manchete, inclusive muito sintomática que diz o seguinte: "Administração de Requião é marcada pelo zelo com o dinheiro público", diz Erondy. O nobre colega Erondy Silvério teve a sua declaração materialmente desmentida com a publicação deste "release" no Diário Oficial. Porque, se houvesse zelo com o dinheiro público o

Senhor Governador do Estado não poderia estar publicando matérias desse cunho no Diário Oficial do Estado.

Eú quero informar a esta Casa que nós estamos analisando a possibilidade já de ingressar com ações judiciais, não apenas para sustar a continuidade da publicação dessas matérias de cunho eminentemente promocional do Senhor Governador no nosso Diário Oficial, mas também, se for possível, obrigá-lo a ressarcir aos cofres públicos pela utilização indevida do nosso instrumento de divulgação de publicidade dos atos normativos do Estado do Paraná.

Era isso, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Nós ouvimos atentamente o discurso do Deputado Algaci e ficamos também estarecidos Senhor Presidente, em saber que temos em Brasília, parece-me que 33 Deputados, que representam nosso Estado.

Infelizmente, como diz o nobre Deputado Algaci, 5 que participam de uma comissão, apenas um estava presente. Nós lamentamos também que o nosso Estado com 3 Senadores, a gente nada vê o que esses Senhores, esses Parlamentares fazem em Brasília.

As nossas estradas no Paraná, Deputado Eurides Moura, estão uma vergonha, principal o Norte do Estado. E nós pedimos e precisamos dos nossos Deputados Federais que foram eleitos para nos representar em Brasília, de mais empenho. Como diz o Presidente da Comissão segundo o Deputado Algaci, que desde o mês de setembro tenta reunir os Deputados para que seja aprovada essa verba para o Paraná e que não consegue. Os Deputados não comparecem. Então, fica difícil para o nosso Estado, com mais de 30 representantes, não ter verbas para as estradas, o Estado desamparado, na área federal, os nossos Senadores parecem que nem aí estão e a coisa fica difícil para nós, Deputados aqui do Estado do Paraná, que tanto pedimos, tanto reivindicamos e nada vem!

No mês de julho, Srs. Deputados, nós fomos a Brasília, pedir urgência no recapeamento da BR 376, Maringá-Paranavaí. A estrada estava intransitável, foram feitos vários bloqueios, a estrada estava intransitável, sem condições de tráfego. Nós que várias vezes fomos até Paranavaí, ficávamos com vergonha de pessoas de outros Estados que passavam por ali e poderiam dizer: "Estas são as estradas do Paraná". Até que no mês de julho fomos a Brasília, fomos no Gabin. do Ministro Affonso Alves

Camargo, e de mãos postas, Deputado Eurides Moura, pedimos ao Senador Affonso que, pelo amor de Deus, mandasse recapear aquela estrada que liga principalmente o trecho Maringá-Paranavaí. E para nossa felicidade o Ministro nos atendeu muito bem, no seu Gabinete, e disse: "Deputado, dentro de 20 dias começará a reconstrução da BR 376, entre Paranavaí e Maringá". E tivemos então a felicidade de daí 20 dias começou o trabalho, a nossa rodovia está recapeada, agora estão fazendo a demarcação. Nesse ponto eu quero agradecer ao nosso Ministro Affonso, que atendeu o nosso pedido, mas, para isso, Srs. Deputados, tivemos que ir ao Gabinete do Ministro, ajoelhar e pedir: "Sr. Ministro, por favor, a nossa rodovia está intransitável, vários acidentes já aconteceram, a estrada já teve vários impedimentos, e precisamos urgente". Felizmente o Ministro nos atendeu e está lá o trecho. Também levamos conosco um documento do Deputado Basílio Zanusso, que também é da nossa região e felizmente hoje a nossa estrada está em condições de ser utilizada.

Apesar disso é uma vergonha o estado em que se encontram estradas do Paraná! Por isso nós pedimos aos nossos Deputados Federais, aos nossos representantes, em Brasília, aos nossos Senadores que se empenhem mais pelo nosso Estado! Foram eleitos para isso! Para defender o nosso Estado lá, em Brasília.

Nós vamos também enviar, Deputado Algaci Túlio, telegramas aos nossos Deputados, aos nossos Senadores, pedindo mais empenho e que cuidem mais do nosso Estado, pois realmente foram eleitos para isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, companheiros servidores públicos que se encontram nas galerias:

Eu entendo que as funções de um Deputado estadual são várias, eu quero colocar algumas que acho muito importantes: uma das funções é a defesa da democracia e a defesa da democratização do estado brasileiro; também cabe aos Deputados legislar e fiscalizar o cumprimento das Leis formuladas e das outras leis já existentes em nosso País e em nosso Estado.

Entendo também que cabe ao Parlamentar deixar o mais claro possível a transparência do estado que governa, ou do poder que detém, para que a sociedade civil possa acompanhar tudo o que ocorre no serviço público e assim esta mesma sociedade civil organizada passa a cobrar os seus direi-

tos, reivindicar os seus direitos e exigir que as irregularidades sejam punidas.

Nós do PT ainda entendemos que cabe aos Deputados a defesa da classe trabalhadora e a luta contra a opressão e exploração. Opressão e exploração estas que têm se dado em nosso País no cotidiano da sociedade e, principalmente, nas relações de trabalho, nas relações de sexo e nas relações de raça. Cabe a nós combater este tipo de opressão e exploração.

No caso específico do servidor público temos, de maneira geral, sido vítimas de nossos governantes, fazendo com que nossos salários sejam cada vez mais achatados, fazendo com que cada vez mais percamos direitos adquiridos ao longo do tempo.

Mas não é só isto. Nós, servidores públicos, assim como boa parte ou toda a sociedade, também somos vítimas da falta de transparência administrativa. Não sabemos quantos são os servidores, principalmente aqueles, que ocupam cargos em comissão, que independente do governante, mais dia, menos dia, cria uns e acaba com outros, indica parentes, indica irmãos, vizinhos, cabos eleitorais, para ocupar os cargos.

Também não sabemos quais os equipamentos públicos que existem, seja na Assembleia Legislativa, seja no Poder Executivo ou no Poder Judiciário. No que é investido no dia a dia, como simples informação, quantos são os equipamentos que temos na Assembleia Legislativa, quantos são os carros que têm na Assembleia Legislativa. Apesar de requerimentos colocados na Mesa já em abril do ano passado, até hoje não tive, pelo menos eu, a resposta disto. Não obtendo a resposta de quantidade de carros que têm na Assembleia, fui buscá-la nos registros do DETRAN e, sinceramente, fiquei um pouco assustado com o que me foi entregue. Realmente é bastante extensa a lista dos carros lá registrados. Podem alegar que nem todos estão a serviço da Assembleia, ou que alguns foram leiloados, ou que alguns foram vendidos, mas não foi dado baixa no DETRAN. Daria talvez vários metros de impresso de computador se fôssemos abrir.

Fiz um levantamento de tudo o que se encontra registrado no DETRAN e constateei que existe registrado um carro em 79; um carro em 84; cinco em 85; um em 86; nove em 87; vinte e nove em 88; 14 em 89; 13 em 90; 43 em 91; 72 em 1992. Totalizando 188 carros registrados em nome da Assembleia Legislativa do Paraná. São quarenta e seis Opalas, sessenta e duas Caravans, -sendo que destas, 25 são ambulâncias, trinta e seis Caravans automôvel, 31 Gols, 20 chevets, 17 monzas, 07 santanas, 02 versailles, 02 chevies-camionetes, 01 bonanza,

registrado no dia 17 último passado, com cabine fechada da chevrolet.

A gente nota que carro comprado em 79 foi cadastrado no DETRAN em 91, por quê? A gente nota que carro comprado em 84 foi cadastrado em 91. Em 91 a Assembleia comprou 43 carros; Em 92, 72 carros, dando uma média de cerca de 3,5 carros para cada Deputado. Em 91 comprou 11 carros só no mês de junho, sendo 09 gols e 02 caravans. Em setembro, sendo 06 gols e 01 monza. Em 91 deixou de comprar carro somente no mês de janeiro, abril e maio: em 92, somente no mês de agosto e dezembro que não chegamos ainda. Em abril de 92 comprou 10 carros, sendo 07 no mesmo dia como quem vai à feira; desses 06 são ambulâncias. Em julho comprou 12 carros, sendo 09 no mesmo dia, dia 17, desses 07 são chevets júnior. Em setembro comprou 13 carros, agora recentemente, sendo 06 no mesmo dia, 04 destes são monzas.

Chama a atenção. A Assembleia Legislativa tem vinte e seis ambulâncias registradas em seu nome, maior em quantidade do que qualquer município do Paraná! Aonde se encontra? Aonde estão, queremos saber, esses carros? Eu acho que cabe uma explicação à sociedade, não a mim, não a nós Deputados, mas à sociedade paranaense porque, afinal é dinheiro da sociedade.

Quando se fala em passar o País a limpo com CPI de PC e de Collor, acreditamos que está na hora de passar a limpo tudo, inclusive a Polícia Militar daqui que vamos passar no momento em que se instalar a CPI. E na Assembleia cabe esclarecer, de exigir registrado quantos, realmente, são propriedades da Assembleia Legislativa e, desses que são propriedades, aonde se encontra hoje, a serviço de quem ou a serviço do quê ou a serviço para quem? Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerra o Grande Expediente.

Passa-se ao Horário das Lideranças:

PFL - (Declina)

PRN - (Declina)

PST - (Declina)

PMDB - (Declina)

PSDB - (Declina)

PTB - (Declina)

PL - (Declina)

PT - (Declina)

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº SPB. 1463/92, subscrito pelo Sr. Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua

ausência na Sessão Plenária do dia 25 do corrente mês, em virtude de compromissos em sua Região. -A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. -Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, devidamente apoiado, constante do expediente. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 246/92, constante da Ordem do Dia da presente Sessão, bem como os Projetos de Lei nºs 322/92 e 363/92. -Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/92, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA - OFÍCIO Nº 344/92, que cria o quadro próprio dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 246/92

P A R E C E R:

Em que pesem algumas dúvidas acerca da conveniência da matéria em relação aos serventuários da Justiça, nos aspectos estritos da competência desta Comissão não existem óbices à sua normal tramitação e apreciação pelo Plenário desta Assembléia.

Salvo Melhor Juízo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

Emenda com parecer da C.C.J. -Aprovada.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Voto contrário na Emenda e no Projeto da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrados.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 322/92, de autoria do Deputado ANTONIO MARTINS ANNIBELLI, que altera a redação da Lei nº 9320, de 11.07.90, que criou o Município de Santa Maria do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Public. no D.A. nº 155 de 03.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 322/92

P A R E C E R:

Analisando o Projeto de Lei nº 322/92, de autoria do nobre Deputado Antônio Martins Annibelli, constatamos que o objetivo do mesmo é atender à sugestão do IBGE que enviou a esta Casa o Ofício DGC/DETRE nº 039/SET/92, visando uma melhor descrição dos limites do Município de Santa Maria do Oeste.

Assim sendo, não encontramos nenhum impedimento à normal tramitação da presente Proposição, opinando, portanto, pela aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

MARIO BEZERRA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 363/92, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CESAR, que declara de Utilidade Pública a Creche Sagrados Corações do Jardim Esplanada, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Public. no D.A. nº 167 de 23.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 363/92

P A R E C E R:

De autoria do Ilustre Deputado Djalma de Almeida Cesar, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública a "Creche Sagrados Corações do Jardim Esplanada", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, ou seja, a Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para a declaração de Utilidade Pública, inexistindo, assim óbice de natureza legal à sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do Plano de Lei em tela, nos termos em que se apresenta.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 565/91, de autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, que sujeita à prévia autorização do Poder Público a prática de esportes náuticos no Litoral Paranaense. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E., C.S.P. e C.T.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário, de autoria do

Sr. Deputado Lourenço Fregonese, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 565/91**

Os artigos 3º, 4º e 5º passam a ter a seguinte redação:

Art. 1º - A prática de esportes náuticos no litoral paranaense, em locais públicos à beira-mar ou até 100 (cem) metros da praia fica sujeita à prévia autorização do Poder Público nos termos desta Lei.

Art. 2º - As áreas referidas no artigo anterior serão definidas pelo Poder Público Estadual através da Polícia Militar do Estado do Paraná (Corpo de Bombeiros), ouvidas as entidades representativas de cada modalidade, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento de expediente que solicite a definição de áreas para a prática de esportes em caráter excepcional ou eventual, decorrentes de campeonatos ou outras atividades promocionais.

Art. 3º - A Polícia Militar do Estado do Paraná, estabelecerá as condições de segurança e demais limitações que julgar necessárias para a prática de esportes e delimitará os locais para o acesso à praia de embarcações marinhas, onde deverão ser colocadas indicações físicas destes limites, para orientação ao Público.

Art. 4º - Os infratores das normas e condições previstas nesta lei, e posteriores regulamentações estarão sujeitos as seguintes penalidades:

I - Advertência - que será aplicada pela Polícia Militar do Estado do Paraná (Corpo de Bombeiros).

II - Multa;

III - Apreensão da embarcação ou equipamento esportivo.

§ 1º - A multa e a apreensão da embarcação serão de competência do Ministério da Marinha, obedecidos os diplomas legais em vigor.

Art. 5º - Caberá a Política Militar do Estado do Paraná (Corpo de Bombeiros), a fiscalização desta lei em conjunto com a Capitania dos Portos do Estado do Paraná, de acordo com o Plano Nacional de Gerenciamento Costeira, criado pela Lei nº 7.661 de 16 de maio de 1988 e regulamentado pela Resolução nº 01 de 21 de novembro de 1.990, da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Apoio: Nelson Garcia, Nelson Justus, Colombino Grassano, Oswaldo Trevisan. Ba-

sílio Zanusso, Paulo Maia, Arlindo Troian. JUSTIFICATIVA:

A presente emenda substitutiva visa apenas adaptar o projeto em seu setor redacional à realidade da legislação vigente, e estabelecer os poderes de competência. **O Projeto irá à Comissão de Constituição e Justiça.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 125/92, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que altera a redação da Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO de nº 01,
AO PROJETO DE LEI Nº 125/92**

Fica suprimido do texto original do Projeto de Lei Complementar nº 125/92, o artigo 2º.

Sala das Sessões, em 25.11.92.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoio: Doutor Rosinha, Mário Bezerra, Paulo Maia e Emilia Belinati.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que os recursos a que se refere a Lei Complementar nº 59/91, de 1º de outubro de 1991, já encontram-se destinados aos municípios, como forma de compensação por abrigarem as áreas e unidades constantes do seu Art. 1º, e, considerando que se esses recursos fossem destinados exclusivamente às áreas indígenas que eles abrigam, pela proposta inicial estaríamos, no mínimo cometendo grave injustiça, pois estes sempre arcaram com a maioria das despesas de manutenção das reservas.

Assim, visando corrigir o projeto inicial, permanece a inclusão das Áreas de Reserva Indígenas, no texto da Lei Complementar nº 59/91, suprimindo-se o Artigo 2º e Parágrafo Único do Projeto de Lei Complementar nº 125/92. **O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 281/92, de autoria do Deputado Eurides Moura, que decreta a criação de hortas nas proximidades das escolas com o objetivo de alimentar as crianças em fase escolar. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E. e C.A.I.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 290/92, de autoria dos Deputados Doutor Rosinha, Lygia Pupatto e Ovídio Constantino, que dispõe sobre o fornecimento de cópia de controle aos consumidores de servi-

ços públicos, pelas empresas do Estado que realizam medições a domicílio e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 335/92, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a doação de bem imóvel ao Município de Doutor Ulysses, conforme especifica - Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 592/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 145/91, que objetiva criar os meios institucionais ao funcionamento e gestão do sistema previdenciário dos servidores públicos do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. com PARECER FAVORÁVEL da C.F. (Publ. no D.A. nº 166 de 10.12.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 592/91

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 592/91, oriundo de Mensagem Governamental nº 145/91, objetiva instituir o Fundo de Previdência do Estado, dando, para tanto, outras providências.

Antecedeu-nos, como relator designado para a matéria, o Deputado Oswaldo Trevisan, que apresentou parecer favorável ao projeto, na forma de Substitutivo Geral, que findou por ser rejeitado nesta Comissão.

A partir do trabalho desenvolvido pelo ilustre Relator que nos antecedeu, promovemos determinadas modificações no Substitutivo Geral já existente, que objetivaram atender a propostas que nos foram encaminhadas pelas entidades representativas da categoria dos servidores públicos.

Uma vez procedidas as referidas alterações, dirigidas aos artigos 54, 68, 69 e 72, ratificamos o restante do parecer do Deputado Oswaldo Trevisan, na oportunidade em que apresentamos um novo Substitutivo Geral, em anexo, com o nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.11.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.,
AO PROJETO DE LEI Nº 592/91

TÍTULO I

DA PREVIDENCIA SOCIAL AOS
SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS

CAPÍTULO I

DO PLANO DE PREVIDENCIA

Art. 1º - O Estado do Paraná promoverá a previdência social de seus servidores e respectivos dependentes, mediante contribuição que assegure meios indispensáveis para a manutenção dos benefícios previdenciários.

Art. 2º - A previdência social do servidor estadual, abrange:

I - Quanto ao segurado:

- a) aposentadoria por invalidez permanente;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria voluntária;
- d) aposentadoria por tempo de serviço.

II - Quanto aos dependentes:

- a) pensão por morte;
- b) auxílio reclusão.

Art. 3º - Para os fins previstos no artigo anterior, fica criado o Fundo de Previdência do Estado, a ser constituído e gerido na forma estabelecida por esta Lei.

Art. 4º - Os recursos alocados ao Fundo de Previdência do Estado, não serão utilizados para outra finalidade que não a do custeio total da previdência social do servidor, sob pena de ser responsabilizado, na forma da lei, quem assim o permitir.

CAPÍTULO II

DOS BENEFÍCIOS

SEÇÃO I

DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE

Art. 5º - A aposentadoria por invalidez permanente será concedida ao segurado ativo que for considerado definitivamente incapacitado para o cargo ou função públicos, por motivo de deficiência física, mental ou fisiológica.

Art. 6º - A aposentadoria por invalidez permanente será precedida de licença para tratamento de saúde ou por acidente, por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 7º - A concessão de aposentadoria por invalidez permanente dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo de junta médica oficial do Estado.

Art. 8º - A aposentadoria por invalidez permanente será devida a partir do mês subsequente ao da publicação do ato concessório.

Art. 9º - Em caso de doença que necessite de afastamento compulsório, com base em laudo conclusivo da medicina especializada, ratificado pela junta médica oficial do Estado, a aposentadoria por invalidez permanente independe de licença para tratamento de saúde, e será devida a partir do mês subsequente ao da publicação do ato concessório.

Art. 10 - A aposentadoria por invalidez permanente terá proventos proporcionais ao tempo de serviço do segurado, salvo quando decorrer de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável avaliadas por junta médica oficial do Estado, quando então os proventos serão integrais.

SEÇÃO II

DA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

Art. 11 - A aposentadoria compulsória é devida ao segurado ativo que completar 70 (setenta) anos de idade, e terá proventos proporcionais ao tempo de serviço do servidor.

SEÇÃO III

DA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

Art. 12 - A aposentadoria voluntária será devida ao segurado que a requerer depois de completar 30 (trinta) anos de serviço, se homem, ou 25 (vinte e cinco) se mulher, ou 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

SEÇÃO IV

DA APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO

Art. 13 - A aposentadoria por tempo de serviço será devida ao segurado que a requerer, depois de completar 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, ou 30 (trinta) se mulher, ou aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e aos 25 (vinte e cinco) se professora, com proventos integrais, observado o disposto no Art. 4º, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 14 - A aposentadoria voluntária e por tempo de serviço, será devida a partir do mês subsequente ao da publicação do ato concessório e só será deferida aos servidores que tiverem mantido sua condição de contribuintes do regime, durante os 60 (sessenta) meses imediatamente anteriores ao da entrada do requerimento de solicitação da aposentadoria, observado o disposto no Art. 17, desta Lei.

Art. 15 - É vedada a percepção cumulativa de aposentadoria concedidas pelo poder público ou qualquer instituição oficial da previdência brasileira.

§ 1º - Verificada a inobservância do disposto neste artigo, o pagamento da aposentadoria será suspenso, ficando o interessado obrigado a devolver as importâncias indevidamente recebidas, a partir da percepção cumulativa.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica à percepção de aposentadoria decorrente da legítima acumulação de cargos públicos, nos termos da Constituição Federal, ou originária de contribuição à instituição oficial como autônomo ou de relação empregatícia com entidade não oficial que não foi computada para os efeitos do Art. 17.

Art. 16 - Os proventos das aposentadorias referidas nesta Lei serão calculados nos termos da legislação vigente.

§ 1º - Não serão computados para efeito de cálculo e pagamento de quaisquer benefícios estabelecidos por esta Lei as promoções ou vantagens concedidas em desacordo com a legislação vigente.

§ 2º - Para o cumprimento do disposto no parágrafo anterior, o órgão de origem a que pertencia o servidor deverá juntar ao processo de requerimento ou habilitação, certidão que comprove a legalidade das promoções ou vantagens concedidas no período de 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data da solicitação.

Art. 17 - Para os efeitos previstos no Art. 14, desta Lei, será computado integralmente o tempo de serviço público federal, estadual e municipal, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como as contribuições feitas para instituições oficiais de previdência social brasileira, observado o que dispõem os Arts. 94, parágrafo único, 95 e seu parágrafo único e 99, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Parágrafo Único - É vedada a contagem repetida de um mesmo lapso de tempo.

SEÇÃO V

DA PENSÃO

Art. 18 - A pensão será devida ao conjunto de dependentes do servidor segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data de óbito ou da decisão judicial, no caso de ausência.

Art. 19 - A pensão corresponderá a 100% (cem por cento) da remuneração ou provento do servidor, observado para este fim o limite estabelecido pelo inciso XI, do Art. 27, da Constituição Estadual.

Art. 20 - A pensão será rateada em cotas proporcionais entre todos os dependentes inscritos, cabendo 50% (cinquenta por cento) para a viúva(o) ou companheira(o) e os 50% (cinquenta por cento) restantes rateados em cotas iguais para os demais dependentes, não se adiando a concessão por falta de habilitação de outros possíveis dependentes.

§ 1º - A pensão será deferida por inteiro a viúva(o) ou companheira(o) supêrstitute, na falta de outros dependentes legais.

§ 2º - Se o segurado(a) for viúvo(a), ou se o cônjuge sobrevivente ou companheira(o), não tiver direito à pensão, será o benefício pago integralmente em partes iguais, para os demais dependentes, se houver, na forma desta Lei.

Art. 21 - A cota da pensão será extinta pelo casamento ou morte do beneficiário ou pela ocorrência de qualquer evento que motive o cancelamento da inscrição.

§ 1º - Sempre que se extinguir uma cota de pensão, processar-se-á um novo rateio entre os dependentes remanescentes.

§ 2º - Com a extinção da cota do último pensionista, extinguir-se-á também a pensão.

SEÇÃO VI

DO AUXÍLIO RECLUSÃO

Art. 22 - O auxílio reclusão será concedido aos dependentes do segurado detento ou recluso que não perceba remuneração nem proventos de inatividade.

§ 1º - O auxílio reclusão consistirá em renda mensal equivalente a 100% (cem por cento) da remuneração do servidor.

§ 2º - O auxílio reclusão será devido a contar da data da prisão do segurado e será mantido enquanto durar sua reclusão ou detenção, observado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 3º - Se a condenação penal for cumulativa com a perda da função pública, o

auxílio reclusão será devido até o terceiro mês subsequente a da liberação do segurado.

§ 4º - No caso de falecimento do segurado detento ou recluso, o auxílio reclusão será convertido em pensão.

CAPÍTULO III

DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 23 - Os beneficiários da previdência social de que trata esta Lei classificam-se como segurados e dependentes nos termos das Seções I e II deste Capítulo.

SEÇÃO I

DOS SEGURADOS

Art. 24 - São segurados obrigatórios do Regime de Previdência Social estabelecido por esta Lei:

I - Na qualidade de ativos, os servidores civis ou militares dos órgãos da administração pública estadual direta e autárquica de todos os Poderes, os serventuários da Justiça remunerados pelos cofres públicos e os ocupantes de cargos em comissão;

II - na qualidade de inativos, todos os aposentados civis do Estado regidos pelo Estatuto do Servidor Público estadual, os militares reformados ou na reserva remunerada e os integrantes de carreiras com legislação específica;

III - na qualidade de pensionistas, o conjunto de dependentes do servidor segurado que falecer, aposentado ou não, observado o disposto no art. 18.

Art. 25 - Não será admitido em caráter facultativo, observado o disposto no Art. 66, parágrafo Único.

SEÇÃO II

DOS DEPENDENTES

Art. 26 - São beneficiários do Regime de Previdência Social estabelecido por esta Lei, na condição de dependentes do segurado, respeitados os direitos adquiridos:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;

II - os pais

III - o irmão, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;

IV - a pessoa designada, menor de 21 (vinte e um) anos ou maior de 65 (sessenta e cinco) anos ou inválida.

§ 1º - A existência de dependentes de qualquer das classes deste artigo exclui do direito às prestações os das classes seguintes.

§ 2º - Equiparam-se a filho, nas condições do inciso I, mediante declaração do segurado: o enteado, o menor que por determinação judicial, esteja sob a sua guarda, e o menor que esteja sob a sua tutela e não possua condições suficientes para o próprio sustento e educação.

§ 3º - Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada, desde que verificada a coabitação em regime marital.

§ 4º - Para os efeitos do § 3º deste artigo, não será computado o tempo de coabitação simultânea no regime marital, mesmo em tetos distintos, entre o segurado e a outra pessoa, desde que não se tenha verificado o fim do vínculo matrimonial.

§ 5º - A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e a das demais deve ser comprovada.

§ 6º - Considera-se justificada a dependência econômica das pessoas de menoridade ou de idade avançada, bem como das doentes ou inválidas, que, sem recursos, vivam as expensas do segurado ou que coabitem por lapso de tempo superior a 2 (dois) anos consecutivos.

§ 7º - São consideradas pessoas sem recursos para os fins desta Lei, aquelas, cujos rendimentos brutos mensais sejam inferiores ao salário mínimo vigente.

§ 8º - São consideradas dependentes, para os efeitos desta Lei, as pessoas de idade inferior a 25 (vinte e cinco) anos que estejam cursando estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido.

Art. 27 - Os meios de comprovação da dependência econômica serão regulados em Decreto.

SEÇÃO III

DAS INSCRIÇÕES

Art. 28 - O segurado será inscrito obrigatoriamente, como beneficiário da previdência social instituída por esta Lei.

§ 1º - Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes, que poderão promovê-la se ele falecer sem tê-la efetivado.

§ 2º - O cancelamento da inscrição do cônjuge se processa em face de separação judicial ou divórcio sem direito a alimentos, certidão de anulação de casamento, certidão de óbito ou sentença transitada em julgado.

SEÇÃO IV

Curitiba, quarta, em 25.11.92

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS AS PRESTAÇÕES

Art. 29 - O segurado em gozo de aposentadoria por invalidez permanente e o pensionista inválido, enquanto não completarem 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, estão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a se submeterem periodicamente a exame médico a cargo de junta oficial do Estado para o efeito de comprovar se persiste a causa determinante da invalidez.

Art. 30 - Sem prejuízo do benefício, prescreve em 5 (cinco) anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes.

Art. 31 - O benefício será pago diretamente ao beneficiário, salvo em caso de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção, quando será pago a procurador, cujo mandato não terá prazo superior a 6 (seis) meses, podendo ser renovado.

Art. 32 - O benefício devido ao segurado ou dependente, civilmente incapaz, será feito ao cônjuge, pai, mãe, tutor ou curador, admitindo-se, na sua falta e por período não superior a 6 (seis) meses, o pagamento a herdeiro necessário mediante termo de compromisso firmado no ato do recebimento.

Art. 33 - O valor não recebido em vida pelo segurado só será pago aos seus dependentes habilitados à pensão por morte ou, na falta deles, aos seus sucessores na forma da lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento.

Art. 34 - O benefício poderá ser pago mediante depósito em conta corrente ou por autorização de pagamento.

Art. 35 - Será fornecido, mensalmente, ao segurado ou pensionista, demonstrativo das importâncias recebidas, bem como o valor discriminado de todos os descontos ocorridos.

Art. 36 - Salvo quanto ao valor devido ao Fundo de Previdência do Estado ou derivado da obrigação de prestar alimentos reconhecida em sentença judicial, o benefício não pode ser objeto de penhora, arresto ou seqüestro, sendo nula de pleno direito a sua venda ou cessão, ou a constituição de qualquer ônus sobre ele, bem como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para o seu recebimento.

Art. 37 - Podem ser descontados dos benefícios:

I.- contribuições devidas pelo segurado ao Fundo de Previdência do Estado;

II - pagamento de benefício além do devido;

III - imposto de renda retido na fonte, ressalvadas as disposições legais;

IV - pensão de alimentos decretada em sentença judicial.

Parágrafo Único - Na hipótese do inciso II, o desconto será feito em até 6 (seis) parcelas, salvo má fé, observadas as disposições do Art. 162 e seus parágrafos, da Lei Estadual nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 38 - Os valores dos benefícios de que trata esta Lei serão revistos na mesma proporção e data em que forem reajustados os vencimentos dos servidores estaduais em atividade.

§ 1º - Serão estendidos aos inativos e pensionistas:

a) os benefícios e as vantagens de caráter geral, concedidos aos servidores em atividade;

b) os aumentos de vencimentos decorrentes da simples reclassificação do cargo e vencimento em que se deu a aposentadoria ou a pensão, quando mantidas a mesma natureza, atribuições e grau de instrução, exigidos para o cargo.

§ 2º - Não serão estendidos aos inativos e pensionistas:

a) as vantagens decorrentes de reclassificação ou transformação de cargo, que impliquem na mudança da natureza, aumento do grau de exigências quanto à instrução ou da complexidade de atribuições.

b) o aumento de vencimento individual decorrente de promoção ou acesso de servidor em atividade, de acordo com a legislação vigente.

Art. 39 - Por ausência do segurado, declarada pela autoridade judiciária competente, será concedida pensão provisória aos dependentes na forma estabelecida na Seção V, do Capítulo II, deste Título.

§ 1º - Os dependentes de segurado desaparecido em virtude de acidente ou catastrófe, farão jus à pensão provisória, dispensada a declaração a que se refere este artigo, mediante prova inequívoca analisada pelo Conselho Curador.

§ 2º - Verificado o reaparecimento do segurado, cessará imediatamente o pagamento da pensão, desobrigados os beneficiários do reembolso de quaisquer quantias já recebidas.

Art. 40 - Excetuado o caso de recolhimento indevido, não haverá restituição de contribuições.

Art. 41 - Mediante justificação processada perante a Secretaria de Estado da Administração, poderá suprir-se a falta de qualquer documento ou fazer-se prova de fato de interesse dos beneficiários, salvo os que se referirem a registros públicos.

Art. 42 - Nenhum dos benefícios previstos nesta lei terá valor inferior a um salário mínimo.

Art. 43 - O décimo-terceiro salário será concedido, em valor igual ao do mês de dezembro, a aposentadorias e pensões e sobre ambas deverá incidir a contribuição correspondente.

TÍTULO II

DO CUSTEIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

CAPÍTULO I

DO PLANO DE CUSTEIO

Art. 44 - A previdência social estabelecida por esta Lei será financiada mediante recursos designados e contribuições do Estado e dos segurados.

Art. 45 - A receita, as rendas e o resultado de aplicações dos recursos disponíveis do Fundo serão empregados, exclusivamente, na consecução das finalidades previstas nesta Lei, na manutenção ou aumento do valor real de seu patrimônio e na obtenção de recursos destinados ao custeio de suas atividades-fins.

Art. 46 - Para os efeitos desta Lei, entende-se por base de contribuição:

I - Os proventos de aposentadoria, no caso do segurado inativo;

II - o valor bruto da remuneração recebida no decorrer do mês, exceto o salário família e indenizações, quando segurado ativo;

III - o valor da pensão, no caso de pensionista;

IV - o valor total bruto da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos, exceto os pagos a título de salário família e indenizações, bem como os valores creditados em folha de pagamento que tenham como consequência a contribuição ou obrigação para outro sistema previdenciário, no caso do Estado.

§ 1º - As bases de contribuição não poderão ter valor inferior ao salário mínimo.

§ 2º - No caso de acumulação legal, a contribuição será calculada sobre a soma da base de contribuição.

CAPÍTULO II

DA CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO

Art. 47 - A contribuição do Estado é constituída de recursos oriundos do orçamento e é calculada mediante a aplicação da alíquota de 10% (dez por cento) sobre o valor total bruto da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos, observada a ressalva contida no inciso IV, do Art. 46.

Art. 48 - A contribuição será recolhida mensalmente ao Fundo de Previdência do Estado, até o quinto dia útil subsequente ao mês de competência.

Parágrafo Único - Decorrido o prazo deferido neste artigo, as contribuições a serem repassadas sujeitar-se-ão a atualização monetária segundo os mesmos índices utilizados para efeito de correção dos tributos estaduais, sem prejuízo dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre os valores integrais das contribuições atualizadas monetariamente até a data do pagamento.

CAPITULO III

DA CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS

Art. 49 - A contribuição dos segurados ativos e inativos e dos pensionistas será 10% (dez por cento) da base de contribuição, prevista no Art. 46.

Art. 50 - A contribuição dos segurados será descontada compulsoriamente pelos setores encarregados do pagamento do pessoal, e recolhida ao Fundo da Previdência do Estado até o quinto dia útil subsequente ao mês de competência.

Parágrafo Único - Decorrido o prazo referido neste artigo, as contribuições a serem repassadas sujeitar-se-ão a atualização monetária segundo os mesmos índices utilizados para efeito de correção dos tributos estaduais, sem prejuízo dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre os valores integrais das contribuições atualizadas monetariamente até a data do pagamento.

CAPITULO IV

DAS RECEITAS DE OUTRAS FONTES

Art. 51 - Além das contribuições de que tratam os Arts. 47 e 49, constituem receitas do Fundo de Previdência do Estado:

- I - dotações orçamentárias;
- II - aluguéis de imóveis;
- III - produto da alienação de bens imóveis e móveis.
- IV - legados, doações e quaisquer ou-

tros recursos de entes públicos ou privados;

V - receitas de aplicações financeiras e societárias;

VI - rendas eventuais.

Art. 52 - O Governador do Estado, os presidentes do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e o Procurador Geral de Justiça, serão responsabilizados na forma da lei, caso o recolhimento das contribuições próprias e de terceiros não ocorram nas datas e condições desta Lei.

CAPITULO V

DA GERENCIA DO FUNDO DE PREVIDENCIA DO ESTADO

Art. 53 - O Fundo de Previdência do Estado será gerido:

I - na instância deliberativa, por um Conselho Curador;

II - na instância executiva, pelas Secretaria de Estado da Fazenda e da Administração.

Art. 54 - O Conselho Curador do Fundo será composto por sete membros e seus respectivos suplentes, nomeados, dentre servidores públicos ativos ou inativos, pelo Governador do Estado, para um período de 02 (dois) anos, permitida a recondução por uma vez e indicados:

I - 02 (dois) pelo Poder Executivo;

II - 02 (dois) pelo Poder Legislativo;

III - 02 (dois) pelo Poder Judiciário;

IV - 01 (um) pelo Ministério Público;

§ 1º - Com exceção do representante do Ministério Público, que será designado pelo Procurador Geral de Justiça, a escolha dos demais membros será procedida da seguinte forma:

a) O primeiro, pelo chefe do respectivo Poder; e,

b) o segundo, pelo conjunto das entidades representativas das categorias.

§ 2º - Os servidores a que se refere este artigo deverão contar com notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis ou de administração pública.

§ 3º - O presidente e o vice-presidente do Conselho serão escolhidos mediante eleição procedida pelo próprio Conselho.

Art. 55 - Compete ao Conselho deliberar sobre as seguintes matérias:

I - planos de custeio, de aplicação do patrimônio e orçamento-programa;

II - prestação de contas e relatório anuais;

III - aceitação de doações e legados;

IV - outras situações previstas nesta

Lei.

Parágrafo Único - A prestação de contas e o relatório anuais referidos no inciso II deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado.

Art. 56 - Cabe, ainda, ao Conselho Curador:

I - propor ao Governador a expedição de regulamentos de benefícios previdenciários, nos termos da Constituição e legislação própria;

II - elaborar e aprovar seu regimento próprio;

III - contratar, obrigatoriamente, auditoria para avaliação dos atos de administração dos recursos;

IV - representar ao Governador com relação a atos irregulares dos administradores.

Art. 57 - A administração dos recursos financeiros do Fundo ficará a cargo da Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 1º - Para o mister deste artigo, a Secretaria da Fazenda contratará o Banco do Estado do Paraná S/A.

§ 2º - A taxa de administração da carteira de aplicação não será superior a 1% (um por cento), calculado sobre o seu resultado real.

Art. 58 - Os recursos financeiros do Fundo, confiados ao Banco do Estado do Paraná S/A., deverão ser destinados às seguintes formas de aplicação:

I - empréstimos simples a servidores públicos ativos, inativos e pensionistas;

II - empréstimos imobiliários para servidores públicos ativos, inativos, pensionistas ou para terceiros, com regulamentação própria, para aquisição de imóveis prontos, sob a forma de carta de crédito ao adquirente e com garantia hipotecária do próprio imóvel;

III - debêntures simples ou conversíveis de companhia aberta com cláusula de remuneração real igual ou superior a 6% (seis por cento) ao ano;

IV - títulos públicos com cláusula de correção cambial ou outras cláusulas de atualização do valor do principal e taxa de juros real igual ou superior a 6% (seis por cento) ao ano;

V - certificado de depósito de ouro;

VI - letras de câmbio com cláusula de correção monetária pré-fixada com taxa de juros real igual ou superior a 6% (seis por cento) ao ano;

VII - financiamento de operações de arrendamento mercantil.

§ 1º - Nenhum empréstimo pelos gestores da carteira do Fundo poderá prever regras de amortização que impliquem em redução real do valor do mútuo.

§ 2º - Serão permitidas aplicações de curto prazo, para efeito de gestão de caixa, observados critérios de prudências e rentabilidade.

§ 3º - Estão vedadas as aplicações em mercados futuros, a termo e de opções.

Art. 59 - A gerência dos benefícios previdenciários será da responsabilidade da Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado da Administração poderá delegar a atribuição deste artigo ao Instituto de Previdência do Estado.

TITULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITORIAS

Art. 60 - Os proventos dos atuais servidores inativos, bem como daqueles que vierem a se aposentar antes do prazo previsto no Art. 61, correrão, pelo prazo de doze anos da vigência desta Lei, por conta do Tesouro do Estado.

Parágrafo Único - Após o decurso do prazo fixado neste artigo, o Fundo de Previdência assumirá o encargo da aposentadoria.

Art. 61 - Os proventos dos servidores que vierem a se aposentar a partir de vinte e quatro meses da data desta Lei, correrão à conta do Fundo de Previdência.

Art. 62 - As pensões previstas neste regime serão custeadas pelo Fundo de Previdência do Estado, a partir da vigência desta Lei.

Art. 63 - As receitas do Fundo de Previdência do Estado, excluídas as despesas decorrentes das pensões, serão destinadas integralmente à capitalização durante dois anos a partir da vigência desta Lei.

Art. 64 - Os servidores da administração direta e das autarquias passarão a ser contribuintes obrigatórios do sistema de previdência estabelecido nesta Lei.

Art. 65 - Os atuais contribuintes facultativos e conveniados do Instituto de Previdência do Estado terão seus direitos preservados, não fazendo jus aos benefícios desta Lei.

Art. 66 - Os serventuários da justiça não remunerados pelos cofres públicos deverão ser incorporados ao regime de previdência pública nacional.

Parágrafo Único - Os serventuários poderão optar pelo regime previdenciário desta Lei, desde que se submetam a contri-

buir para o Fundo de Previdência do Estado em montante fixado pelo Conselho Curador, segundo cálculo atuarial.

Art. 67 - O décimo terceiro salário de que trata o Art. 43, no primeiro ano de concessão do benefício, será proporcional ao número de meses em que o benefício for pago.

Art. 68 - O Estado do Paraná instituirá, até a vigência desta Lei, plano complementar de saúde para os servidores ativos e inativos do Estado, bem como para os pensionistas do Fundo Previdenciário.

§ 1º - Para custeio de tal atividade, serão destinados recursos da ordem de 2% (dois por cento) dos valores creditados em folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas.

§ 2º - Os serviços abrangidos pelo plano complementar de saúde poderão ser prestados pelo Instituto de Previdência do Estado, mediante convênio, ou através de contrato celebrado com empresas privadas que atuem nessa área, observado, neste caso, o procedimento licitatório.

Art. 69 - Os atuais servidores da administração direta e das autarquias, ocupantes de empregos com regime jurídico definido pela Consolidação das Leis do Trabalho, terão seus empregos transformados em cargos públicos na data da publicação desta Lei.

§ 1º - Os ocupantes de empregos temporários não se incluem no regime desta Lei.

§ 2º - Aplicar-se-á aos servidores referidos neste artigo, a Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, com execução da estabilidade e ingresso em carreiras.

Art. 70 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais para implantar o disposto nos Arts. 47 e 68, § 1º desta Lei, servindo como fonte de recursos, quaisquer das formas previstas no § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 71 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias a contar da data de sua vigência.

Art. 72 - Esta Lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.11.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO SUBSTITUTIVO GERAL

Título I - Da previdência social aos ser-

Curitiba, quarta, em 25.11.92

vidores públicos estaduais

Capítulo I - Do plano de previdência (Arts. 1º e 4º)

Capítulo II - Dos benefícios

Seção I - Da aposentadoria por invalidez permanente (Arts. 5º a 10)

Seção II - Da aposentadoria compulsória (Art. 11)

Seção III - Da aposentadoria voluntária (Art. 12)

Seção IV - Da aposentadoria por tempo de serviço (Arts. 13 a 17)

Seção V - Da pensão (Arts. 18 a 21)

Seção VI - Do auxílio reclusão (Arts. 22)

Capítulo III - Dos beneficiários (Art. 23)

Seção I - Dos segurados (Arts. 24 e 25)

Seção II - Dos dependentes (Arts. 26 e 27)

Seção III - Das inscrições (Art. 28)

Seção IV - Das disposições gerais relativas às prestações (Arts. 29 a 43)

Título II - Do custeio da previdência social

Capítulo I - Do plano de custeio (Arts. 44 a 46)

Capítulo II - Da contribuição do Estado (Arts. 47 e 48)

Capítulo III - Da contribuição dos segurados (Arts. 49 e 50)

Capítulo IV - Das receitas de outras fontes (Arts. 51 e 52)

Capítulo V - Da gerência do Fundo de Previdência do Estado (Arts. 53 a 59)

Título III - Das disposições gerais e transitórias

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 592/91

P A R E C E R:

A proposição sob análise, oriunda de Mensagem Governamental, objetiva instituir o Fundo de Previdência do Estado, normatizando também os demais atos concernentes ao seu integral funcionamento.

Submetida ao crivo da Comissão de Constituição e Justiça, mereceu a elaboração de um substitutivo geral, que adequou-a ao sistema constitucional vigente, assim como retificou-a nos aspectos atinentes à juridicidade e à perfeita técnica legislativa, recebendo finalmente parecer favorável que restou aprovado.

Analisando-a sob o ângulo a que esta Comissão de Finanças é chamada a opinar, consideramos necessário tecer determinados comentários que, para efeito de base de cálculo, referir-se-ão sempre a valores vigentes no mês de outubro do corrente ano.

Objetiva, prioritariamente, a matéria em análise, a dois aspectos: 1) evitar o excessivo ônus que, progressivamente, pesa sobre o Tesouro do Estado, tanto com o custeio das aposentadorias quanto com o recolhimento de encargos patronais; e, 2) propiciar a todos os servidores estaduais

um provento de inatividade que venha a sofrer um mínimo possível de corrosão inflacionária ou conjuntural.

Digredindo sobre o primeiro aspecto citado, tome-se como base o valor da folha de pagamento de pessoal dos três Poderes, desembolsada pelo Tesouro do Estado no mês de referência: 530 bilhões de cruzeiros. Deve-se atentar para o fato de que 122,5 bilhões de cruzeiros destinaram-se ao pagamento de proventos de inatividade, o que representou 23% da folha de pagamento.

E um fato notório o crescimento do número de inativos, atualmente contabilizado em 46.225 servidores, que recebem um incremento anual médio de 2.400 aposentadorias, a considerar somente os atuais efetivos.

Agregue-se a isto o dado de que o número de servidores públicos, ou seja, o quadro de pessoal da administração pública, não cresce na mesma proporção, e ter-se-á a consequência de que o número de inativos suplantara, com o decurso do tempo, ao de ativos, com um ônus considerável para o tesouro, inviabilizando maior aporte de recursos na política salarial.

No que tange ao recolhimento dos encargos sociais, esclarecemos que o valor correspondente aos 47.000 servidores celetistas, excluídos os temporários, os das empresas públicas e os das empresas de economia mista, orçou em recolhimento ao INSS, de 25,149 bilhões de cruzeiros e ao FGTS, de 11,970 bilhões. Daqui decorrem algumas inferências: a de que este dispêndio é uma sangria à poupança interna do Paraná; a de que tal recolhimento não se traduz, como é sabido, em uma aposentadoria digna ao trabalho estatal e, finalmente, a de que tal regime de trabalho sempre propicia a existência de autuações. A este respeito, cumpre esclarecer que o Estado pagou 2,942 bilhões ao INSS, pendendo de pagamento outros 12 bilhões, sem contar com as diatribes trabalhistas, cujo valor é impossível de ser apurado.

Quanto ao segundo aspecto, o de propiciar-se uma aposentadoria condigna ao servidor, deve ser analisado quanto a seus vetores próprios. Imaginemos, hipoteticamente, que não mais existisse inflação neste País.

Poderíamos projetar a captação do Fundo de Previdência, após 2 anos destinados à capitalização, consideradas as contribuições dos Poderes do Estado (10%) e de seus servidores (10%), em 2,618.200 trilhões de cruzeiros.

Para se atingir tal valor, desconsideramos a remuneração real de 6% ao ano, proveniente da aplicação dos recursos captados. O valor do provento de aposentadoria médio (122,5 bilhões dividido por 46.225 servidores) é igual a 2,650 mi-

lhões.

Tal valor multiplicado pela média anual de aposentadorias, orçaria em 6,360 bilhões anuais ou 530 milhões mensais, números estes que ainda permitiriam maior cumulatividade na captação e na capitalização dos recursos do Fundo, até o final dos 12 anos previstos para que o Fundo assumira as atuais aposentadorias.

Outro aspecto a ser pensado é o da transferência do ônus das pensões pagas pelo IPE. Atualmente em número de 11.892, orçam a quantia de 22,569 bilhões que, imediatamente após a vigência da lei, serão custeadas pelo Fundo de Previdência, sendo pagas à razão de 100% de seu valor gerador.

Também é de se ressaltar que, para a perfeita aplicabilidade da presente lei, faz-se necessária a transformação dos empregos dos atuais servidores celetistas em cargos efetivos, regidos pela Lei nº 6174/70 (Estatuto do Servidor Público Civil), com o que o Estado avança na instituição do regime jurídico único e, consequentemente, no sentido de um maior aperfeiçoamento e controle da política de pessoal.

Ainda no mérito da questão, consideramos de bom alvitre sejam realizados estudos urgentes e consistentes, que redundem na revisão do citado Estatuto do Servidor, bem como na elaboração de um correto plano de cargos e salários, conforme vem preconizado no Art. 69, § 3º, do Substitutivo Geral, uma vez que não se justifica a omissão estatal, mormente em uma administração pública que sempre deu exemplo de dinamismo, como a do Paraná.

A exposição supra nos leva ao entendimento de que a proposição é efetivamente benéfica, tanto para a administração pública, que economizará duplamente: de início evitando um recolhimento aos cofres da União da ordem de aproximadamente 11% dos encargos sociais referentes aos servidores celetistas e, a médio prazo, liberando recursos do Tesouro, que poderão ser designados ao fortalecimento da folha de pessoal ativo, quanto para os servidores, que terão à sua disposição um sistema previdenciário mais adequado às suas necessidades e às necessidades de um Estado moderno.

Anexo ao presente, afixamos gráfico que fornece uma noção do que foi aqui relatado.

Assim sendo, manifestamos nosso parecer FAVORÁVEL à aprovação do projeto em discussão, na forma do substitutivo geral apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

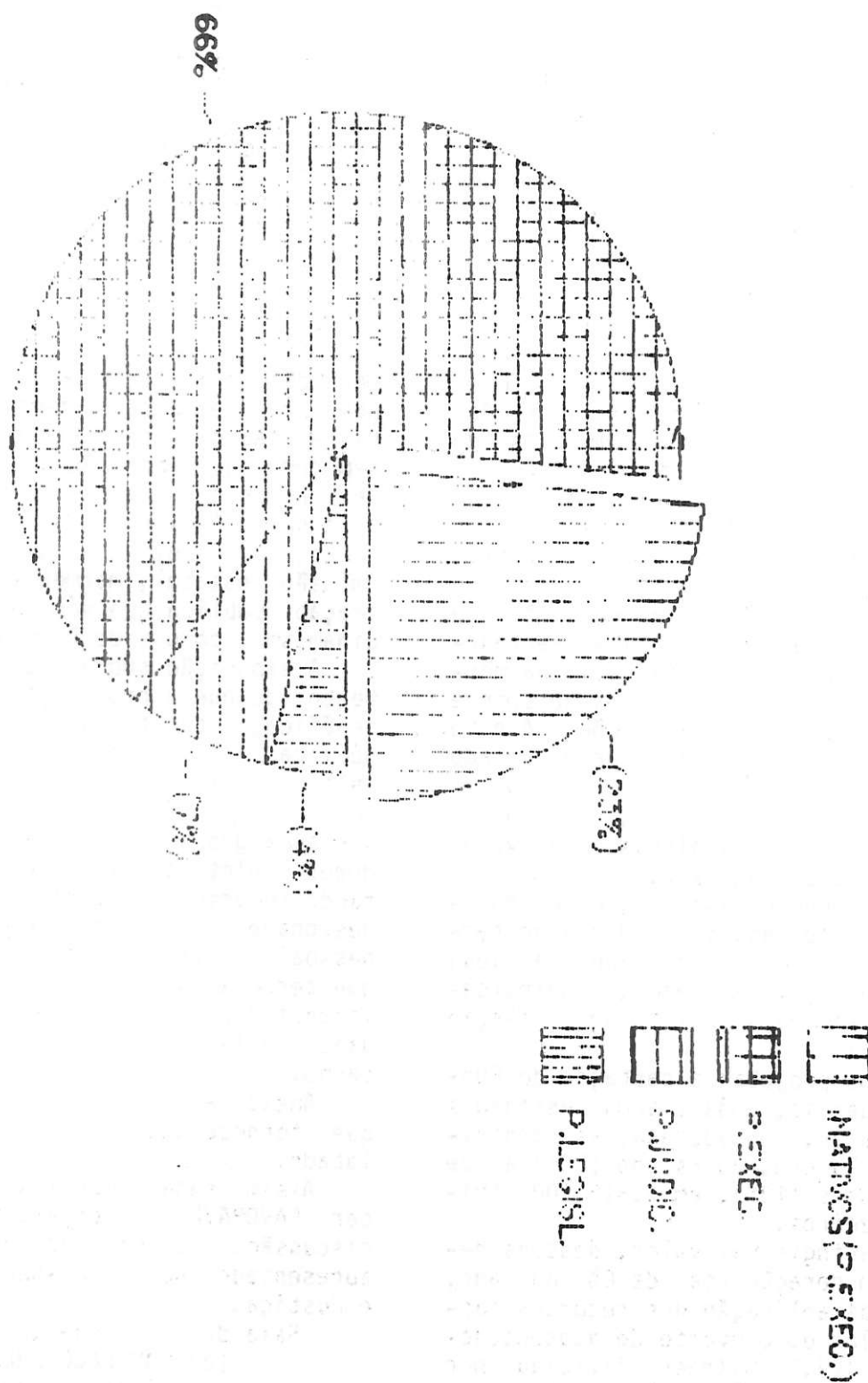
Sala das Comissões, em 11.11.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE
Presidente e Relator



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado da Administração

DEMONSTRATIVO DA FOLHA DE PAGAMENTO/OUTRO



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 592/91

P A R E C E R:

A proposição em epígrafe, oriunda da mensagem governamental nº 145/91, objetiva instituir o Fundo de Previdência do Estado, estabelecendo também as providências de ordem legal que se fazem necessárias ao seu funcionamento.

Analisando-se a competência para a iniciativa da matéria, face à Constituição Estadual, tem-se que são atendidas as normas constantes do Art. 87, IV e VI, c.c. o Art. 66, IV.

Trata-se de órgão da administração pública, de natureza contábil, com aplicabilidade de suas disposições aos servidores públicos dos três Poderes do Estado.

Entendemos, portanto, inexistirem óbices de natureza constitucional, uma vez procedidas as correções que se fazem necessárias, não só quanto a este aspecto, mas também no tocante às questões de juridicidade e de técnica legislativa.

Considerando-se a exposição de motivos que embasa a presente proposição, se torna inquestionável que, a par de se traduzir em considerável economia para o Tesouro do Estado, quer pela cessação do recolhimento dos encargos sociais referentes aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, quer pelo importante passo dado, afinal, no sentido do atendimento à norma constitucional que determina a implantação de regime jurídico a todo o serviço público, a instituição do Fundo representa para o servidor uma dupla garantia: a de não ver, sob qualquer hipótese, sua aposentadoria ou pensão gradualmente dilapidada, bem como, ao desonerar o Tesouro do Estado, a potencialização de uma política salarial mais adequada, na medida em que os gastos com pessoal inativo, que atualmente chegam a aproximadamente 23% do total da folha de pagamento venham a se tornar encargo deste Fundo.

A subdivisão sistemática da matéria fica demonstrada no índice anteposto ao substitutivo geral.

Buscou-se atender, na medida do possível, aos interesses de todos os envolvidos no processo, a qualquer nível, implementando um sistema de discussão e acolhimento responsável das eventuais sugestões recebidas.

Como já foi dito, são necessárias determinadas modificações, a fim de se atingir a uma perfeita adequação em cotejo aos mandamentos das Constituições Federal e Estadual, sem deixar de atender ao interesse público e, principalmente ao do servidor, destinatário final do presente projeto de lei.

Apresentamos, discriminadamente, um

quadro comparativo entre o texto atual e as modificações propostas, com as respectivas justificativas, para facilitar a interpretação do alcance e sentido das mesmas, esperando termos podido prestar a colaboração desta Casa a um ato louvável em prol da modernização da Administração Pública paranaense, que indubitavelmente se prestará a paradigma de outras unidades da Federação.

DISPOSIÇÃO DA MATERIA:

TEXTO ANTERIOR
TEXTO NOVO
JUSTIFICATIVA

Art. 5º - A aposentadoria por invalidez permanente será concedida ao segurado ativo que, estando em gozo de licença para tratamento de saúde ou por acidente em serviço, for considerado definitivamente incapacitado para o serviço público, por motivo de deficiência física, mental ou fisiológica.

Art. 5º - A aposentadoria por invalidez permanente será concedida ao segurado ativo que for considerado definitivamente incapacitado para o cargo ou função públicos, por motivo de deficiência física, mental ou fisiológica.

Retirou-se do texto deste artigo as expressões que constituíam os pré-requisitos, uma vez que estes já constam do artigo seguinte, impedindo que houvesse repetição desnecessária.

Além disso, a transformação da cláusula "serviço público" para "cargo ou função públicos" impede a aplicação do instituto de readaptação, vedado pela Constituição Federal de 1988, que exige concurso público para provimento originário ou derivado de cargo.

Também excluiu-se o requisito de o acidente restringir-se aos casos de serviço, cobrindo situações em que, mesmo não se considerando estritamente a situação, deve o servidor ser coberto pelo benefício.

Não se chegou a conceder o adicional que o regulamento da Previdência estende aos portadores de grande invalidez, mas acompanhou-se a tendência de cobrir com o benefício da aposentadoria por invalidez a todos os tipos de acidente.

Art. 6º - A aposentadoria por invalidez permanente será precedida de licença para tratamento de saúde ou por acidente em serviço por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 6º - A aposentadoria por invali-

dez permanente será precedida de licença para tratamento de saúde ou por acidente, por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.

A exclusão da especificidade "em serviço", se deve ao propósito de estender o benefício a outros casos que possam ser assegurados, sem necessidade do beneficiário ter de recorrer a medidas judiciais.

Art. 8º - A aposentadoria por invalidez permanente será devida a partir da data de publicação do ato concessório.

Art. 8º - A aposentadoria por invalidez permanente será devida a partir do mês subsequente ao da publicação do ato concessório.

A alteração se faz necessária a fim de evitar transtornos no processamento da folha de pagamento referente ao servidor aposentado, esclarecendo a data correta do início da dívida previdenciária.

Art. 9º - Em caso de doença que necessite de afastamento compulsório, tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrite anquilosante, nefropatia grave, estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida (AIDS), e contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada, a aposentadoria por invalidez permanente independe de licença para tratamento de saúde e de exame médico-pericial e será devida a partir da data do afastamento.

Art. 9º - Em caso de doença que necessite de afastamento compulsório, com base em laudo conclusivo da medicina especializada, ratificado pela junta médica oficial do Estado, a aposentadoria por invalidez permanente independe de licença para tratamento de saúde, e será devida a partir do mês subsequente ao da publicação do ato concessório.

A exclusão do elenco de doenças que, por sua vez, já constam de legislação federal, fez com que o artigo ficasse mais claro e, além disso, havendo situações em que portadores de determinadas doenças, e.g., a cegueira, prestam serviços ao Estado sem que tal fato se constitua em motivo determinante de aposentadoria, fez com que fosse incluída a exigência de ratificação por junta oficial. Quanto à modificação

final, objetiva clarear a responsabilidade sobre a dívida.

Art. 13 - A aposentadoria por tempo de serviço será devida ao segurado que a requerer, depois de completar 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem ou 30 (trinta) se mulher, ou aos 30 (trinta) anos de efetivo serviço em funções de magistério, se professor ou especialista de educação e aos 25 (vinte e cinco) se professora ou especialista de educação, com proventos integrais.

Art. 13 - A aposentadoria por tempo de serviço será devida ao segurado que a requerer, depois de completar 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem ou 30 (trinta) se mulher, ou aos 30 (trinta) anos de efetivo serviço em funções de magistério, se professor, ou aos 25 (vinte e cinco) se professora, com proventos integrais, observado o disposto no Art. 40, § 1º, da Constituição Federal.

A exclusão do termo "especialista de educação" foi feita para atender norma constitucional que, ao criar cláusula excepcionadora, deve ter aplicação restrita, não cabendo, portanto, à presente lei ampliar as situações constitucionalmente previstas. De outro lado, a inclusão da expressão "observado o disposto no Art. 40, § 1º, da Constituição Federal" se dá em razão de que, no Estado, existem servidores no exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas, para as quais poder-se-á prever aposentadoria com prazos diferenciados.

Art. 14 - A aposentadoria voluntária e por tempo de serviço, será devida a partir da data de publicação do ato concessório e só será deferida aos servidores que tiverem mantido sua condição de contribuintes do regime, durante os 120 (cento e vinte) meses imediatamente anteriores ao da entrada do requerimento de solicitação da aposentadoria, observado o disposto no Art. 17 desta Lei.

Art. 14 - A aposentadoria voluntária e por tempo de serviço, será devida a partir da data de publicação do ato concessório e só será deferida aos servidores que tiverem mantido sua condição de contribuintes do regime, durante os 60 (sessenta) meses imediatamente anteriores ao da entrada do requerimento de solicitação da aposentadoria, observado o disposto no Art. 17 desta Lei.

A carência de 120 meses, constante do

projeto originário, não se ajusta ao prazo previsto pela Lei Federal nº 8213, de 24 de julho de 1991, que, no parágrafo único do Art. 95, considera a possibilidade da contagem de tempo reciprocamente considerada entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, desde que estes assegurem a seus servidores a contagem de tempo de serviço em atividade vinculada ao regime geral da Previdência Social.

.....

Art. 15 - É vedada a percepção cumulativa de aposentadorias concedidas pelo Poder Público ou qualquer instituição oficial da Previdência brasileira.

§ 1º - Verificada a inobservância do disposto neste Artigo, o pagamento da aposentadoria será suspenso, ficando o interessado obrigado a devolver as importâncias indevidamente recebidas, a partir da percepção cumulativa, com juros de 1% (um por cento) ao mês, acrescidos de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor indevido e correção monetária.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica à percepção de aposentadoria decorrente da legítima acumulação de cargos públicos, nos termos da Constituição Federal, ou originária de contribuição à instituição oficial como autônomo ou de relação empregatícia com entidade não oficial como autônomo ou de relação empregatícia com entidade não oficial que não foi computada para os efeitos do Art. 17.

Art. 15 - É vedada a percepção cumulativa de aposentadorias concedidas pelo Poder Público ou qualquer instituição oficial da Previdência brasileira.

§ 1º - Verificada a inobservância do disposto neste Artigo, o pagamento da aposentadoria será suspenso, ficando o interessado obrigado a devolver as importâncias indevidamente recebidas, a partir da percepção cumulativa.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica à percepção de aposentadoria decorrente da legítima acumulação de cargos públicos, nos termos da Constituição Federal, ou originária de contribuição à instituição oficial como autônomo, ou de relação empregatícia com entidade não oficial que não foi computada para os efeitos do Art. 17.

A percepção indevida só se dá com a anuência da administração pública, daí não entender-se justo que seja corrigido o valor percebido cumulativamente, se tal percepção não foi cercada dos critérios de garantia mediana que poderiam ser avaliados.

Art. 16 - Os proventos das aposen-

tadorias referidas nesta Lei serão calculados tendo como parâmetro a última remuneração que serviu de base de contribuição do servidor segurado.

Art. 16 - Os proventos das aposentadorias referidas nesta Lei serão calculadas nos termos da legislação vigente.

§ 1º - Não serão computados para efeito de cálculo e pagamento de quaisquer benefícios estabelecidos por esta Lei as promoções ou vantagens concedidas em desacordo com a legislação vigente.

§ 2º - Para o cumprimento do disposto no parágrafo anterior, o órgão de origem a que pertencia o servidor deverá juntar ao processo de requerimento ou habilitação, certidão que comprove a legalidade das promoções ou vantagens concedidas no período de 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data da solicitação.

A redação original do presente artigo poderia proporcionar interpretação conducente ao deferimento de vantagens indevidas aos beneficiários desta Lei, fato este impossibilitado com a nova redação, acrescida de dois parágrafos.

Art. 17 - Para os efeitos previstos no artigo 14, desta Lei, será computado integralmente o tempo de serviço público federal, estadual e municipal, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como as contribuições feitas para instituições oficiais de previdência social brasileira, observado o que dispõe os artigos 94, parágrafo único e 99, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei Estadual nº 7.634, de 13 de julho de 1982.

Art. 17 - Para os efeitos previstos no artigo 14, desta Lei, será computado integralmente o tempo de serviço público federal, estadual e municipal, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como as contribuições feitas para instituições oficiais de previdência social brasileira, observado o que dispõe os artigos 94, parágrafo único, 95 e seu parágrafo único e 99, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

A inserção procedida refere-se a dispositivos da Lei Federal que estatuem normas sobre reciprocidade de contagem de tempo, tornando-se necessária a exclusão da Lei Estadual pela sua derrogação.

Art. 18 - A pensão será devida ao conjunto de dependentes do servidor segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do óbito ou da decisão judicial, no caso de morte presumida.

Art. 18 - A pensão será devida ao conjunto de dependentes do servidor segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do óbito ou da decisão judicial, no caso ausência.

A substituição do termo "morte presumida" por "ausência", se deve ao fato de a morte presumida ser o período que se segue à ausência, conforme dispõe o Código Civil, no Art. 463 e ss. Com a redação original, estar-se-ia penalizando excessivamente a família do servidor, o que contraria o próprio espírito da lei.

.....

Art. 19 - A pensão por morte corresponderá a 60% (sessenta por cento) da remuneração ou provento do servidor falecido que estava servindo de base de contribuição para a previdência social, observado para este fim o limite estabelecido pelo inciso XI, do artigo 27, da Constituição Estadual, e pela Lei Estadual nº 9.105, de 23 de outubro de 1989, com as alterações posteriores.

Art. 19 - A pensão corresponderá a 100% (cem por cento) da remuneração ou provento do servidor, observado para este fim o limite estabelecido pelo inciso XI, do artigo 27, da Constituição Estadual.

A redação originária contraria, flagrantemente, o § 5º, do Art. 40, da Constituição Federal. Ocorre que o benefício da pensão, segundo este dispositivo constitucional, deve corresponder à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, não podendo ultrapassar, contudo, o limite imposto no inciso XI, do Art. 37, da Carta Magna, e não ficar limitado a 60% daqueles valores. Além do mais, remissões legais implicam, em determinados casos, mais especificamente neste (o da Lei Estadual nº 9.105, que já foi revogada), a uma necessidade de constante revisão ou de dúvida na interpretação do dispositivo remitente.

Art. 22 - ...

§ 1º - O auxílio reclusão consistirá em renda mensal equivalente a 60% (sessenta por cento) da última remuneração que serviu de base de contribuição do servidor.

§ 3º - Se a condenação penal for cumulativa com a perda da função pública, o auxílio reclusão não será suspenso durante os três primeiros meses subseqüentes ao da liberação do segurado.

Art. 22 - ...

§ 1º - O auxílio reclusão consistirá

em renda mensal equivalente a 100% (cem por cento) da última remuneração que serviu de base de contribuição do servidor.

§ 3º - Se a condenação penal for cumulativa com a perda da função pública, o auxílio reclusão será devido até o terceiro mês subseqüente ao da liberação do segurado.

Se mantida a redação anterior do § 1º, estar-se-ia penalizando, ainda mais, os dependentes do servidor recluso, uma vez que estes, além de serem privados do convívio de seu familiar, teriam consideravelmente reduzido o ganho para a sua manutenção. Quanto à modificação do § 3º, foi procedida em razão de se obter melhor compreensão do texto.

Art. 24 - ...

I - na qualidade de ativos, os servidores civis ou militares dos órgãos da administração pública estadual direta e autárquica de todos os Poderes, os serventuários da Justiça remunerados pelos cofres públicos, os ocupantes de cargos em comissão quando servidores públicos e os admitidos temporariamente.

Art. 24 - ...

I - na qualidade de ativos, os servidores civis ou militares dos órgãos da administração pública estadual direta e autárquica de todos os Poderes, os serventuários da Justiça remunerados pelos cofres públicos e os ocupantes de cargos em comissão;

II - na qualidade de inativos, todos os aposentados civis do Estado regidos pelo Estatuto do Servidor Público Estadual, os militares reformados ou na reserva remunerada e os integrantes de carreiras com legislação específica;

III - na qualidade de pensionistas, o conjunto de dependentes do servidor segurado que falecer, aposentado ou não, observado o disposto no Art. 18.

Se for possível ao ocupante de cargo em comissão que não seja servidor público, deixar de recolher a contribuição para o Fundo de Previdência, estar-se-á estabelecendo duas categorias de ocupantes de um mesmo cargo em comissão: a dos servidores e a dos não-servidores; a única discriminação é a de que suas remunerações serão diferentes, assim como suas garantias previdenciárias.

Quanto à exclusão dos admitidos temporariamente, dá-se pelo fato de que estes serão incluídos em regime jurídico diferente do que estipula esta Lei. Sobre a inclusão dos pensionistas, porque sua imprevisibilidade importaria em discriminação.

Art. 25 - Não será admitido segurado em caráter facultativo.

Art. 25 - Não será admitido segurado em caráter facultativo, observado o disposto no Art. 66, parágrafo único.

Torna-se necessária a exceção procedida, levando-se em consideração que a norma mencionada excepcionada para os serventuários a faculdade de contribuição segundo regras próprias.

Art. 26 - São beneficiários do Regime de Previdência Social estabelecido por esta Lei na condição de dependentes do segurado:

§ 3º - Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada, desde que verificada a coabitação em regime marital, por lapso de tempo superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

§ 4º - A existência de filho resultante da associação marital dispensa o período de carência referido no parágrafo anterior para a coabitação.

Art. 26 - São beneficiários do Regime de Previdência Social estabelecido por esta Lei, na condição de dependentes do segurado, respeitados os direitos adquiridos:

§ 3º - Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada, desde que verificada a coabitação em regime marital.

§ 4º - SUPRIMIDO

A inclusão da expressão "respeitados os direitos adquiridos" tem por fundamento o inciso XXXVI, do Art. 5º, da Constituição Federal.

No § 3º, a exclusão do prazo de 5 anos propicia uma situação mais justa e impeditiva de distorções aleatórias.

A supressão do § 4º é consequência da alteração supra.

Art. 28 - O segurado será inscrito ex-offício, como beneficiário da Previdência Social instituída por esta Lei.

Art. 28 - O segurado será inscrito obrigatoriamente como beneficiário da Previdência Social instituída por esta Lei.

Buscou-se excluir a utilização de termos estrangeiros, para facilitar a compreensão.

Art. 29 - O segurado em gozo de aposentadoria por invalidez permanente e o pensionista inválido, enquanto não comple-

tarem 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, estão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a se submeterem periodicamente a exame médico a cargo da junta oficial do Estado ao efeito de comprovarem se persiste a causa determinada da invalidez.

Art. 29 - O segurado em gozo de aposentadoria por invalidez permanente e o pensionista inválido, enquanto não completarem 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, estão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a se submeterem periodicamente a exame médico a cargo de junta oficial do Estado para o efeito de comprovarem se persiste a causa determinante da invalidez.

Trata-se de correção gramatical.

Art. 37 - ...

III - imposto de renda retido na fonte,

Parágrafo Único - Na hipótese do inciso II, o desconto será feito em até 6 (seis) parcelas, salvo má fé.

Art. 37 - ...

III - imposto de renda retido na fonte, ressalvadas as disposições legais;

Parágrafo Único - Na hipótese do inciso II, o desconto será feito em até 6 (seis) parcelas, salvo má fé, observadas as disposições do Art. 162 e seus parágrafos, da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

A alteração no inciso III é procedida em razão de decreto federal que excepciona o desconto do imposto de renda na fonte os portadores das doenças enumeradas em lei. Quanto à modificação do parágrafo único, o objetivo é estabelecer a limitação legal existente para os descontos ali apontados.

Art. 38 - Os valores dos benefícios de que trata esta Lei serão revistos na mesma proporção e data em que forem reajustados os vencimentos dos servidores estaduais em atividade, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, sendo também estendidos aos inativos e pensionistas, quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Art. 38 - Os valores dos benefícios de que trata esta Lei serão revistos na mesma proporção e data em que forem reajustados os vencimentos dos servidores estaduais em atividade.

§ 1º - Serão estendidos aos inativos e pensionistas:

a) os benefícios e as vantagens de caráter geral, concedidos aos servidores em atividade;

b) os aumentos de vencimentos da simples reclassificação do cargo e vencimento em que se deu a aposentadoria ou a pensão, quando mantidas a mesma natureza, atribuições e grau de instrução exigidos para o cargo.

§ 2º - Não serão estendidos aos inativos e pensionistas:

a) as vantagens decorrentes de reclassificação ou transformação de cargo, que impliquem na mudança da natureza, aumento do grau de exigências quanto à instrução ou da complexidade de atribuições.

b) os aumentos de vencimento individuais decorrentes de promoção ou acesso de servidor em atividade, de acordo com a legislação vigente.

Com a presente modificação, buscou-se tornar mais clara a situação a ser normatizada, em primeiro lugar, determinando-se a existência de uma redação mais curta para o artigo e, em segundo, desdobrando em dois parágrafos os casos extensíveis e não extensíveis de revisão de proventos e pensões, com especificação de situações.

Art. 39 - Por morte presumida do segurado, declarada pela autoridade judiciária competente depois de 6 (seis) meses de ausência, será concedida pensão provisória aos dependentes na forma estabelecida na Sessão V, do Capítulo II, deste Título.

§ 1º - Mediante prova inequívoca do desaparecimento do segurado, em virtude de acidente ou catástrofe, seus dependentes farão jus à pensão provisória, dispensada a declaração e o prazo exigidos neste artigo.

Art. 39 - Por ausência do segurado, declarada pela autoridade judiciária competente, será concedida pensão provisória aos dependentes na forma estabelecida na Sessão V, do Capítulo II, deste Título.

§ 1º - Os dependentes do segurado desaparecido em virtude de acidente ou catástrofe, farão jus à pensão provisória, dispensada a declaração a que se refere este artigo, mediante prova inequívoca analisada pelo Conselho Curador.

Acorrem aqui os mesmos motivos que justificam a alteração do Art. 18, supra. Quanto à modificação processada no § 1º, entende-se propiciar maior responsabilidade e, portanto, mecanismos de segurança, ao fato normatizado.

Art. 42 - Nenhum benefício continuado, aposentadoria ou pensão, poderá ter valor inferior a um salário mínimo.

Art. 42 - Nenhum dos benefícios previstos nesta Lei terá valor inferior a um salário mínimo.

A exclusão da especificidade decorre de imperativo lógico e legal, de vez que qualquer benefício, continuado ou não, não poderá ter valor inferior ao do salário mínimo.

.....

Art. 43 - O décimo-terceiro salário será concedido a aposentadorias e pensões e sobre ele deverá incidir a contribuição correspondente.

Art. 43 - O décimo-terceiro salário será concedido, em valor igual ao do mês de dezembro, a aposentadorias e pensões e sobre ambas deverá incidir a contribuição correspondente.

Trata-se de esclarecer que o 13º salário deve ser igual ao benefício pago no mês de dezembro e ainda aplicar a incidência da contribuição correspondente também às pensões, evitando que com a não incidência sobre estas, possa o pensionista perceber remuneração superior àquela que percebe o aposentado, o que criaria uma forma de discriminação.

.....

Art. 46 -

III - a soma total dos valores creditados em folha de pagamento dos servidores ativos e inativos, exceto os pagos a título de salário-família e indenizações, e os valores creditados em folha de pagamento que tenham como consequência a contribuição ou obrigação para outro sistema previdenciário, no caso do Estado.

Art. 46 -

III - o valor da pensão, no caso de pensionista;

IV - o valor total bruto da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos, exceto os pagos a título de salário-família e indenizações, bem como os valores creditados em folha de pagamento que tenham como consequência a contribuição ou obrigação para outro sistema previdenciário, no caso do Estado.

A inclusão das pensões, como base contributiva, impede, como procedido no Art. 43, que o pensionista venha a perceber remuneração superior à de servidor inativo da mesma classe, fazendo com que este seja discriminado durante sua vida. Quanto à modificação da base contributiva do inciso IV, foi feita com o intuito de evitar interpretações diversificadas, por se

constituir em critério objetivo.

.....

Art. 47 - A contribuição do Estado é constituída de recursos oriundos do orçamento e é calculada mediante a aplicação da alíquota de 10% (dez por cento) sobre o total mensal creditado em folha de pagamento dos servidores ativos e inativos, observada a ressalva contida no item III, parte final, do artigo 46.

Art. 47 - A contribuição do Estado é constituída de recursos oriundos do orçamento e é calculada mediante a aplicação da alíquota de 10% (dez por cento) sobre o valor total bruto da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos, observada a ressalva contida no inciso IV, do artigo 46.

Buscou-se esclarecer, com mais objetividade, qual é a base de cálculo para a contribuição do Estado, da mesma forma como foi feito no Art. 46.

.....

Art. 48 - A contribuição será recolhida mensalmente ao Fundo de Previdência do Estado, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente ao do pagamento.

Parágrafo Único - Decorrido o prazo referido no "caput" deste artigo, as contribuições a serem repassadas sujeitar-se-ão à atualização monetária segundo os mesmos índices utilizados para efeito de correção dos tributos estaduais, sem prejuízo dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre os valores integrais das contribuições atualizadas monetariamente até a data do pagamento.

Art. 48 - A contribuição será recolhida mensalmente ao Fundo de Previdência do Estado, até o quinto dia útil subsequente ao mês de competência.

Parágrafo Único - Decorrido o prazo referido neste artigo, as contribuições a serem repassadas sujeitar-se-ão à atualização monetária segundo os mesmos índices utilizados para efeito de correção dos tributos estaduais, sem prejuízo dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre os valores integrais das contribuições atualizadas monetariamente até a data do pagamento.

Além da exclusão de termos estrangeiros, objetivou-se estabelecer com mais acuidade a data de recolhimento da contribuição, evitando-se distorções interpretativas.

.....

Art. 49 - A contribuição dos segurados

ativos e inativos será de 10% (dez por cento) da base de contribuição.

Art. 49 - A contribuição dos segurados ativos e inativos e dos pensionistas será de 10% (dez por cento) da base de contribuição prevista no Art. 46.

A inserção dos pensionistas atende à lógica imposta quando da modificação ao Art. 46.

Art. 50 - A contribuição dos segurados ativos e inativos será descontada de ofício pelos setores encarregados do pagamento de pessoal, e recolhida ao Fundo de Previdência do Estado até o quinto dia útil do mês subsequente ao do desconto.

Parágrafo Único - INEXISTENTE.

Art. 50 - A contribuição dos segurados ativos e inativos será descontada compulsoriamente pelos setores encarregados do pagamento de pessoal, e recolhida ao Fundo de Previdência do Estado até o quinto dia útil subsequente ao mês de competência.

Parágrafo Único - Decorrido o prazo referido neste artigo, as contribuições a serem repassadas sujeitar-se-ão à atualização monetária segundo os mesmos índices utilizados para efeitos de correção dos tributos estaduais, sem prejuízo dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre os valores integrais das contribuições atualizadas monetariamente até a data do pagamento.

Estabelece-se tratamento equivalente ao constante ao do Art. 48, impedindo a demora no recolhimento, com compreensíveis consequências.

.....

Art. 52 - O Governador do Estado, os Presidentes do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas, serão responsabilizados na forma da lei, caso o recolhimento das contribuições próprias e de terceiros não ocorram nas datas e condições desta Lei.

Art. 52 - O Governador do Estado, os Presidentes do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e o Procurador Geral da Justiça, serão responsabilizados na forma da lei, caso o recolhimento das contribuições próprias e de terceiros não ocorram nas datas e condições desta Lei.

A inclusão do Procurador Geral de Justiça entre os casos de responsabilização legal se deve à autonomia constitucional dada ao órgão do qual é mandatário.

.....

Art. 53 - O Fundo de Previdência do Estado será gerido administrativamente em dois níveis:

I - deliberativo, por um Conselho Curador;

II - executivo, pelas Secretarias de Estado da Fazenda e da Administração.

Art. 53 - O Fundo de Previdência do Estado será gerido:

I - na instância deliberativa, por um Conselho Curador;

II - na instância executiva, pelas Secretarias de Estado da Fazenda e de Administração.

Trata-se de instâncias e não de níveis, além do que o Conselho também tem outras funções que não as administrativas.

Art. 54 - O Conselho Curador do Fundo será composto por sete membros nomeados pelo governador e indicados:

§ 1º - O presidente e o Vice-presidente do Conselho serão designados pelo governador.

§ 2º - O valor da retribuição dos membros do Conselho será fixado em Decreto.

§ 3º - O Conselho Curador terá um regimento próprio aprovado pelo Poder Executivo.

Art. 54 - O Conselho Curador do Fundo será composto por sete membros e seus respectivos suplentes, nomeados, dentre servidores públicos ativos ou inativos, pelo governador do Estado, para um período de 2 (dois) anos, permitida a recondução por uma vez e indicados:

I - 02 (dois) pelo Poder Executivo;

II - 02 (dois) pelo Poder Legislativo;

III - 02 (dois) pelo Poder Judiciário;

IV - 01 (um) pelo Ministério Público.

§ 1º - Com exceção do representante do Ministério Público, que será designado pelo Procurador Geral de Justiça, a escolha dos demais membros será procedida da seguinte forma:

a) - o primeiro pelo chefe do respectivo Poder;

b) - o segundo pelo conjunto das entidades representativas das categorias.

§ 2º - Os servidores a que se refere o caput deste artigo deverão contar com notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis ou de administração pública.

§ 3º - O presidente e o vice-presidente do Conselho serão escolhidos mediante eleição procedida pelo próprio Conselho. (antigo § 3º SUPRIMIDO).

Cuidou-se aqui de estabelecer diversos aspectos não previstos no projeto origi-

nal. Em primeiro lugar, buscou-se atender ao requisito constitucional da paridade na gerência no Fundo, proporcionando sobretudo uma forma equitativa de participação e incluindo-se um membro do Ministério Público, para atender ao disposto pelo inciso IX, do Art. 120, da Constituição Estadual. A configuração dada ao Conselho Curador, com o procedimento de nomeação exclusivamente entre servidores públicos ativos ou inativos, é consequência de que o sistema previdenciário criado se volta, prioritariamente, para o próprio servidor, havendo então motivo relevante e justo para que os interessados supervisionem o objeto de seu interesse, excluindo-se possíveis ingerências de qualquer ordem. Estabeleceu-se o prazo de duração do mandato do Conselho, bem como a possibilidade de recondução que, apesar de contrariar o princípio da alternância dos mandatos de caráter executivo, quer nos parecer excepcionável neste caso, por razões óbvias.

Incluiu-se a norma do § 1º, para assistir ao mandato constitucional da paridade, permitindo que tanto os Poderes quanto os servidores possam ter seus interesses igualmente representados. Quanto à exclusão da retribuição constante no antigo § 2º, foi feita com base na ótica de que o exercício do cargo de conselheiro deve ser entendido como um "munus" público honorífico, constituindo-se em relevante serviço e, uma vez que a totalidade de seus membros é de servidores públicos, não se justifica uma remuneração adicional. A inclusão do atual § 2º, vem a possibilitar a otimização no gerenciamento do Conselho e, entendemos que o mesmo deve ter autonomia na eleição de seu presidente e vice-presidente, bem como na criação de seu regimento interno.

Art. 55 - ...

I - planos de custeio, de aplicação do patrimônio e orçamento-programa;

II - relatório anual e prestação de contas;

III - aceitação de doações e legados.

Parágrafo Único - INEXISTENTE.

Art. 55 - ...

I - planos de custeio, de aplicação do patrimônio e orçamento-programa;

II - prestação de contas e relatório anuais;

III - aceitação de doações e legados;

IV - outras situações previstas nesta Lei.

Parágrafo Único - A prestação de contas e o relatório anuais referidos no inciso II deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado.

Modificou-se a ordem de inserção dos termos no inciso II com a finalidade de patentear que ambos, o relatório e a prestação de contas, devem ser anuais; quanto à inclusão do inciso IV, foi feita para atender à atividade prevista no § 1º, do Art. 39. Veio a incluir-se um parágrafo único para atender ao princípio da publicidade de que deve cercar-se qualquer ato do Poder Público ou de seus agentes, que além de constar de norma constitucional, deve ser reafirmado neste caso específico, em que haverá o manuseio de somas altíssimas, conforme outros fundos previdenciários têm demonstrado.

Art. 56 - ...

II - elaborar seu regimento próprio, submetendo-o à aprovação do governador;

Art. 56 - ...

II - elaborar e aprovar seu regimento próprio;

A elaboração do regimento próprio objetiva dotar o conselho de autonomia necessária e suficiente para que a gestão do Fundo obtenha a dinâmica de que não pode prescindir.

Art. 57 - ...

§ 2º - A taxa de administração da carteira de aplicação não será superior a 1,5% (um e meio por cento), calculado sobre o seu resultado real.

Art. 57 - ...

§ 2º - A taxa de administração da carteira de aplicação não será superior a 1 (um por cento), calculado sobre o seu resultado real.

Em razão das altíssimas somas a serem aplicadas e pelo fato de não haver a possibilidade de processo licitatório para obtenção de uma taxa inferior (mais benéfica ao Fundo e aos interessados), se diminuiu para 1% a quantia que, por si só, remunerará adequadamente a administração da carteira de aplicação.

Art. 60 - Os proventos dos atuais servidores inativos continuarão, pelo prazo de doze anos da vigência desta Lei, sendo pagos pelo Tesouro do Estado.

Art. 60 - Os proventos dos atuais servidores inativos, bem como daqueles que vierem a se aposentar antes do prazo previsto no Art. 61, correrão, pelo prazo de 12 anos da vigência desta Lei, por conta do Tesouro do Estado.

A modificação apresentada esclarece,

expressamente, que os servidores com direito a aposentadoria antes de 24 meses de vigência desta Lei, terão o benefício custeado pelo Tesouro do Estado durante 12 anos, sendo absorvido pelo Fundo somente após o transcurso de tal lapso temporal.

Art. 62 - O regime relativo às pensões seguirá ao disposto nos artigos 60 e 61.

Art. 62 - As pensões previstas neste regime serão custeadas pelo Fundo de Previdência do Estado a partir da vigência desta Lei.

Com a redação ora proposta, o referido artigo fica facilmente compreensível, além do que, vem suprir antinomia real criada com extinção da prestação do benefício correspondente por parte do IPE.

Art. 63 - As receitas do Fundo de Previdência do Estado serão integralmente destinadas à capitalização durante dois anos a partir da data desta Lei.

Art. 63 - As receitas do Fundo de Previdência do Estado, excluídas as despesas decorrentes das pensões, serão destinadas integralmente à capitalização durante dois anos a partir da vigência desta Lei.

A forma originária do Art. 63, inviabilizaria, pelo período de 2 anos, o pagamento da pensão, uma vez que destina por este interregno, que os recursos do Fundo sejam totalmente destinados à capitalização e a mudança do termo "data" para "vigência" e adequação de ordem técnica.

Art. 65 - Os contribuintes facultativos do Instituto de Previdência do Estado terão seus direitos preservados, não fazendo jus aos benefícios desta Lei.

Art. 65 - Os atuais contribuintes facultativos e conveniados do Instituto de Previdência do Estado, terão seus direitos preservados, não fazendo jus aos benefícios desta Lei.

A inclusão do requisito de atualidade para os contribuintes facultativos, além da inserção dos conveniados objetiva esclarecer quem são os destinatários da norma, ao tempo em que exclui a possibilidade de inscrição no mesmo regime, a partir desta Lei.

Art. 68 - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir apólice de seguro saúde para os servidores do Estado, destinado

até 2% (dois por cento) da folha de pagamento, a título de prêmio de seguro.

Parágrafo Único - Os serviços de saúde coberto pela apólice de que trata este artigo são aqueles atualmente prestados pelo Instituto de Previdência do Estado.

Art. 68 - O Estado do Paraná instituirá, até a vigência desta Lei, plano complementar de saúde para os servidores ativos e inativos do Estado, bem como para os pensionistas do Fundo Previdenciário.

§ 1º - Para custeio exclusivo de tal atividade, o Tesouro do Estado destinará recursos da ordem de 2% (dois por cento) cuja base de contribuição será o montante dos valores creditados aos servidores ativos, inativos e pensionistas.

§ 2º - Os serviços abrangidos pelo plano complementar de saúde poderão ser prestados pelo Instituto de Previdência do Estado, mediante convênio, ou através de contrato celebrado com empresas privadas que atuem nessa área, observado, neste caso, o procedimento licitatório.

A presente modificação objetiva reafirmar a intenção do Estado em instituir um plano eficaz de assistência médica, a ser prestado pelo IPE, que entendendo necessário, poderá conveniar ou contratar entidades ou profissionais externos para tal finalidade.

.....

Art. 69 - Os atuais servidores da administração direta e das autarquias, ocupantes de empregos com regime jurídico definido pela Consolidação das Leis do Trabalho, terão seus empregos transformados em função pública na data da publicação desta Lei.

Parágrafo Único - Até que se implante o regime jurídico único dos servidores do Estado, aplicar-se-á aos servidores referidos neste artigo, a Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, com exceção da estabilidade e ingresso em carreira.

Art. 69 - Os atuais servidores da administração direta e das autarquias, ocupantes de empregos com regime jurídico definido pela Consolidação das Leis do Trabalho, terão seus empregos transformados em cargos públicos na data da publicação desta Lei.

§ 1º - Os ocupantes de empregos temporários não se incluem no regime desta Lei.

§ 2º - Aplicar-se-á aos servidores referidos neste artigo, a Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, com exceção do ingresso em carreira e da estabilidade.

A alteração do termo "função" para "cargo" justifica-se tendo em vista que todos os servidores, que sejam empregados, funcionários, temporários e mesmo os agentes políticos exercem funções públicas.

O termo "função" denota precariedade de vínculo - como é o caso dos temporários - e com o referido artigo, o que se pretende é a manutenção dos celetistas nos quadros do Estado, porém submetidos a disposições estatutárias próprias.

Ademais, a se transformar os empregos em funções, estar-se-ia aplicando o Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná àqueles que não tem vínculo definitivo com o Estado, os temporários.

A par disso, prima-se pela precisão jurídica de aplicação dos termos. Empregos não podem ser transformados em função, apenas em cargos, pois tanto os titulares de empregos públicos quanto de cargos exercem função em virtude de vínculo.

A atribuição de simples função, sem qualquer vínculo, teve sua possibilidade restringida pela Constituição de 1967, no Art. 106, ao permitir a admissão de servidores em caráter temporário. O objetivo da norma era coibir os propósitos de apadrinhamento por parte da administração pública.

Já a Constituição de 1988 avançou em tal sentido, quer pela previsão de regime jurídico único, quer pela permissão de contratação estritamente por tempo determinado e, mesmo assim, condicionada esta última situação ao atendimento de interesse público excepcional.

A própria submissão às regras da administração pública requer, como pressuposto lógico, a existência de vínculo de natureza legal, que o exercício de função, por sua conceituação jurídica, não pode proporcionar.

Cabe ressaltar que a referência ao disciplinamento, além de permitir estrita coerência com a norma do § 2º, visa atender ao espírito da Constituição, que exige concurso público ou de efetivação para o provimento efetivo, ficando então criada uma situação jurídica submetida a condição, cujos resultados se totalizarão com a edição do regime jurídico único.

.....

Ocorreu-nos a necessidade de estabelecer mecanismos de ordem legal que possibilitassem a implementação financeira de determinadas disposições constantes da presente Lei, assim sendo, e com o intuito de adequar o texto à correta técnica legislativa, sugerimos a inserção de norma numerada sob o Art. 70, com a seguinte redação.

Art. 70 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais para implementar o disposto nos artigos 47 e 68, § 1º, desta Lei, servindo como fonte de recursos, quaisquer das formas previstas no § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

.....

Assim sendo, apresentamos à apreciação dos Membros desta Comissão nosso parecer FAVORÁVEL, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 18.08.92.

(a) OSWALDO TREVISAN

Presidente e Relator

Em discussão.

O SR. PAULO MAIA - A política administrativa neo-liberal promovida pela União, em especial com o infeliz advento do Governo Collor, tem no Paraná uma reprodução fiel, agravada por aspectos eminentemente demagógicos da atuação do Poder Executivo. Na implementação desta concepção político-administrativa, comete-se grave atentado contra a história e o valor dos serviços prestados pelos funcionários públicos na construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária. Atenta-se através de uma estratégia urdida em busca da desvalorização do serviço público, passando pelo sucateamento das estruturas prestadoras de serviço, pelo arrocho salarial e a decorrente transferência dos melhores quadros à iniciativa privada. Quem perde com isso, em última análise, é, certamente, a própria população, verdadeira mantenedora e destinatária final dos serviços públicos, cuja demanda é crescente em razão do encarecimento dos serviços privados e pelo declínio do seu poder aquisitivo, população esta que mereceria uma atenção mais sincera e bem intencionada das autoridades administrativas,

É grave este momento em que a Assembleia presta-se a apreciar e votar o Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 592/91, oriundo de mensagem do Poder Executivo sob responsabilidade do Governador Roberto Requião, em razão da forma como a matéria, antes de chegar a este Plenário, deixou de ser tratada entre servidores e a administração pública por intransigência desta; é grave, também, em razão de como tramitou nesta Casa e, principalmente, é grave em razão do seu conteúdo material, que não atende aos anseios daqueles que lhe são diretamente ligados, e do seu aspecto formal, absolutamente cheio de vícios de inconstitucionalidade. Portanto, peço a consideração de uma reflexão séria sobre os encaminhamentos de sua discussão e votação, não perdendo de vista por um só momento a realidade de que estaremos

tratando dos interesses diretos de mais de 150 mil paranaenses e, indiretamente, de mais de 500 mil, além dos seus notórios reflexos na qualidade da prestação dos serviços públicos para toda população do Paraná.

As transformações de fundo promovidas pela Constituição Federal, promulgada há pouco mais de quatro anos, sinalizaram claramente no sentido de que as administrações públicas deveriam buscar, diuturnamente, uma efetiva representatividade dos anseios de suas comunidades, estando abertas às manifestações dos setores organizados da sociedade civil. No Paraná, entretanto, o Governo Estadual é um solo duro, composto como liga da fusão da ignorância com a intransigência, impedindo que a cunha dos setores organizados pela sociedade civil possa fincar-se e dê a estes setores efetiva expressão na determinação dos rumos tomados pela coletividade. O direito de Império é exercido pelo Governo com a presunção de que todos os seus atos são legítimos "a priori" prescindidos do controle da sociedade. Assim, as entidades sindicais representativas dos servidores, com quem a administração deveria estar preparada para efetivas negociações coletivas, não tiveram vez nem voz em suas sugestões para um aperfeiçoamento neste Projeto. Postou-se o Governo do Estado como patrão ruim, abusando da prerrogativa de ditar, unilateralmente, as regras do jogo, incapaz de aceitar o diálogo e a negociação efetiva e resultante. O resultado disso é um projeto de lei carente daquela legitimidade só conquistada com a exaustão do instrumento democrático do diálogo; carente do aval daqueles que serão os diretamente atingidos pelo vigor da lei; carente das valiosas opiniões daqueles que vivem diuturnamente o serviço público.

Já a tramitação da matéria nesta Casa foi aparentemente sem percalços, dando tempo à elaboração de um juízo de valor por parte de todos os parlamentares. Entretanto há de se assinalar que deixaram de ser cumpridas diligências da Comissão de Constituição e Justiça referente à demonstração dos cálculos atuariais. A resposta do Governo a esta solicitação absolutamente não atendeu aos interesses desse líder que a formulou, pois os anexos dos cálculos atuariais, que são o ponto basilar da matéria, não estavam presentes, embora solicitados.

Este vício do processo legislativo é grave, embora reputemo-lo, para bem do Governo, como necessário e estratégico à própria sobrevivência do projeto nesta Casa, pois no pouco que pudemos constatar, tais cálculos atuariais são de aproximadamente três anos atrás, podendo estar

defasados, portanto, e a própria empresa, do Estado do Mato Grosso do Sul, encarregada de elaborá-lo, atestou que os dados disponíveis eram pouco consistentes para uma avaliação segura acerca das alíquotas a serem aplicadas. As alíquotas de desconto dos servidores, ou seja, o percentual descontado que definirá o "quantum" de capitalização do "Fundão", tem seu cálculo desconhecido, aparentemente inconsistente e não improvavelmente determinante de sérias aplicações na integridade do sistema. Isso é muito grave!

"Prima facie", este projeto de lei vem em atenção aos interesses próprios da administração em eximir-se da responsabilidade de arcar com o pagamento das pensões e aposentadorias dos seus servidores. Transfere esta responsabilidade ao "fundão". Coloca os servidores, porém, no desamparo jurídico diante da possibilidade de, a médio prazo, dada justamente a fragilidade dos cálculos atuariais, tal fundo de capitalização não sustentar o aporte dos benefícios, quando o acionamento subsidiário do Tesouro do Estado nas vias judiciais, será uma possibilidade juridicamente discutível. O projeto atende, também, o interesse do Estado em promover subrepticiamente a instalação do regime jurídico único, através do artigo 69, que, veremos adiante, é absolutamente inconstitucional, relegando os servidores que detêm hoje o vínculo celetário a uma situação duvidosa, indeterminada, insegura e desprotegida.

O Projeto, ademais, não adentra a questão da responsabilidade do Estado pelos débitos acumulados com o Instituto de Previdência, hoje orçados em mais de 400 milhões de dólares, fazendo surgir uma dúvida bastante palpável; quem até hoje sonou apenas três por cento, pagarão os dez por cento que a lei prevê? Estas reflexões são preliminares às apreciações das inconstitucionalidades mais gritantes que maculam vários artigos do projeto, mas dão a noção exata de que os interesses defendidos são os próprios da administração e, duvidosamente, dos servidores ou da sociedade.

A gerência deste "fundão", em instância deliberativa, caberá a um Conselho Curador, que, na forma como previsto no Projeto original e no Substitutivo, postasse como inconstitucional. A Constituição do Estado do Paraná, em seu Artigo 41, prevê, textualmente, a participação paritária dos servidores nos órgãos públicos para os quais contribuam.

Este Conselho Curador, entretanto, conforme dispõe o artigo 54 do Substitutivo, coloca os seus integrantes eleitos nas bases das entidades sindicais representativas em minoria, além de alijá-los com-

pletamente da instância executiva, em que deveriam ter representação assegurada.

Já o Artigo 14, do Substitutivo Geral prevê uma carência de 5 anos de contribuição com o sistema para a concessão de aposentadoria por tempo de serviço ao servidor. Em verdade, esta previsão de carência não atende a uma possibilidade fática bastante consistente relativa ao servidor que não tenha completado ainda os cinco anos de contribuição mas tenha completado o tempo de serviço para aposentar-se.

Efetivamente o direito à aposentadoria uma vez completado o tempo de serviço é constitucionalmente assegurado e não pode ser restringido pela conveniência da administração em capitalizar o Fundo de Previdência. Iniludivelmente, na contraposição destes dois interesses o Poder Judiciário certamente deverá manifestar-se favoravelmente ao servidor, concedendo-lhe a aposentadoria independentemente do tempo de sua contribuição com o sistema, fazendo com que tal carência seja uma "letra morta". A previsão de carência, portanto, não deveria ser um empecilho à concessão das aposentadorias por tempo de serviço e, da mesma forma, não deveria haver necessidade, como se anteve, do servidor ter de buscar o Poder Judiciário para ter assegurado o seu sagrado direito de aposentar-se.

O Projeto de Lei 592/91 e seu Substitutivo Geral têm ainda o condão de dar com uma mão e tirar com a outra. No artigo 38 do substitutivo, ao prever-se, tal como determinam as constituições, que os valores dos benefícios de que trata a Lei serão revistos nas mesmas datas e com os mesmos índices que as remunerações dos servidores da ativa, traz no parágrafo segundo uma ressalva que restringe a amplitude do preceito constitucional, desautorizando as vantagens de reclassificação ou transformações de cargo. Além disso, coloca em risco aqueles que já encontram-se aposentados à época de uma eventual reclassificação ou transformação de cargos, como a que deverá acontecer em breve com a revisão da Lei 6174 e dos quadros de carreiras, podendo vir a ser prejudicados. Efetivamente, se apreciado concretamente numa relação processual, esta previsão do parágrafo segundo deverá ser desconsiderada, posto que restritiva dos efeitos da norma constitucional. Infelizmente, na forma como apresenta-se o projeto original e seu substitutivo, caberá ao Judiciário o restabelecimento do respeito à lei, atendendo caso a caso que lhe chegar ao conhecimento, quando o respeito à lei deveria ser uma premissa do próprio processo legislativo.

Na forma como se apresenta ainda o projeto de lei e seu substitutivo, fica

demonstrada a intenção inequívoca do atual governo em não partilhar com os setores organizados da sociedade civil a discussão sobre os rumos da administração. Em relação aos sindicatos de servidores, que, aliás, nos países desenvolvidos, através de amplos acordos coletivos colocam à disposição das administrações todo o conhecimento dos meandros da "coisa pública" visando sempre aperfeiçoar os serviços prestados à população, a atual administração do Estado tanto quanto possível tenta frustrar a sua plena atividade. Por força da atual forma do artigo 37 do substitutivo, por exemplo, sonega o direito dos aposentados de contribuírem com os seus sindicatos, e, por outro lado, tolhe os sindicatos da fonte de renda específica do pagamento de mensalidades pelos aposentados. Trata-se de efetivo ato "anti-sindical", expressão inequívoca de ato que confronta com a previsão constitucional da ampla liberdade sindical e que merece, portanto, toda reserva em sua aceitação em lei tramitada nesta Casa.

Relativamente ao artigo 69 do substitutivo geral, vale dizer de sua flagrante inconstitucionalidade. Esta previsão do artigo 69 é a mesma do artigo 233 da Constituição do Estado e tal norma constitucional encontra-se "sub-judice" por força de Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo próprio Estado, à época do Governo Alvaro Dias. Assim, a sua reedição através do artigo 69, que prevê a transformação dos empregos "celetistas" em "função pública", ou seja de condição estatutária, fica prejudicada, justamente porque a matéria pode ser considerada "inconstitucional". Neste sentido o jurista Romeu Bacelar já manifestou-se da seguinte forma: "...O ajuizamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade gerou obstáculo que, antes de demovido (com o julgamento final), impossibilita a discussão da temática". Além disso, a simples transformação dos "empregos" em "cargos" não determina um "enquadramento" naquelas carreiras com "quadros próprios" criando uma situação contrária ao princípio da isonomia de tratamentos, pois teremos profissionais exercendo as mesmas funções com tratamentos gerenciais distintos, o que é absolutamente ilegal.

Muito mais inteligente da parte do Estado seria gerar este "Regime Jurídico Único" em consonância com as entidades sindicais representativas, através de uma negociação coletiva permanente com a participação dos setores interessados da sociedade, dentre eles a própria Assembléia Legislativa. A legitimidade que a proposta alcançaria, assegurada pela participação ativa de setores que atuariam fiscalizando qualquer tentativa de abuso por quaisquer

das partes no sentido de forçar um intrasigente prevalecimento de quaisquer concepções, conferiria ao próprio Governo uma demonstração inequívoca de sua intenção de uma prática administrativa democrática. O que se tem, momentaneamente, porém, é um Governo centrado, fechado e opaco, pródigo em desnecessárias demonstrações de força e pouco dado à prática do diálogo.

O que se tem, neste projeto de lei, é uma síntese de toda a conduta da atual administração do Estado; ressalta dentre tudo a intenção de eximir-se da responsabilidade pelo aporte financeiro das aposentadorias e pensões dos seus servidores, transferindo esta incumbência a um fundo de capitalização de durabilidade questionável. Deveria, o Poder Executivo, através do Tesouro, ao menos postar-se como responsável subsidiariamente pelo aporte financeiro dos benefícios, pois são assim o servidor teria assegurada a manutenção do poder aquisitivo daquela sua remuneração a que fez jus após trabalhar tantos anos em favor de um Estado, prestando os serviços à população paranaense que foram os melhores dentro das suas condições pessoais e dentro da estrutura oferecida pelo próprio aparelho estatal.

O compromisso dos Srs. Deputados é com uma legislatura que atenda a cada um daqueles do povo que, pessoalmente, no seu íntimo, nele votou por uma expectativa de um futuro melhor para o nosso Paraná. A hombridade e a honradez subjacentes ao mandato colocam em segundo plano eventuais adesões aos posicionamentos do Poder Executivo. A própria razão de existir do Poder Legislativo funda-se na necessidade do cumprimento da tarefa política de representar o conjunto da sociedade, legislando com liberdade no sentido da satisfação dos seus anseios. Assim, a apreciação desta matéria, que é grave, e a sua votação, deve acontecer somente se cada um dos Deputados tiver firmado seu Juízo de valor em bases sólidas de um amplo conhecimento de suas implicações, do livre convencimento de que será o melhor para toda a sociedade paranaense, desatrelado de compromissos que venham desonrar o mandato que lhes foi conferido pelo conjunto da população. Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Companheiros servidores, se houver qualquer dúvida acerca da matéria, mais tempo deverá ser conferido ao seu estudo por parte dos Deputados, posto que, no meu entendimento, no entendimento da Bancada do PDT, Partido Democrático Trabalhista, nas pessoas do Deputado Cezar Silvestri, Algaci Túlio, Albino Corazza, Emilia Belinati se encontra da forma como se encontra não é absurdo afirmar que assistiremos, futuramente, nossos sucessores proclamando a superficialidade com que o assunto foi tra-

tado, a submissão jocosa de alguns aos interesses do governo fazendo com que, inclusive, se mantivesse na ignorância quanto aos efeitos da sua aprovação e cheirando a petição de miséria a que foram relegados - aposentados e pensionistas do serviço público estadual.

Na forma como encontra-se, somos contrários a sua aprovação, merecendo que a matéria seja amplamente discutida com o conjunto dos servidores, os seus vícios de ilegalidade sanados para após retornar a esta Casa.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, hoje, nesta tarde, votaremos a constitucionalidade do referido projeto e nós da Bancada do Partido Democrático Trabalhista não somos contrários à efetiva transformação do sistema de previdência, não somos contrários a uma vida melhor para o servidor público, não somos contrários que se tenha uma previdência firme e forte, que se tenha uma vida futura e decente aos nossos aposentados. Mas, nesta oportunidade, quando se vota a constitucionalidade do projeto, nós do PDT: Deputada Emilia, Deputado Algaci, Deputado Cezar e o Deputado que vos fala nesta oportunidade, nós devido a isso, estaremos nos posicionando contra nesta tarde ao referido projeto. Obviamente não queria impedir a sua votação futura mas queremos garantir algo mais transparente aos servidores do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua em discussão. Com a palavra o Deputado Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros servidores. Nós da Bancada do PT, analisamos já o projeto quando foi remetido do Poder Executivo para cá. Tal projeto já teve uma origem autoritária dentro do Poder Executivo. O que é prática no atual governo e o atual Governador já demonstrava isso quando foi prefeito de Curitiba no momento de relacionar Poder Executivo - Governador e servidores.

O projeto foi nascido dentro de quatro paredes, ouvindo meia dúzia de iluminados quando os reais interessados, os trabalhadores e servidores públicos, jamais foram chamados para ter assento para qualquer debate.

Aquele projeto quando aqui chegou era um projeto retrógrado, inconstitucional e cheio, inclusive, de preconceitos. Como o preconceito colocado no artigo 9º que depois foi corrigido no substitutivo. Preconceito este, que dizia, que seriam afastados compulsoriamente do serviço os aidéticos ou portadores do vírus da Aids, os

hansenianos, os que tinham neoplasia maligna e outras doenças. Nós, cidadãos vivos, com vida pela frente, no Projeto do Sr. Governador já éramos mortos, compulsoriamente, perdendo o direito ao trabalho sem adquirir o direito ao tratamento, a saúde!

Quando questionada a Procuradoria Geral do Estado, foi dito a nós que essa e outras ilegalidades, se o servidor quisesse ver corrigidas que entrasse na justiça, porque até ser julgada o Governador seria outro e é claro o servidor ganharia na justiça. Se ganharia na justiça, por que não discutir as correções de tudo, uma vez que isso, no substitutivo, foi corrigido? No substitutivo ainda mantêm que podem ser aposentadas as vítimas de acidente em serviço e não acidente em trabalho, como diz a legislação federal. Há uma diferença enorme entre vítima de acidente em serviço e vítima de acidente em trabalho, quando é contado o trajeto de casa ao serviço e vice-versa. Esse projeto limita e devem ser feitas emendas corretivas e é o que nós, da Bancada do PT, faremos.

Coloca algumas outras inconstitucionalidades, a do artigo 69, já aqui exposto pelo Deputado que me antecedeu, na tribuna, não vejo necessidade de aprofundar a sua discussão uma vez que tudo foi contemplado na exposição do Deputado que me antecedeu.

A postura do Sr. Governador, na hora de elaborar, se repete, na hora em que quer executar a lei criando um Conselho Curador no qual os servidores que pagam a metade da Previdência não teriam assento para gerenciar em conjunto, e isso, para nós, é vício de todos os autoritários.

Uma questão séria e fundamental, que se apresenta para nós, do PT, é como se chegou à conclusão que a alíquota de pagamento da contribuição deve ser de 10%. Não poderia ser menos? Ou talvez até mais? Ninguém sabe! Nós, servidores temos que nos rebelar contra essa postura obscurantista de não nos dar os dados usados para este cálculo, porque se for menos, estamos sendo roubados e se for mais, no futuro não teremos aposentadoria digna. Quando sabemos o que estamos pagando a gente paga com a certeza do futuro garantido. Pagar 10%, sem saber se é mais ou menos que deveria ser cobrado nós não devemos aceitar! E mais, exigir que o Governo esclareça como é que ele chegou a este cálculo, aí sim, poderemos ter tranquilidade para votar favorável ou contrário ao projeto de lei.

O substitutivo, que hoje está tramitando, ou vem de uma maneira atravessada, assim como veio o projeto. Se quisermos instituir o Regime Jurídico Único, a primeira coisa a fazer é a instituição desse

Regime Jurídico, e logo a seguir discutir o caráter da Previdência. Está trocado, o carro está sendo colocado adiante dos bois.

É necessário discutir o regime, discutir como é que vai ser a nossa relação trabalhista com o nosso patrão, no caso o Estado, que ora é representado pelo atual Governador. Discutidas as relações trabalhistas vamos discutir, a posteriori, quais as relações previdenciárias e como serão tratadas daqui para frente. E ainda mais, o substitutivo que hoje se coloca em votação tem uma inconstitucionalidade, pela dupla tributação, cobrando após o trabalhador se aposentar ou cobrando do pensionista a contribuição de alíquota, isso é proibido pela Constituição Federal! Nós entendemos que ao proibir também a contribuição facultativa é contra a Constituição Federal, uma vez que, qualquer servidor, de acordo com a Constituição ele tem direitos, direito a tirar licença sem vencimentos e pagar facultativamente a Previdência Social. Ele tem direito a concorrer a cargos eletivos como qualquer cidadão e se eleito, esse cargo eletivo de qualquer entidade ou de qualquer parlamento ele tem direito à licença como servidor que está na Constituição e contribuir facultativamente para a Previdência Social. Por isso a bancada do PT se coloca contrária ao projeto por ser inconstitucional. E achamos que todas essas inconstitucionalidades devem ser corrigidas para depois ser votado esse projeto. Nós sabemos que nós trabalhadores merecemos previdência digna, merecemos, na velhice, ter um rendimento suficiente para viver sem trabalhar. E nós sabemos que hoje como se coloca esse setor que nós não temos, se é para corrigir a dúvida atual não é para investir em outra dúvida mas sim, para ter certeza do futuro e do futuro tranqüilo. E por isso, nós queremos que esse projeto seja retirado e democraticamente discutido, corrigidas as distorções garantindo um futuro tranqüilo para todos os servidores. Daí a bancada do PT votará favorável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrada a discussão, passa-se à votação.

Com a palavra para encaminhar a votação Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Servidores.

Venho aqui Senhor Presidente para encaminhar a votação do Projeto de Lei 592/91, que cria o Fundo de Previdência dos Servidores do Estado do Paraná.

E ao fazê-lo, de início devo dizer que está previsto na Constituição Federal que

a lei não prejudicará o direito adquirido, a coisa julgada e o ato jurídico perfeito.

Então, eu quero tranquilizar os servidores que tendo os direitos adquiridos eles já estão previstos na Constituição Federal e qualquer eventual descuido que haja na elaboração desta lei ele será corrigido com amparo na Constituição Federal.

Mas, quero dizer também que ao contrário do que foi dito pelos dois deputados que me antecederam, não é este um Projeto autoritário. Ele não brotou da prepotência como aqui foi dito. Mas ele mereceu, inicialmente por parte do Senhor Governador uma reunião com os senhores deputados em que o Governador consultava se devia ou não encaminhar esse projeto para esta Casa de Leis. E, assim, entendeu o Sr. Governador de encaminhar esse projeto porque é seu objetivo dar a todos os servidores do Paraná a necessária tranqüilidade de uma aposentadoria integral que lhes garanta durante ao longo do tempo a tranqüilidade no exercício das suas funções no seu cargo e a segurança de que terão uma aposentadoria.

Ouvi, também, hoje aqui que não se deve aprovar esse projeto. Que se deve procrastinar, ainda, por mais tempo o andamento das discussões. Quero lembrar que esse projeto está nessa Casa desde dezembro de 1990.

Portanto, estamos caminhando, já há quase dois anos tramita esse projeto nesta Casa de Leis. E durante todo este tempo ele mereceu discussões de debates de toda a ordem. Eu mesmo, de minha parte, estive reunido e me lembro de uma das reuniões, a requerimento dos Deputados Alceu Swarowski e Dobrandino da Silva, com diversos segmentos e ali debatemos e analisamos diversas sugestões de emendas.

A delongar mais a discussão deste projeto, teremos dois caminhos. Vamos eternizar esta discussão e vamos continuar deixando à margem dos benefícios do atual Estatuto do Servidor Público do Paraná quase 50 mil trabalhadores celetistas que, ao não ser aprovada esta lei, continuarão batendo às portas do INSS e enfrentando as intermináveis filas de bancos para receber a minguada aposentadoria.

Então temos que escolher o caminho. Ou aprovamos esta lei e amparamos ao abrigo do Estatuto do Servidor Público do Paraná, a totalidade dos servidores, ou vamos continuar deixando os celetistas à margem destes benefícios e deixando os estatutários numa situação de incerteza quanto a capacidade do Tesouro de continuar pagando as suas aposentadorias. Porque daqui mais três, quatro ou cinco anos, o Tesouro não terá condições mais de arcar com as aposentadorias, porque a folha dos inativos já terá superado a folha dos ativos...

(Manifestação das galerias).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Artigo 110 do Regimento Interno: "Qualquer pessoa poderá assistir às sessões nas galerias contanto que esteja desarmado e guarde silêncio, sem dar sinal de aplausos ou de reprovação ao que se passar na Assembléia". Se as galerias continuarem se manifestando, suspendo a sessão.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Prossigo, Senhor Presidente.

Ao encaminhar este projeto de lei a esta Casa Legislativa, procurou o Governador Roberto Requião garantir também para o futuro esta segurança e tranquilidade aos servidores.

Não é coisa que vai resolver problemas do seu Governo, ele está plantando para o futuro, para os próximos Governos terem um Fundo de Previdência capaz de assegurar esta aposentadoria tranqüila.

A experiência dos Fundos de Previdência estão aí a nos mostrar que isto tem dado certo. Vem a Previdência do Banco do Brasil, o FUNDEPE, o Fundo de Previdência do Banco do Estado, a Fundação COPEL, a Fundação SANEPAR, são Fundos de Previdência que são bem administrados, têm um patrimônio bastante grande e garantem esta aposentadoria tranqüila aos servidores.

E o que queremos e esperamos também com este Fundo de Previdências do Estado que é ter uma receita de 20% do total da folha de pagamento. Aos valores de hoje, ele já teria no primeiro mês cem bilhões de cruzeiros e dentro de dois ou três anos este Fundo, - os cálculos indicam, já terá trilhões de cruzeiros em caixa capaz de atender aos seus encargos com as aposentadorias e também com as pensões.

A questão do artigo 69 é bastante discutível.

O Governador Requião, ao encaminhar também este projeto de lei, cumpre um dispositivo constitucional, já que no artigo 39 da Constituição Federal está determinado:

- A União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios instituirão, no âmbito de sua competência, Regime Jurídico Único planos de carreira para os servidores da Administração Pública Direta, das Autarquias...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sessão suspensa.

Após os nossos convidados se comportarem devidamente, nós reabriremos a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a sessão.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Então, Senhor

Presidente, prossigo.

É uma obrigação constitucional que o Governador Requião está atendendo ao encaminhar este projeto a esta Casa de Leis.

O projeto, em resumo, terá a criação do Fundo de Previdência que o Tesouro do Estado vai continuar pagando as aposentadorias por mais doze anos ainda...

(som retirado).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. terá mais dois minutos para concluir.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, é pouco para concluir o que eu precisava dizer. Eu peço uma prorrogação maior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. terá mais oportunidade na segunda discussão.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Muito obrigado, Senhor Presidente.

Então, eu só quero, Presidente, para encerrar o encaminhamento da votação dizer, fazer as perguntas; quem garante que o Governo vai recolher ao Fundo as suas contribuições? Ora, não se imagina, quando se fala em Governo nós temos que falar, é o Poder Executivo ao longo dos próximos dez, vinte, cinquenta, duzentos anos, será obrigação do Poder Executivo. E na própria lei que nós temos, no próprio substitutivo a lei estabelece sanções para a autoridade que não recolher as contribuições dentro do prazo previsto.

Eu discuti bastante também com os servidores a questão da dívida do IPE porque uma das reivindicações que nos trouxeram era a questão da dívida do IPE. Mas de um lado dizem que o Governo deve ao IPE; do outro, o Governo diz que é o IPE que deve a ele porque ele investiu bastante no IPE. Parece-me, de outro lado, que a questão do IPE não precisa, necessariamente, ser tratada nesta lei. Como nós lembramos, a Constituição diz que a lei assegurará, a lei garante o direito adquirido, a coisa julgada e o ato jurídico perfeito. Se é o Estado que tem contas a receber do IPE ou se é o IPE que tem para receber do Estado, em qualquer momento eles poderão fazer este encontro de contas.

Quanto a gerência do Fundo que foi outra questão levantada, nós procuramos pôr no Substitutivo uma composição paritária. Agora, composição paritária imaginam muitos que seria em números pares necessariamente, mas se nós tivermos sempre números pares na composição de conselho, nós teremos sempre uma votação empatada. Uma das soluções que nós encontramos foi pôr três representantes, digamos, dos empregadores, três dos empregados e um Procurador de

Justiça que, se imagina seria independente, isento de qualquer influência e estaria composto.

Estou concluindo, Senhor Presidente.

Agora ouvi também, querem discutir mais, mais tempo, lembro, o projeto já está aqui há bastante tempo, então quanto à questão da constitucionalidade do artigo 69, eu recebi de alguns servidores um parecer.

É claro, a questão jurídica ela comporta vários entendimentos. As vezes nós encomendamos um parecer a um jurista e ele entende de um jeito, se eu encomendo para outro jurista e ele entende de um jeito, se eu encomendo para outro jurista ele pode entender de outra maneira.

A equipe do governo entende que o projeto está constitucionalmente revestido das formalidades legais, haja vista que ele foi aprovado também na Comissão de Justiça desta Casa.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, temos no dia de hoje uma grande responsabilidade, ou aprovamos este Projeto de Lei e incorporamos uma grande quantidade de benefícios aos servidores do Estado ou fazemos como querem aqueles que subiram naquela tribuna, vamos procrastinar o seu andamento e vamos deixar à margem dos benefícios milhares e milhares de servidores do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Para encaminhar a votação, com a palavra o Deputado Luiz H. Bona Turra.

O SR. LUIZ H. BONA TURRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros servidores.

Submetida a matéria por mensagem governamental e estabelecido debate aqui nesta Assembléia, sobre o Regime Constitucional dos servidores públicos do Estado do Paraná, é preciso compreender em primeiro lugar que as forças políticas que atuam aqui na Assembléia Legislativa têm visões distintas sobre a questão do Estado, de modo de democratizá-lo e a que interesses se subordinam os seus aparelhos. Os servidores públicos têm um papel fundamental na construção da democracia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, têm um papel fundamental na consecução das tarefas públicas e se incluem na classe mais geral dos trabalhadores brasileiros.

Não é possível compreender a situação dos servidores públicos do Estado do Paraná, em distinção da situação mais geral dos trabalhadores brasileiros, vitimados pelo arrocho, pela falta e escassez de acesso aos meios e mecanismos de decisão e o Estado que aí está não fomos nós que construímos. O Estado que aí está é o resultado da evolução histórica e social dos

povos e ausência de democracia, o autoritarismo do aparelho de Estado que vem sendo quebrado aqui e ali, mas que na essência ainda se mantém autoritário e afastado não só dos servidores, mas o que é mais grave, afastado das funções a que ele deve se subordinar e aí o Estado é compreendido como o conjunto dos aparelhos, onde não se exclui a igreja, de onde não se exclui a imprensa, de onde não se exclui, claro, um organismo estadual que é o Governo do Paraná.

Muito bem, nós estamos discutindo o Regime Jurídico Único. Eu quero aqui me deter a uma proposta inicial. É a proposta do Governo do Estado que, cerca de um ano e meio após ter sido erigido em lei constitucional, é uma proposta. Essa proposta sofreu diversas apreciações das comissões técnicas desta Casa, houve indicações oriundas de diversos Deputados que resultou num substitutivo geral, que aperfeiçoa o projeto original, que elimina e faz a higienização de aspectos que inclusive eivavam o projeto original de inconstitucionalidade. Houve, portanto, passos à frente e eu quero me deter aqui exclusivamente porque esta é a Casa que deve debater, Sr. Presidente, abertamente, com os servidores públicos, enquanto o Estado pela sua condição que é uma condição híbrida, porque o Estado não é Estado patrão, e os recursos que são mobilizados pelo Estado não são recursos dos servidores públicos, mas também dos servidores públicos. Portanto, esta situação dicotômica de um Estado que não é patrão e também não é servidor impede que o Estado possa processar no alcance necessário o debate que esta Casa pode, vai e deve fazê-lo.

Então, as propostas dos servidores são emendas substitutivas, emendas aditivas e emendas supressivas, ao todo onze.

Eu pude ver o debatendo com os Parlamentares, debatendo com membros da administração do Estado que das onze propostas, apenas duas não poderão ser incorporadas no interesse do próprio fundo e dos servidores. Bom, as que poderão ser incorporadas: podem ser descontados dos benefícios as contribuições sindicais e associativas autorizadas pelos servidores. Não há problema. O único problema vai ser porque em virtude da multiplicidade de representação sindical vai se exigir do servidor no processo de autorização a definição sobre a qual entidade ou a quais entidades vai se processar o recolhimento. Não há problema. A emenda substitutiva nº 2 que é, que estabelece, substitui: para os efeitos desta lei esta é a idéia original. Para os efeitos desta lei entende-se por base de contribuição o valor bruto da remuneração recebida no decorrer do mês, ex-

ceto salário-família e indenizações. E a proposta substitutiva faz com que a incidência se dê não sobre o valor bruto, mas se dê sobre o valor de salário base.

No nosso entendimento isto desatende os interesses da grande maioria dos servidores e do próprio Fundo porque evidentemente, menor salário base, tem aqueles que não detêm gratificações, têm aqueles que não detêm cargos em comissão na administração. Portanto, fazer a incidência sobre valor bruto é uma questão de justiça previdenciária.

Então parece-me aí, não poderá no interesse do Fundo e dos servidores ser incorporada esta proposta. Mas já à frente além das contribuições de que trata o artigo 47, isto já no artigo 51, se diz que o valor do pagamento pelo Estado do Paraná do débito para com o Instituto de Previdência do Estado fosse incorporada ao Fundo. Nada mais correto. Só que há uma divergência, uma divergência eu acho que das mais salutares e que o Estado, aqui incluída a Assembléia Legislativa, precisa resolver sobre quem deve a quem. Eu tenho uma visão preliminar de que o Estado, tendo o Estado inadimplente com o Instituto de Previdência durante muitos anos no que diz respeito aos repasses correntes, muito provavelmente ao final e ao cabo de uma apuração dos haveres será devedor do Instituto de Previdência. Mas o que nós propomos? Nós propomos que, e é isto que deverá ser objeto de novo de discussão com os demais Deputados da Casa, com os servidores, que a apuração dos haveres esta sim seja feita ao cabo de doze meses para que o Departamento de Obras, por exemplo, possa fazer a avaliação dos imóveis construídos com os recursos do Estado não só o edifício sede, como também os edifícios sede regionais, o conjunto dos equipamentos que foram feitos e repassados ao Instituto e nós possamos ter, ao cabo de doze meses e isto é muito importante, é fundamental, a apuração dos haveres, e esta apuração dos haveres, possa, sim, ser revertido este resultado ao Fundo de Previdência do Estado.

Portanto, não há divergência. O que se tem é que a lei não pode, do mesmo modo como a Bancada Oposicionista reclama da falta, da ausência de cálculos atuariais e me dizia o Diretor Geral da SEAD que teria enviado a Assembléia Legislativa mais uma vez, que não importa, como esta também é uma proposta que evidentemente tem de ser submetida e tem de ser apreciada por esta Casa. Os cálculos atuariais, não são os feitos pela SEAD, como também aqueles feitos por outras entidades e personalidades contratadas para promover esses cálculos atuariais. Do mesmo modo como se reclama da ausência desses cálculos, evidente a

lei não pode incorporar e aí, se é possível aceitar que o Estado encaminhe uma proposta que não esteja fundada na mais alta análise dos cálculos atuariais, isto é possível pelo princípio, Sr. Presidente, da responsabilidade. O Poder Executivo tem uma responsabilidade diga ou não a lei e vai dizer, uma responsabilidade direta, podendo inclusive o chefe do Poder Executivo, o chefe do Poder Legislativo, o chefe do Poder Judiciário serem responsabilizados criminal e civilmente pela má gerência ou pelo sucateamento do Fundo, mas o princípio da responsabilidade é que rege. Muito bem. Vamos à frente:

"Compete ao Conselho Curador, deliberar sobre as seguintes matérias: - sobre aplicação de recursos..." Nada mais correto. Aperfeiçoa a proposta original que falava apenas em gerência e controle sob pena de custeio e aplicação de recursos e patrimônio, ou melhor, omitia recursos quando admitia a gerência sobre a gestão patrimonial. Portanto a 4ª emenda também sem nenhum problema. Eu dizia isso ao Heitor, velho companheiro da luta sindical, que representa o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura, que é um conglomerado dos mais expressivos do Estado e é uma proposta que, conversando com a Liderança do PMDB, Deputado Orlando Pessuti, sem nenhum problema, pode ser incorporado.

Art. 62: aqui entra uma polêmica, mas que me parece, pode ser resolvida sem nenhum problema, o que vai diminuindo as áreas de atrito e possibilita a aplicação do dispositivo constitucional do Regime Jurídico Único que vem sendo exigido aqui em plenário pelos diversos Deputados e inclusive recentemente nós nos pronunciávamos nesse sentido, e que agora finalmente vai ser resolvido. Portanto, não tem cabimento a proposta trazida pelo Deputado Paulo Maia, de rejeição sumária de um projeto que visa consagrar direitos constitucionais e é importante dizer que é opção do Poder Executivo e que deverá fazer esta Casa pelo Regime Celetista, se teria a melhor corrente do Federalismo que consagra os direitos individuais. Muito bem. As pensões previstas nesse Regime serão custeadas pelo Fundo de Previdência a partir da vigência dessa lei.

A emenda proposta pelo poder sindical propõe "que as pensões previstas e os Regimes sejam custeados pelo Fundo de Previdência do Estado, após decorridos vinte e quatro meses", isto é, propõe uma carência. Essa carência nos parece - e aí nós devemos debater, daqui até as emendas que vão a segunda-feira, nos parece preliminarmente que essa carência não é necessária. Não é necessária porque o Fundo vai estar sendo capitalizado mensalmente, com valores de hoje, com recursos na ordem de

cento e seis bilhões ao mês e vinte e quatro, vinte e dois bilhões seriam dispendidos com as pensões. Enfim, é uma matéria polêmica. Nós vimos aqui que das cinco emendas, apenas duas não puderam ser incorporadas. E as demais que vocês têm em mão dizem o que? De fato, aqui no artigo 69, que me parece o principal no texto da lei, não há nenhuma razão de se ter esse acréscimo, com exceção da estabilidade e ingresso em carreiras. Isso é desnecessário, de modo que tem estabilidade e tem assegurada constitucional e legalmente e não será uma lei ordinária que retirará a estabilidade do servidor que a tem. Portanto, a proposta de supressão desse dispositivo final com exceção da estabilidade e ingresso em carreiras, é absolutamente adequada, aceitável e que está na unidade para aprovação desse projeto.

Vou em frente: lá na proposta de número 7, o que nós queremos é ampliar, inclusive, porque o que nos parece que falta - e dizia aqui o Deputado Orlando Pessuti - o que falta ao Estado são planos de carreiras. O Estado dispõe de planos de cargos e salários. Ora, não fosse isso, não poderia nem numerar os seus servidores. O que é Estado não tem planos de carreiras de advogados, de engenheiros, de arquitetos e aí vai.

Então a inclusão no parágrafo 3º, mantida a proposta que deverá ser uma proposta de unidade apresentada pelos servidores e que aperfeiçoa o que nós já tínhamos, nós podemos incluir que além do plano de cargos e salários, também possa o Executivo em 180 dias, definir-se sobre os planos de carreiras que visam equacionar uma série de situações que existem na Administração e que não estão resolvidos. E, rapidamente, nas "Disposições Gerais e Transitórias", "o Estado do Paraná, através do seu Tesouro é responsável subsidiariamente...". Se isso fortalece algo, porque o que é interessante, é é talvez por onde devesse ter começado, é a natureza jurídica do Fundo. O Fundo não é pessoa jurídica. O Fundo não é entidade, o Fundo é uma carteira. E a pessoa jurídica gestora do Fundo é o Estado do Paraná. Portanto, a responsabilidade direta do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. Portanto, não se cria uma pessoa jurídica distinta da Administração, o Fundo é a própria Administração, o Fundo é o próprio Estado. De modo que incorporar ou não a esse texto é indiferente. E, sendo indiferente, e tendo a referência e o movimento dos servidores nisso, como não indiferente, mas, uma questão essencial, não vejo porque, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não possamos também incorporar essa proposta.

E, para concluir, o Estado do Paraná

encaminhará à Assembléia - e é claro que já deveria ter encaminhado - os cálculos atuariais, porque isso é fundamental para instruir o processo decisório legislativo,...

(O Sr. Presidente faz soar os tambores)

... como também o Estado do Paraná, instituindo essa proposta - e eu já tive a oportunidade de comentar - o Estado do Paraná, partindo da vigência dessa Lei, deverá liberar as guias de movimentação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. e é óbvio porque se não houvesse esse dispositivo de lei deveria ser uma medida de praxe, nem precisaria a lei dizer que teria de deliberar na medida em que se "deceletize" o servidor, tem de deliberar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, de modo que se a lei não dissesse por ato "ex officio" da Administração o Fundo de Garantia, as guias teriam que ser liberadas. Há outras considerações que faz aqui o Advogado representante dos servidores, Dr. Romeu Bacelar, que me parece também deverão merecer considerações à arguição de constitucionalidade que fez o Estado em relação ao art. 233, da Constituição, da questão dos cálculos atuariais. O art. 38, esse sim de todas as considerações me parece o principal, que são os enunciados restritivos e que não deve, evidentemente, a lei fazer em relação aos aposentados, porque a Lei Constitucional Maior é generosa em relação à aplicabilidade, em extensão aos aposentados, aos inativos, dos benefícios concedidos aos ativos, de modo que aquela redação que não é uma redação do projeto original da Comissão de Constituição e Justiça, e talvez pudesse ser aprimorada para, de vez, afastar a possibilidade de, daqui a 10 anos, aquele que vier a interpretar a lei, a interprete restritivamente. E também, por último, quanto à questão do Serventuário da Justiça, é uma questão que eu acho mereceria um amadurecimento. e essa é uma questão trazida pelo Dr. Romeu Bacelar, e que merece também uma consideração.

Concluo aqui este meu pronunciamento ao lado dos meus companheiros do PMDB para dizer que a questão da luta das classes populares não é monopólio desse ou daquele Partido Político. Eu integro uma corrente dentro do Partido que tem uma visão de sociedade e de Estado socialista. Nós entendemos que é preciso construir uma sociedade de novo tipo. E essa representação é forte, é forte nas ruas e é forte também no Parlamento. Nós aqui não estamos - e é para nossa felicidade... porque os preconceitos que possam orientar as relações entre os servidores e a gestão política do Estado tem de dar lugar ao reconhecimento de que defeitos nós temos - e temos muito.

Agora, de todos os defeitos, um não pode nem a Bancada Oposicionista, representada pelo Deputado Paulo Maia, nem ninguém, dizer que tenhamos seja a visão patrimonialista; não temos um Estado como o nosso. E esse Fundo que se cria por Mensagem governamental é um Fundo para os trabalhadores do serviço público e que garante a liberdade que vai ter o Estado de promover a gerência que hoje não tem de uma política de recursos humanos, hoje, totalmente subordinada ao Governo Federal, como também não poderemos ser acusados de uma visão neoliberal. A nossa visão é clara pela ruptura com os sistemas tradicionais de poder, a ruptura com os banqueiros, a ruptura com os bicheiros e a ruptura com todos os canalhas que assaltaram este País e que fez deste País isto o que é. Mas nós o estamos reconstruindo pela base, com a participação dos servidores, com a participação dos operários nas fábricas e sempre entendendo que é pela Frente Única, a unidade mais geral dos trabalhadores, que vamos mudar esta situação. Agora, toda a questão está no poder central. É preciso que nós sejamos capazes de acumular forças para, tomando o poder central, começar a reversão de um processo de empobrecimento, de miséria e de arrocho da classe trabalhadora. Este Fundo coloca a gestão dos recursos previdenciários nas mãos dos trabalhadores!

É preciso que nós, com a nossa inteligência e nossa força, que vamos ter lá três representantes diretos, diretamente vinculados aos servidores, que vamos ter a presença do Ministério Público e vamos ter a presença dos representantes do Executivo, é importante dizer que os servidores, os trabalhadores, já saem de largada com três representantes.

A escolha correta destes servidores e acúmulo de força para ganhar o Legislativo, para ganhar o Executivo, e para ganhar a estrutura do Judiciário, é o passo seguinte, para fazer deste País e construir neste País um Governo dos trabalhadores, para construir a sociedade dos trabalhadores. Eu agradeço a oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Para Encaminhar) - Sr. Presidente e Srs. Deputados, uma surpresa agradável estamos tendo nesta tarde, quando o Deputado Turra, naturalmente interpretando o pensamento da Bancada majoritária, a Bancada do Governo, analisa as reivindicações do Sindicato dos Servidores Públicos do Estado. Sentimos que se abriu a possibilidade de um diálogo

sério, correto, responsável, não entre a Bancada Oposicionista, nesta Assembléia, mas entre os servidores do Estado e o Governo, que querem implantar o Fundo Previdenciário do Estado. Quando se vislumbra este entendimento, eu acho que todos saímos engrandecidos nesta luta, nesta batalha, nesta reivindicação. Os serventuários se sentem mais garantidos no seu direito. E os Parlamentares, cômicos de suas responsabilidades. O Governo sensível aos reclamos daqueles que fazem com que a máquina administrativa preste serviços à comunidade.

Quando se vislumbra este entendimento, seria de bom alvitre que nós interrompêssemos qualquer votação, para que numa reunião de Líderes, pudéssemos analisar, então, em profundidade, tudo aquilo que o Deputado Turra, com inteligência e com boa colocação fez. E que o Deputado Paulo Maia fez ver, também, aos Srs. Parlamentares e a todos que nos honram com a sua presença nesta tarde, o que é inconstitucional na Mensagem Governamental; interrompendo qualquer votação, sentarem-se os Líderes e pudessem, então, aplicar definitivamente aquelas alterações propostas pelo Sindicato e aceitas pelo Governo do Estado.

É a sugestão que o Partido Liberal faz, neste instante, submetendo à apreciação da Presidência da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) - Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós acompanhamos atentamente a posição do Deputado Bona Turra à tribuna; acompanhamos atentamente a exposição feita pelo nosso Líder, Deputado Paulo Maia, mostrando a preocupação da classe do servidor público estadual com relação a este projeto.

O Deputado Bona Turra disse que nós, do PDT, a Oposição desta Casa, quer a derubada sumária do projeto. Não é verdade Deputado. Deixamos bem claro nas nossas posições da vontade do diálogo e acima de tudo de aprovarmos o projeto se ele vier ao encontro do interesse da classe dos servidores públicos.

Nós somos pela transparência deste projeto, para que ele preencha a necessidade do servidor, no presente e no futuro.

Nós deixamos bem clara esta posição do PDT e dos demais Partidos, aqui. E, agora, corroborada pela posição do Deputado Colombino Grassano. Quem não pagou 3% vai pagar os 10%?

É uma pergunta que se tem que fazer, neste momento. Quem não pagou, até hoje, os 3% devidos ao IPE, que redundou numa

dívida extraordinária, vai pagar os 10%?

Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o próprio Deputado Bona Turra reconheceu que o parecer dado pelo advogado Romeu Felipe Bacellar Filho traz algumas posições conflitantes com que consta do Projeto. Será que não seria de bom alvitre retirarmos esse projeto da votação hoje, reunirmos lideranças sindicais, as lideranças partidárias aqui da Assembléia, com a Bancada Governista e analisarmos com mais profundidade? Ou será que é mais interessante votar rapidamente sem muita discussão? Tenho certeza, os senhores servidores que estão nesta Casa hoje, que são a oposição, pelo trabalho sério que vem tendo nesta Casa e pelo respaldo que esta Oposição tem dado ao Governo do Estado na aprovação de Mensagens aqui para que o Estado possa ter andamento, esta Oposição responsável, esta Oposição séria quer o melhor para os servidores.

Por esta razão eu apelo à Liderança do PMDB que, abalizada pela posição do Deputado Bona Turra, que retiremos o projeto da ordem do dia para na segunda-feira ou terça-feira vir a plenário já com correções ou emendas que possam clareá-lo mais ainda. Esta também é a minha posição. O PDT, em absoluto, e a Oposição, em absoluto, não quer a aprovação do projeto. Ela quer sim, mas um projeto transparente e que traga a devida tranquilidade ao servidor público.

O SR. ROSINHA (**Pela Ordem**) - Em nome da Bancada do PT nós queremos dizer que concordamos com o encaminhamento e a proposta feita pelo Líder do PL Deputado Colombino Grassano. Acharmos importante uma reunião de Líderes para que a gente possa definir o substitutivo e aí já amarrar todas essas questões.

Portanto, nós apoiamos a proposta do Deputado Colombino Grassano.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Em votação o Projeto de Lei 592/91. Aprovado.

O SR. PAULO MAIA - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - A Mesa defere. 25 Aprovam.

10 Rejeitam - O Projeto está **Aprovado**.

O SR. ERNANI PUDELL - (**Pela Ordem**) Nós tentamos durante a votação estabelecer um acordo, então uma sugestão parece que acatada pela liderança do Governo também e acredito pelas demais lideranças, o projeto retorna na segunda, receberá as emendas, e na terça as Lideranças juntamente com os representantes sindicais, nos sentaríamos para estabelecermos um consenso

em torno das emendas. E, com isso, teríamos condições de trazer o projeto e as emendas de consenso para o Plenário, talvez já na quarta, quinta-feira da semana que vem e solucionar os eventuais problemas que possam haver. Então essa é uma proposta de uma reunião na terça após as emendas das Lideranças com os representantes das entidades sindicais.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, (**Pela Ordem**).

Os encaminhamentos de votações foram esclarecedores em seus pontos de vista. Agora, de todos os encaminhamentos algumas coisas precisam ficar bem claras neste Plenário. Em alguns momentos os Deputados que se pronunciaram disseram que o projeto não teve a discussão ampla, que não se deu aos servidores públicos a oportunidade de questionar, de apresentar as suas sugestões, que não foi dado a determinados Deputados a oportunidade de questionar o projeto.

É importante que fique claro que o Projeto delei que hoje votamos em primeira discussão, foi encaminhado a esta Casa no dia 09 de dezembro do ano passado.

Portanto, há um ano atrás. Veio no bojo, posteriormente foi incluído esse projeto dentro de uma convocação extraordinária. E estabelece o Regimento Interno da Casa que todas as matérias oriundas que façam parte de uma convocação extraordinária tem que nesse período de convocação ser votado. E numa demonstração de que o jogo não era fechado e não havia radicalismo por parte do Governador Roberto Requião e por parte da liderança do Governo, naquela ocasião dialogando com o Senhor Governador nós conseguimos, perante ao Governador, que a matéria não fosse discutida no regime de convocação extraordinária. Foi designado o José Tavares para relator, depois Oswaldo Trevisan, depois Deputado Arlindo Troian. A matéria a princípio existia um compromisso das Lideranças de discutí-la no primeiro semestre; depois deixou-se para o mês de agosto e, depois numa nova reunião de lideranças deixou-se para depois das eleições. E, agora, recentemente, queriam deixar para depois do término do período legislativo para uma nova convocação extraordinária se fosse interesse do Governo ou então que ficasse para o ano que vem.

Então, não procede as alegações de que não se deu uma abertura para que esses assuntos fossem discutidos.

E é por essa razão, Senhor Presidente, que não entendemos necessário e por isso votaríamos contrário a retirada da Ordem do Dia de hoje. Nós entendemos como necessário não votarmos esse projeto hoje, até porque amanhã não teremos sessão ordinária

o projeto volta na segunda-feira para uma segunda discussão. Até lá todos poderão analisar mais uma vez o projeto, apresentar as emendas nós poderemos sim, na segunda-feira, conhecendo o teor das emendas nos reunirmos mais uma vez porque, reuniões acerca desse assunto essa Liderança diretamente ou indiretamente através dos Deputados relatores por nós indicados através da nossa assessoria já participamos de mais de 20 reuniões.

Então, em nenhum momento a Liderança se fechou para o diálogo. Não se fechará. Agora, querer deixar para segunda-feira já dá termos uma discussão; tentarmos até segunda-feira acharmos um outro substitutivo, não iria adiantar nada porque nós sabemos que votar primeiro o projeto e depois que ele veio para numa segunda discussão apresentarmos o substitutivo, não faremos.

Se na reunião de lideranças nós entendermos que algumas emendas devam ser rejeitadas ao substitutivo apresentado, nós faremos com a maior tranquilidade.

Então, é preciso que fique claro essas coisas para não parecer que nós estamos aqui forçando a votação no dia de hoje, estamos tentando empurrar goela abaixo esse projeto, o que não é verdade, porque ele era para ter sido votado, se nós fôssemos levar à risca as coisas, no mês de dezembro do ano passado. Aí sim, empurrando goela abaixo. Não um ano depois quando diversas e diversas reuniões aconteceram e que muitos debates foram realizados.

Então, segunda-feira nós receberemos as emendas e na terça e quarta-feira iremos analisar as emendas e, se possível na quinta-feira da semana que vem, votaremos o projeto em segunda, depois em 3ª e depois em Redação Final, sempre discutindo como fazemos ao longo desse um ano em que o projeto está tramitando na Assembléia.

Muito obrigado.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria, depois de encerrada a discussão e votação, que todos os servidores públicos aqui presentes e alguns dos deputados que porventura não tenham lido o meu parecer da Comissão de Finanças, que foi bastante profundo e bastante detalhado, que fizessem a leitura porque nesse parecer nós tentamos vislumbrar tudo o que poderia acarretar de danos ao Estado como ao servidor público. Colocamos também o problema do artigo 69. E eu me colocaria à disposição de deputados e servidores para que analisássemos juntos até segunda-feira qualquer problema que exista dentro do projeto. Esse projeto de lei foi bastante discutido como disse o Deputado Pessuti, como disse o Deputado Colombino Grassano. Fiz parte das discus-

sões. Os senhores servidores públicos sabem que eu fui o autor do projeto que devolveu a pensão aos viúvos rejeitado pelo Senhor Governador e derrubado aqui nesta Casa, em vigor hoje.

Por isso, eu peço a todos os senhores servidores públicos, representantes dos servidores e deputados que não tenham lido com a devida clareza as folhas 42, 43, 44, que dessem uma lida, também com o gráfico da folha 45, para que, eu acredito, que nesse Parecer, todas as dúvidas serão dissipadas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto foi aprovado em 1ª discussão e tem procedimento regimental. Na próxima sessão, segunda-feira o projeto receberá emendas dos Senhores Deputados. A Mesa não vai encerrar a Discussão, vai encaminhar o projeto à Comissão de Justiça e Finanças, aí sim, os Senhores Deputados e Lideranças, durante este período, este interregno, poderão manter contatos e reuniões para que, ao retorno do Projeto à ordem do dia ele esteja em condições de ser votado com as emendas.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, mais uma vez, apenas dizendo que a bancada do PDT e aqueles que aqui se posicionaram contra a inconstitucionalidade que estava sendo votada hoje, pelos aspectos já levantados. Não somos contra o Fundo de Previdência transparente e que represente os anseios do funcionalismo público. Seremos por ele e procuraremos aqui dar essas garantias.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, Requerimento nº 1897, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente.-Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1881, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente.-Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1890, 1889 e 1888, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constantes do expediente.-Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1893, de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, com apoio do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente.-Aprovado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, nossa preocupação se relaciona na denúncia que fiz ontem aqui com relação ao Prefeito atual de Cianorte, Sr. Guimarães, e há uma grande preocupação nossa, dos Deputados, de Prefeitos que não tiveram sucesso na eleição de seus suces-

sores e estão destruindo o patrimônio público. Este é um alerta que fazemos nesta Casa e pedimos através dos Srs. Deputados e da Mesa Executiva providências do Tribunal de Contas e até mesmo do Ministério Público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimentos: Em votação o requerimento do Deputado Manfrinato. **-Aprovado.**

Requerimentos nºs 1895 e 1894, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **-Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1899, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, com apoio dos Srs. Deputados Nelson Garcia, Elcio Rusch, João Arruda, e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **-Aprovado.**

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Para Encaminhar) Sr. Presidente. Srs. Deputados:

Ainda ontem o Deputado João Preis, representante de Maringá e região Noroeste fez alusão ao abandono em que se encontra a região Noroeste, desprotegida de qualquer incentivo, especialmente por parte do Governo Federal, com subsídio e uma política agrícola que ampare, não só o Paraná, mas particularmente aquela região.

O Deputado João Preis fez referências específicas a nossa região do Noroeste reclamando a falta da ponte que nos ligará a Mato Grosso do Sul e tantos outros pleitos daquela região.

Mas eu queria, também registrar, Sr. Presidente, que temos um lado bom de Paranavaí, da nossa Região Noroeste. No dia vinte próximo passado estivemos em Paranavaí em companhia do Sr. Governador, do Deputado Troian, do Deputado Cleiton, do Vice-Governador, quando o Governo do Estado juntamente com o Prefeito Municipal, entregou cerca de 150 casas com 48m² cobertas de telhas de barro. E também entregou o Governador, ao uso público, a rodovia de pavimentação asfáltica ligando Paranavaí Tamboara, numa extensão de cerca de dez quilômetros. E também visitamos, naquela oportunidade, as novas instalações do jornal "Diário Noroeste", de propriedade de seu Diretor-Presidente Euclides Bugoni, que lá instalou seu jornal com tanta dificuldade há trinta e sete anos. Agora o Noroeste do Paraná se orgulha em ter um jornal arrojado, informativo, independente, que chega às casas de todos nós.

Mas queria fazer um registro muito particular da presença do Sr. Governador e autoridades em Paranavaí. Foi a inauguração da Televisão Imagem do Noroeste, filiada à Rede Bandeirantes Nacional de Televisão, que vai abranger cerca de 170 mu-

nicipios do Extremo Noroeste, cujo diretor Presidente é o Sr. Dionísio Dal Prá, pioneiro da Região Noroeste, ex-Vereador da cidade de Alto-Paraná, ex-Prefeito de Paranavaí, ex-Deputado Federal e Diretor-Presidente da Televisão Imagem Noroeste, como eu disse, inaugurada agora no dia 20. Esta inauguração teve a presença do Sr. Governador do Estado, do Sr. Vice-Governador, do Sr. José Roberto Malluf, Vice-Presidente e do Dr. Sérgio Marcondes, Diretor Comercial da TV Bandeirantes de São Paulo.

Assim sendo, Sr. Presidente, o Noroeste do Paraná e a cidade sede principal de Paranavaí faz, no dia 20, um acontecimento que orgulha e engrandece a todos nós, de repercussão até nacional.

Concluo dizendo que apesar das nossas agruras, enquanto o Noroeste do Paraná tiver homens como Dionísio Dal Prá, haverá sem dúvida uma lâmpada no final do túnel. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento.

Aprovado.

Requerimento nº 1898, de autoria do Sr. Deputado Ernani Pudell, constante do expediente. **-Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. ALGACI TOLIO - Pela Ordem, Sr. Presidente. Gostaria de comunicar à Mesa que estou tomando providências de um requerimento pedindo licença da Assembléia a partir do dia 27 até o dia 04, porque devo, mais uma vez, assumir a Prefeitura Municipal de Curitiba. Encaminharei na sequência o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É uma honra para a Assembléia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/92.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 592/91 e dos Projetos de Lei nºs. 322/92 e 363/92.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs. 311/92, 320/92, 326/92, 329/92, 339/92, 347/92, 355/92, 357/92, 358/92, 359/92, 360/92 e 362/92.

Levanta-se a sessão.